

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS



DISSERTAÇÃO

**A PROPOSTA DO GABINETE DIGITAL EM PORTO ALEGRE E OS
MANIFESTANTES DE JUNHO DE 2013**

FABIO BARBOSA DOS SANTOS

Pelotas, 2016

Fábio Barbosa dos Santos

**A proposta do Gabinete Digital em Porto Alegre e os manifestantes de
Junho de 2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Thereza Rosa Ribeiro

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S237p Santos, Fabio Barbosa dos

A proposta do Gabinete Digital em Porto Alegre e os manifestantes de junho de 2013 / Fabio Barbosa dos Santos ; Maria Thereza Rosa Ribeiro, orientadora. — Pelotas, 2016.

136 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Gabinete Digital. 2. Junho de 2013. 3. Confronto político. 4. Participação. 5. Movimentos sociais. I. Ribeiro, Maria Thereza Rosa, orient. II. Título.

CDD : 320.98165

Fábio Barbosa dos Santos

**A proposta do Gabinete Digital em Porto Alegre e os manifestantes de
junho de 2013**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 30/08/2016

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a Maria Thereza Rosa Ribeiro (Orientadora)
Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo

Prof^a. Dr^a Elaine da Silveira Leite
Doutora em Sociologia, pela Universidade Federal de São Carlos

Prof^a. Dr^a Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha
Doutora em Ciência Política, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos
Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Agradecimentos

A DEUS, por me conceder a vida e o privilégio de estudar.

Aos meus pais e irmãos, por fazerem parte desta caminhada.

À Liane Bueno Moreira, especial companheira de mais de uma década, e aos nossos filhos.

À minha orientadora Profa. Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro, pela dedicação e perseverança.

A todos os meus familiares e amigos.

A todas as pessoas que se engajam em processos que contestam o modo de vida atual e almejam soluções melhores para o futuro.

Aos meus companheiros de mestrado, pela convivência e aprendizados.

Aos professores e servidores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, pela especial convivência e pelos ensinamentos.

Resumo

SANTOS, Fábio Barbosa dos. **A proposta do Gabinete Digital em Porto Alegre e os manifestantes de Junho de 2013**. 2016. 136f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas.

O presente estudo tem como objeto de análise a proposta encetada pelo Gabinete Digital do Governo do Estado do Rio Grande do Sul nas manifestações de junho de 2013 em Porto Alegre. No auge das manifestações de junho de 2013, o Governador Tarso Genro, da gestão do Partido dos Trabalhadores no quadriênio 2011-2014, recebeu manifestantes, jornalistas e depoentes no Gabinete Digital no encontro denominado “o que dizem as ruas”, que contou ainda com a participação da população por meio das redes sociais na Internet. As manifestações de junho foram convocadas a partir da reivindicação do Movimento Passe Livre pela implantação da tarifa zero para o transporte coletivo urbano. Na capital gaúcha, protestos contra o aumento da passagem urbana vinham sendo realizados desde o ano de 2012, quando se criou o Bloco de Luta pelo Transporte Público, que desde então pressiona o Poder Público contra o aumento da tarifa de transporte urbano. O estudo trata da *Contentious Politics* que culminou na proposta do Gabinete Digital com a participação de diversos atores sociais e políticos. Especificamente, o estudo visa compreender os motivos e as causas que induziram a abertura do canal institucional do Gabinete Digital para a participação dos atores em junho de 2013. A pesquisa utiliza a abordagem da *Contentious Politics*, de Charles Tilly e Sidney Tarrow, pois permite relacionar os atores sociais e o espaço institucional. O estudo ainda discute o conceito de movimentos sociais, cotejando as diferenças entre teóricos da ação coletiva, para o fim de compreender se as manifestações ocorridas em junho em Porto Alegre podem se enquadrar como movimentos sociais.

Palavras-chave: Gabinete Digital; Junho de 2013; Confronto Político; Participação; Movimentos Sociais.

Abstract

SANTOS, Fábio Barbosa dos. **The proposal of Gabinete Digital at Porto Alegre and the protesters of June 2013.** 2016. 133f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas.

The present study has as object of analysis the proposal initiated by the Gabinete Digital (Digital Office) of the Government of the State of Rio Grande do Sul at the demonstrations of June 2013 in Porto Alegre. At the height of the events in June 2013, Governor Tarso Genro, from the Partido dos Trabalhadores (Worker's Party) by the period of 2011-2014, meets the protesters, journalists and deponents at the Gabinete Digital at the meeting called "o que dizem as ruas" (what the streets are saying), with the participation of the population through social networks on the Internet. The waves of protests in June were called after the Movimento Passe Livre (Free Fare Movement) which claimed for the implementation of the zero tariff for public urban transport. In the capital of Rio Grande do Sul, protests against the increase of the urban passage had been carried out since the year 2012, when the Bloco de Luta pelo Transporte Público (a group that claims for free system of public transportation) was created, which has since then pressed the government against the increase of the urban transportation tariff. The study deals with Contentious Politics that culminated in the proposal of the Gabinete Digital with the participation of diverse social and political actors. Specifically, the study aims to understand the reasons and causes that led to the opening of the institutional channel of the Gabinete Digital for the participation of the actors in June 2013. The research uses the Contentious Politics approach by Charles Tilly and Sidney Tarrow, that allows to relate the social actors and the institutional space. The study also discusses the concept of social movements, comparing the differences between collective action theorists, in order to understand if the demonstrations that took place in June in Porto Alegre can be classified as social movements.

Keywords: Gabinete Digital; June 2013; Contentious Politics; Participation; Social Movements.

Lista de Figuras

Figura 1 - Imagem do encontro realizado no Gabinete Digital no dia 20 de junho de 2013 em Porto Alegre, nas dependências do Palácio Piratini, em Porto Alegre/RS ...65

Figura 2 - Impressão de tela dos assuntos mais comentados na rede social *Twitter* no dia 20 de junho de 2013.....68

Lista de Quadros

Quadro 1 - Veículos informativos – grande mídia impressa	55
Quadro 2 - Veículos informativos – fora da grande mídia impressa	56
Quadro 3 - Principais protestos realizados em Porto Alegre no período compreendido entre janeiro de 2013 e 20 de junho de 2013 contra o aumento da tarifa de transporte coletivo urbano	57
Quadro 4 - Relação dos componentes da mesa que representaram o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul	58
Quadro 5 - Relação dos convidados que participaram do encontro	59
Quadro 6 - Relação dos convidados que não participaram do encontro	61
Quadro 7 - Descrição dos meios utilizados para contactar com os participantes do encontro	62

Lista de Abreviaturas e Siglas

ANEL	Associação Nacional dos Estudantes Livre
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
EOP	Estrutura de Oportunidades Políticas
EPTC	Empresa Pública de Transporte e Circulação de Porto Alegre
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
ONG	Organização não governamental
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
RBS	Rede Brasil Sul de Televisão
SIMPA	Sindicato dos Municípios de Porto Alegre
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria do Processo Político
TVE	Televisão Pública Educativa do Rio Grande do Sul
UFF	Universidade Federal Fluminense

Sumário

Introdução	11
1 O Gabinete Digital no governo do Estado do Rio Grande do Sul.....	20
2 As manifestações de junho de 2013 na visão de diferentes analistas sociais	22
2.1 O retorno das grandes manifestações no Brasil – breve cronologia das principais manifestações na história recente do Brasil	22
2.2 As grandes manifestações no mundo que precederam junho de 2013 – A Primavera Árabe, os Indignados e o Occupy	25
2.3 O início das manifestações de junho no Brasil.....	26
2.4 As características das manifestações de junho no Brasil	28
2.4.1 O papel das redes sociais na Internet.....	28
2.4.2 Os novos atores nas manifestações de junho: o grupo Anonymous, o grupo Mídia Ninja e os Black Blocs e a violência nas manifestações	29
2.4.3. Os locais de protesto e a ocupação dos espaços públicos	31
2.4.4 A pluralidade de demandas e a ausência de lideranças	32
2.4.5. A crise política e de representatividade, e a apropriação de alguns repertórios dos protestos pela direita.....	33
2.5 As dificuldades de diálogo entre manifestantes e Poder Público em junho de 2013	35
3 Os Movimentos Sociais	37
3.1 Teorias contemporâneas sobre movimentos sociais e os estudos sobre movimentos sociais no Brasil nos últimos anos	37
3.2 As manifestações de junho e a categoria movimentos sociais	41
3.3 O conceito de movimentos sociais	42
3.4 Características dos movimentos sociais na atualidade	45

3.5 A abordagem da Contentious Politics para analisar novas formas associativas	48
4 Metodologia	54
5 A realização da proposta do Gabinete Digital	70
5.1 O cenário de mobilizações que eclodiu em junho de 2013	70
5.1.1 A percepção dos participantes acerca das manifestações	72
5.1.2 A pluralidade de demandas nas manifestações de junho	79
5.1.3 O tema da ausência ou não de lideranças nas manifestações.....	81
5.1.4 A relação entre as recentes manifestações no mundo e junho de 2013 no Brasil	82
5.1.5 O uso das novas tecnologias de comunicação nas manifestações de junho – a ocupação das ruas e dos espaços virtuais	83
5.2 A utilização do Gabinete Digital para a realização do encontro	85
5.3 A escolha dos participantes do encontro	87
5.4 As motivações da realização do encontro no Gabinete Digital	90
5.4.1 As reivindicações contra a violência nas manifestações	93
5.4.2 As reivindicações por reforma política, a crise de representatividade e o risco de apropriação de sentido pela direita	99
5.4.3 As reivindicações por regulação dos meios de comunicação	103
5.5 A avaliação dos resultados do encontro no repertório dos participantes	104
5.6 À guisa de finalização do capítulo.....	111
Considerações finais	115
REFERÊNCIAS.....	121
APÊNDICES.....	127
ANEXOS	133

Introdução

As manifestações de rua que marcaram o ano de 2013 no Brasil podem ser compreendidas como acontecimento político reconhecido por alguns observadores como a quebra da rotina instaurada pelo deslocamento e descentralização de processos institucionalizados, através da performance dos movimentos sociais contemporâneos. No entanto, analistas sociais das manifestações de junho de 2013, emergentes no espaço das grandes cidades brasileiras, levantaram inúmeros aspectos da ação coletiva para concebê-la ou não como movimento social.

Esse debate das classificações dentro do campo sociológico foi ressignificado por meio da observação dos acontecimentos amplamente divulgados na imprensa, seja na mídia oficial, seja na alternativa, em blogs, folhetos, revistas, redes sociais etc., bem como, através da observação participante, sobretudo de sociólogos, cientistas políticos e jornalistas. A problemática da identificação das mobilizações urbanas como ação coletiva ligava-a aos motivos e às causas das reivindicações que instigavam os ânimos dos manifestantes.

Por conseguinte, essa discussão acendeu o interesse em conhecer a posição de alguns sociólogos quanto à importância e caracterização dos movimentos sociais contemporâneos, com o objetivo de desenvolver o estudo sobre a participação dos atores sociais e políticos nas manifestações ocorridas em 2013, em especial na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul.

Antes de expor o propósito e os objetivos desta dissertação, cabe explicitar o motivo aparente, visível pela leitura de jornais, blogs e redes sociais, que contribuiu com os atos manifestos por grupos sociais, os quais atuaram como atores partícipes no confronto com setores públicos e privados, na causa da redução da tarifa de transporte coletivo em Porto Alegre. A narrativa que segue descreve também a conexão da mobilidade urbana na esfera pública nacional.

É amplamente reconhecido, no debate sobre as manifestações, que o Movimento Passe Livre (MPL) protagonizou o estopim dos protestos de junho de 2013 no Brasil, realizando a primeira grande convocatória para o ato em 06 de junho¹. Contudo, naquele ano, diversas manifestações já vinham sendo articuladas e realizadas na capital gaúcha, antes mesmo de junho.

No início do ano de 2013, no dia 21 de janeiro, aproximadamente duas centenas de pessoas reuniram-se na zona central da cidade com o propósito de impedir o aumento do preço da passagem de transporte coletivo urbano². Naquele momento, o Prefeito de Porto Alegre, José Fortunatti, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), autorizava o reajuste das passagens, que passaria de R\$ 2,85 para R\$ 3,05, um acréscimo de pouco mais de sete pontos percentuais.

A primeira tentativa de aumento do ano ocorreu a pedido dos empresários do ramo do transporte coletivo, que concederam reajuste de 7,5% aos trabalhadores rodoviários.

O aumento do preço da passagem de transporte coletivo foi, então, decidido e aprovado pela Prefeitura de Porto Alegre, mas, ao contrário do que vinha acontecendo nos processos de reajustamentos anteriores, o reajuste do início do ano de 2013 foi alvo de protestos mais intensos nas ruas de Porto Alegre.

As mobilizações que tomaram as ruas do centro da capital gaúcha foram protagonizadas pelo coletivo Bloco de Luta pelo Transporte Público. O Bloco de Luta é um grupo, formado em 2012, e constituído principalmente por jovens ligados a diferentes movimentos populares, em especial a grupos anarquistas e de esquerda, cujo propósito é lutar pelo fornecimento de transporte coletivo popular e de qualidade³.

Como parte de sua estratégia para a derrubada do reajuste da tarifa autorizada pela Prefeitura de Porto Alegre, o Bloco de Luta convocou diversos protestos naquele ano, utilizando-se das redes sociais na Internet.

¹ A primeira grande convocatória do MPL chamou simpatizantes para ato a se realizar em 06 de junho de 2013 e teve como ponto de encontro inicial a frente do Teatro Municipal, em São Paulo, com concentração contra o aumento da passagem de ônibus de R\$ 2,80 para R\$ 3,00 anunciada pelo prefeito da capital paulista, Fernando Haddad (PT), conforme informação disponível em: <<http://Saopaulo.mpl.org.br/2013/05/12/convocatoria-grande-ato-contra-o-aumento/>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

² Informação disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-contra-aumento-da-passagem-mobiliza-centenas-de-pessoas-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

³ A informação está disponível em: <blocoodeluta.blogspot.com.br> (tópico: Diferentes Grupos do Bloco). Acesso em: 12 jan. 2016.

Além deste protesto do dia 21, o Bloco de Luta realizou atos convocatórios para a realização de protestos nos dias 29 de janeiro e também nos dias 18 e 27 de fevereiro. Nestes dias de mobilização pouco mais de duas centenas de pessoas acederam aos atos.

Os protestos que vinham ocorrendo de forma pacífica até então, mudaram de rumo no dia 27 de fevereiro, quando os manifestantes foram reprimidos pela Brigada Militar em Porto Alegre.

Os atos convocatórios do Bloco de Luta em Porto Alegre chamaram a atenção da população, aumentando o interesse em torno da questão do transporte coletivo urbano e, conseqüentemente, o contingente de manifestantes nas ruas.

Outro fato que contribuiu para que neste ano o reajuste das tarifas de transporte coletivo apresentasse maior interesse da população é o ingresso do Tribunal de Contas do Estado (TCE) na discussão a respeito do tema. O TCE acolheu o pedido protocolado pelo Ministério Público de Contas do Estado, que apresentou requerimento para que a empresa responsável pelo transporte coletivo, a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), revisasse a metodologia de cálculo do reajuste.

Como a discussão acerca do reajuste da tarifa de transporte estava sob análise do TCE, em março de 2013 a referida Corte determinou modificações na formação do cálculo que determina o preço da passagem, favorecendo ainda mais sua redução.⁴

A questão relativa ao reajuste logo entrou na seara do judiciário. No mês seguinte, em abril de 2013, decisão concedida pela Justiça do Estado do Rio Grande do Sul acatou o pedido formulado pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), concedendo uma liminar que determinou a redução da tarifa e desconsiderou o aumento concedido pela Prefeitura de Porto Alegre⁵.

Com o retorno da tarifa ao valor anterior, após o mês de abril houve certo arrefecimento nas mobilizações. Embora os protestos continuassem a se desenvolver, já não reuniam o mesmo número de pessoas, à exceção do Bloco de

⁴ Informação disponível em: <https://portal.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/administracao/gerenciador_de_conteudo/noticias/TCERS%20analizar%E1%20impacto%20da%20desoner%E7%E3o%20de%20PIS%20e%20Cofins%20nas%20tarifas%20de%20F4nibus>. Acesso em: 05 jan. 2016.

⁵ Informação disponível em: <<https://jornalismobnoticias.wordpress.com/tag/passagens/>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

Luta, que permaneceu mobilizado naqueles dias que se seguiram, mantendo as pessoas informadas por meio de publicações nas redes sociais na Internet.

Em junho de 2013, todavia, houve uma significativa mudança neste cenário, pois já nos primeiros dias deste mês, o MPL de São Paulo articulou uma série de manifestações, que tinham como objetivo dar visibilidade à luta contra o aumento da tarifa de transporte coletivo urbano.

A pauta defendida pelo Bloco de Luta, em Porto Alegre, vinculada à questão do transporte coletivo na capital gaúcha, encontrou eco nas mobilizações organizadas pelo MPL em junho de 2013.

Logo, as manifestações convocadas pelo MPL se estenderam para diversas outras cidades do país, propagando-se rapidamente por meio do uso das novas tecnologias de comunicação⁶. A primeira das manifestações organizadas pelo MPL ocorreu no dia 06 de junho de 2013 em São Paulo⁷, seguindo-se ato no dia seguinte nas capitais do Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Norte.

No dia 13 de junho de 2013, novamente, mais de quinhentos manifestantes marcharam pelas ruas da capital paulista. Desta vez, no entanto, a Polícia Militar entrou em ação a fim de reprimir as manifestações, utilizando gás de pimenta e balas de borracha, especialmente após a divulgação de boatos de que a liminar que havia garantido a redução da tarifa em Porto Alegre poderia perder seu efeito.

Neste mesmo dia 13 de junho, o Bloco de Luta em Porto Alegre conclamou a população a participar, em frente à Prefeitura da capital, de novo ato, já em plena adesão ao movimento nacional de luta pela defesa do transporte, seguindo a bandeira levantada pelo MPL. Semelhantes atos se desenrolavam em outras tantas cidades brasileiras.

Todavia, à medida que as manifestações iam ganhando volume em número de participantes, à demanda inicial pela redução da tarifa do transporte coletivo foram somadas outras tantas. Os manifestantes, que no início protestavam contra o aumento da tarifa de transporte coletivo, passaram a protestar também contra a

⁶ Informação disponível em: <oglobo.globo.com/brasil/protestos-mobilizaram-pelo-menos-240-mil-pessoas-em-11-capitais-8716155>. Acesso em: 05 mar. 2016.

⁷ Informação disponível em: <saopaulo.mpl.org.br/2013/06/07/nota-sobre-a-manifestacao-do-dia-6/>. Acesso em: 15 dez. 2015.

corrupção, pela alocação de mais recursos para a educação e saúde, pela realização de uma reforma no sistema político, entre outras demandas⁸.

Em 16 de junho de 2013, viria a se realizar no Brasil a Copa das Confederações e, em seguida, a Copa do Mundo de Futebol, eventos esportivos de importância global, o que determinou que as pessoas agregassem à demanda inicial questionamentos acerca dos gastos públicos com a realização destas competições, pois tais dispêndios de dinheiro estariam sendo efetuados sem consulta à população e em detrimento de investimentos em saúde, em segurança e em educação.

Da mesma forma que ocorria no restante do país, o número de pessoas que aderiram às manifestações foi crescendo em Porto Alegre ao longo do mês de junho, e, assim como aumentava a adesão aos protestos, episódios de violência foram verificados em algumas dessas mobilizações, especialmente envolvendo grupos participantes das manifestações e as forças de segurança do Estado, cuja ação truculenta foi registrada pela imprensa local e estrangeira⁹.

No dia 19 de junho de 2013, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul anunciou pelas redes sociais na Internet (Anexo I) a realização de um encontro com os participantes das manifestações, que se concretizou no dia seguinte, em 20 de junho de 2013, na sede do poder executivo em Porto Alegre com a utilização do Gabinete Digital, que foi uma estrutura instalada já nos primeiros anos da gestão Tarso Genro no Palácio Piratini. O encontro realizado pelo governo do estado foi denominado “o que dizem as ruas”.

Assim, em junho de 2013, o Gabinete Digital viria a ter papel de destaque ao ser utilizado para proporcionar a realização de um encontro entre os manifestantes e o Poder Público, representado pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro.

Um dos fatos marcantes das manifestações de junho em todo o Brasil é que o Poder Público teve dificuldades de encontrar interlocutores entre os manifestantes, o que permite afirmar que a disposição, naquele momento, de propor a abertura do espaço institucional do Gabinete Digital à participação dos atores envolvidos nas

⁸ Informação disponível em: <www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296765/leia-exemplos-de-gritos-de-guerra-e-cartazes-das-manifestacoes-pelo-pais.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2016.

⁹ Informação disponível em: <correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=501092>. Acesso em 23 mar. 2016.

manifestações se revela de suma importância nos acontecimentos de junho de 2013 no Brasil.

Digno de registro que, a partir do processo de redemocratização, posteriormente ao período militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985, os movimentos sociais foram adotando formas mais institucionalizadas de ação. Durante e após a Constituinte de 1988, de certa maneira, tais movimentos abandonaram os repertórios de contestação em troca de pautas propositivas, encaminhadas por lideranças e representantes dos setores populares nos espaços institucionalizados do poder público municipal, estadual e federal. Por essa razão, na sociologia dos movimentos sociais no Brasil, aos poucos foi abrindo-se o campo de investigação sobre a relação entre os movimentos sociais e o tecido político institucional.

A abordagem da *Contentious Politics* permite mobilizar conceitos que relacionam esses dois campos nos protestos, em especial levando-se em consideração o processo de interação que ocorre entre atores sociais e o espaço institucional.

Contentious Politics é uma expressão criada pela sociologia americana. Um dos principais expoentes dessa corrente teórica, Charles Tilly, já falecido, acreditava ser possível encontrar similaridades em relações de causa e efeito em uma variada gama de lutas políticas, sem a necessidade de criar regras gerais que governam toda a política (TILLY; TARROW, 2007, p. 4).

A expressão *Contentious Politics* foi objeto de variadas traduções de seu original em inglês, entre elas traduzido como “confronto político” ou então “política contestatória” (BRINGEL, 2012). O autor afirma que “estas acepções preservam melhor o sentido de oposição, conflito e reivindicação intrínseco neste projeto coletivo de pesquisa” (2012, p. 60-61). O item 3.5 do Capítulo 3 tratará mais detalhadamente sobre a noção de *Contentious Politics*.

Nem todos os confrontos tomam a forma de movimentos sociais (TILLY; TARROW, 2007, p. 111). Os movimentos sociais são apenas uma das formas de política contestatória, assim como o são as guerras civis e as revoluções e, para que se configure um movimento social, torna-se necessária a conjunção de determinados fatores, como a existência de uma campanha sustentada de reivindicações, que se utiliza de performances repetidas que anunciam quais são

estas reivindicações, baseada em organizações, redes, tradições e solidariedades que sustentam essas atividades (TILLY; TARROW, 2007, p. 111).

O confronto político envolve necessariamente interações, por meio das quais, determinados atores sociais fazem reivindicações sobre interesses de outros atores sociais (TILLY; TARROW, 2007, p. 4). Estas interações levam a esforços coordenados em favor de interesses ou programas que são compartilhados pelos atores. Nessa interação, sempre haverá a figura de um governo, ou não se estará tratando de *Contentious Politics*, o que ocorre, de acordo com Tilly e Tarrow (2007, p. 5), porque o confronto somente entra nos domínios da política se houver a presença de um Governo. Segundo os autores, há confrontos que ocorrem fora da política, assim como há política sem confronto e, nesses casos, não interessam à lógica do confronto político.

Portanto, na abordagem da *Contentious Politics*, os Governos, apontam Tilly e Tarrow (2007, p. 5), sempre estarão presentes, podendo figurar como os “iniciadores” das reivindicações, o “alvo” delas, ou apenas terceiros interessados.

Dito isto, esta dissertação, construída a partir e ao longo de um processo de pesquisa empírica e de leituras teóricas sobre os movimentos sociais, trata da *Contentious Politics* que culminou na proposta de abertura do espaço institucional do Gabinete Digital à participação dos atores das manifestações populares de junho de 2013, no auge das manifestações de junho.

O objeto de análise é, portanto, o encontro realizado no Gabinete Digital no dia 20 de junho de 2013 entre o governo do Rio Grande do Sul, representado pelo governador Tarso Genro, e os participantes dos protestos que ocorreram na capital gaúcha naquele período.

O objetivo geral desta pesquisa, por conseguinte, é analisar a proposta do Gabinete Digital em Porto Alegre, encetada pelo governo do estado, nas manifestações de junho de 2013 em Porto Alegre.

Especificamente, este trabalho visa a compreender as razões, os motivos e as causas que induziram a abertura do espaço institucional do Gabinete Digital à participação dos atores sociais e políticos em Porto Alegre nas manifestações de junho de 2013. O trabalho visa também a compreender como foi constituído o espaço de participação, desde a composição dos atores partícipes do encontro no Gabinete Digital e a utilização das tecnologias de comunicação; quais propostas

foram encaminhadas e os eventuais resultados obtidos; e qual o significado e a consequência da ação para os participantes do encontro.

Questiona-se se a causa do passe livre, defendida pelo Bloco de Luta e Movimento Passe Livre, esvaziou-se após os primeiros dias de protestos em virtude do descontrole provocado pela onda de violência e se esta circunstância acelerou a tomada de decisão pelo Poder Público de reconhecer os insurgentes como possíveis interlocutores e propor a abertura de um espaço de participação no âmbito institucional do Gabinete Digital no governo estadual.

Questiona-se ainda se as pressões por reforma política também aceleraram a tomada de decisão do governo estadual de abrir o espaço institucional do Gabinete Digital para a realização do encontro.

Pergunta-se também se foi possível adequar as reivindicações das ruas à forma de negociação institucional, cujos critérios que constituem os interlocutores no espaço de participação, em parte, são criticados por alguns grupos envolvidos nas manifestações, e qual a importância das novas tecnologias de comunicação na realização do encontro no Gabinete Digital.

Indaga-se, ainda, quais resultados foram obtidos a partir das propostas encaminhadas e o significado e consequência da ação para os diferentes partícipes do encontro realizado no Gabinete Digital.

Este estudo tangencialmente leva em consideração a dificuldade que o Poder Público teve de encontrar interlocutores nas manifestações de junho de 2013. Tal dificuldade fora apontada por alguns analistas sociais como um dos empecilhos para o sucesso do fórum de discussão institucional.

Do ponto de vista sociológico, este trabalho pretende contribuir com a reflexão acerca do tema da ação coletiva e movimentos sociais à luz do conceito *Contentious Politics* e das categorias repertório, performance e processos políticos, a fim de compreender a proposta do Gabinete Digital para o encontro realizado entre o gestor público do poder executivo do Rio Grande do Sul, o Governador Tarso Genro, com atores das manifestações de junho de 2013, e sua repercussão.

Para tanto, esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, conforme se passa a detalhar.

No primeiro capítulo, é fornecida uma introdução ao que foi o Gabinete Digital, projeto estruturado e desenvolvido na gestão do Governador Tarso Genro, a partir do primeiro ano de seu mandato eletivo do quadriênio compreendido entre 2011 e

2014, e que não teve continuidade no governo que o sucedeu. É apresentado neste capítulo, também, quais os motivos de sua criação e quais as funções que exercia para o governo estadual daquele período.

No segundo capítulo, as manifestações de junho são apresentadas na visão de diferentes analistas sociais, seguindo-se um histórico das mobilizações no Brasil e no mundo, após a virada do milênio. São apresentadas neste capítulo diversas características das manifestações de junho no Brasil.

No terceiro capítulo, o referencial teórico construído permeia o desenvolvimento do trabalho, tratando da sociologia dos movimentos sociais. Nele, são apresentadas as divergências teóricas encabeçadas por teóricos da ação coletiva no Brasil e a retomada do tema dos movimentos sociais a partir das recentes mobilizações no início deste milênio.

No quarto capítulo, a metodologia de investigação esclarece os itinerários percorridos, os quais viabilizaram a coleta de informações por meio de documentos, seleção e categorização dos dados, contatos do pesquisador e entrevistas.

No quinto capítulo, o material coletado na pesquisa empírica é analisado para a consecução dos objetivos e problema enunciados na dissertação. Neste capítulo, são analisadas as entrevistas efetuadas e o encontro realizado no dia 20 de junho de 2013 no Gabinete Digital. Neste capítulo está incluso o material coletado nas redes sociais relativo às manifestações de junho e ao encontro no Gabinete Digital. Ao final deste capítulo, faz-se a interpretação dos repertórios dos atores partícipes e das tensões e contradições percebidas por meio das entrevistas com os convidados e participantes do Gabinete Digital, bem como, dos documentos acessados.

Por fim, as considerações finais desta dissertação, que trata de desenvolver respostas sobre o significado das manifestações de 2013, afinal é ou não é movimento social? Assim, a pertinência da leitura das mobilizações urbanas sob olhar do conceito de *Contentious Politics*, contribui à pergunta que permeia este trabalho, qual seja: a proposta encetada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul de abertura do espaço institucional do Gabinete Digital possibilitou a realização de um espaço de participação para além das manifestações de rua em junho de 2013?

1 O Gabinete Digital no Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Este primeiro capítulo trata de fornecer uma visão geral do Gabinete Digital, que foi um projeto ligado à Secretaria-Geral de Governo do Estado do Rio Grande do Sul, desenvolvido e implantado a partir do primeiro ano do mandato eletivo do Governador Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores, relativo ao período de gestão compreendido entre 2011 e 2014. Também são apresentados neste capítulo os motivos de sua criação e quais as funções que exercia para o governo estadual daquele período.

Nesse diapasão, o Gabinete Digital foi um projeto implantado a partir de maio de 2011 pelo Governador Tarso Genro que fazia parte do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã do governo do estado e tinha por objetivo permitir maior participação da população em temas de interesse público, utilizando-se de mecanismos ligados a tecnologias de informação e comunicação (GABINETE DIGITAL, 2011).

O projeto do Gabinete Digital foi criado a partir de experiências realizadas por Barack Obama e Ângela Merkel, nos Estados Unidos e Alemanha, a fim de propiciar canais de diálogo com a população, com destacado uso das novas tecnologias de comunicação e informação (GALLI, 2013, p. 47; BITENCOURT; GAUTIER, 2013, p. 86) e, de acordo com Tarso Genro, o Gabinete Digital tratava-se de “uma experiência inovadora, que estabelece canais diretos de diálogo do poder público com a cidadania – sem intermediação – e cria um ambiente criativo de análise, revisão e construção de políticas públicas e ações de governo.” (GENRO, 2013, p. 7-8).

Para atingir seus objetivos, o Gabinete Digital dispunha de uma série de ferramentas de participação da sociedade, entre elas o “Governador Responde” e o “Governador Pergunta”. Por meio da ferramenta “Governador Responde”, temas e

perguntas eram encaminhados ao governador, que as respondia de acordo com a demanda proposta. Por meio da ferramenta “Governador Pergunta”, ao contrário, temas e questões eram propostos para a população pelo governador, estabelecendo-se, nesse caso, um sistema consultivo de participação para a população.

Outra ferramenta importante utilizada no Gabinete Digital era a denominada “Governo Escuta”, que consistia em realizar audiências públicas com transmissão ao vivo pela Internet, permitindo a participação de qualquer interessado e a interação entre atores sociais e o poder público. Nestas audiências do “Governo Escuta”, as perguntas eram enviadas diretamente ao governador, que teria oportunidade de respondê-las em tempo real.

As audiências públicas do “Governo Escuta” serviam para debater variados temas de interesse público que, de forma ou de outra, poderiam passar a integrar a agenda de políticas públicas do estado. Para realizar o “Governo Escuta”, o Gabinete Digital se utilizava de uma das salas de audiências instaladas na sede do executivo estadual, no Palácio Piratini, em Porto Alegre.

No mês de junho de 2013, o Gabinete Digital viria a desempenhar importante papel nas manifestações que se sucederam na capital gaúcha, quando foi utilizada a ferramenta “Governo Escuta” para viabilizar o encontro entre o Poder Público e os manifestantes que foram às ruas nas mobilizações que tomavam Porto Alegre.

De fato, no dia 19 de junho de 2013, o governador Tarso Genro realizou um convite pelas redes sociais na Internet, anunciando a abertura do espaço institucional do Gabinete Digital para tratar das manifestações que vinham acontecendo na capital, denominando o encontro de “o que dizem as ruas”, a se realizar no dia seguinte, em 20 de junho.

O Gabinete Digital recebeu, na oportunidade, diversos convidados, entre eles pessoas que estavam participando das manifestações nas ruas de Porto Alegre e de outros lugares do Brasil, as quais estão mais adiante identificadas (quadros 4 e 5 do Capítulo 4).

A análise do encontro realizado pelo governo do estado no espaço institucional do Gabinete Digital no dia 20 de junho de 2013 entre representantes do governo do Rio Grande do Sul e os participantes dos protestos que ocorreram na capital gaúcha naquele período constitui o objeto desta pesquisa.

2 As manifestações de junho de 2013 na visão de diferentes analistas sociais

O mês de junho de 2013 surpreendeu a muitos analistas sociais diante da rapidez com que os eventos se desenvolveram e a dimensão que tomaram, atingindo todas as grandes cidades brasileiras.

Neste segundo capítulo são apresentadas algumas das principais características das manifestações de junho de 2013 e como estas foram percebidas por diferentes analistas sociais, pois muitas são as interpretações possíveis para a ocorrência dos protestos que sacudiram as cidades brasileiras, dependendo do viés analítico proposto. Adianta-se que não há, nesse tema, um consenso, provavelmente porque ainda será aquele momento bastante estudado, como até hoje são estudados outros episódios que atingem certa importância histórica.

Neste capítulo é traçado ainda um breve histórico das mobilizações no Brasil e no mundo, após a virada do milênio, a fim de situar o momento histórico vivenciado pelos atores sociais e políticos em junho de 2013 no Brasil.

2.1 O retorno das grandes manifestações no Brasil – breve cronologia das principais manifestações na história recente do Brasil

No mês de junho de 2013, diversas capitais brasileiras, além de centenas de outras cidades do país, tornaram-se palco de protestos de milhares de pessoas que ocuparam e rapidamente se espalharam pelas ruas.

Anteriormente a junho, manifestações com essa magnitude somente foram verificadas em três momentos da história do Brasil, “em 1992, no *impeachment* do ex-presidente Collor de Melo; em 1984, no *Movimento Diretas Já*, no período do regime militar [...]; e nos anos de 1960, nas greves [...] pré-Golpe Militar de 1964, e em 1968, com o movimento dos estudantes” (GOHN, 2014a, p. 8).

Desde os anos 1980, no Brasil, as manifestações de rua e a ocupação de espaços públicos haviam deixado de ser a tônica dos movimentos sociais, pois, com a queda do regime militar e a promulgação da Constituição de 1988, surgiram outras formas de organização popular, em geral mais institucionalizadas, ou seja, mais organizadas e seguindo regras de existência e funcionamento padronizadas pelo Estado (GOHN, 2014a, p. 79). Movimentos cujas ações coletivas se pautam em organização de base mais sólida, e com repertórios comuns a cada movimento, continuaram a manifestar suas lutas com performance de marchas e protestos com repercussão nacional, como o Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento dos Sem Teto, Movimento de Reforma Urbana, movimento feminista etc.

Seguiu-se, então, a partir dos anos 1990, um período em que os movimentos sociais passaram a responder às pautas previamente propostas pelo Estado e deixaram de produzir grandes mobilizações em torno de demandas sociais, caracterizando a sua condição em estado de latência. Conforme este conceito de Robert Merton (1968, p. 86), os movimentos sociais em estado de latência, embora não deixem de atuar, não demonstram manifestamente sua força de mobilização. Com efeito, lideranças e mediadores dos movimentos sociais dos anos 90, em grande parte passaram a compor a administração pública de governos municipais e estaduais (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 334).

Colaborou ainda para a existência desse período de latência dos movimentos, o fato de que os Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal, por seu lado, passaram a adotar formas institucionalizadas de participação social, em que os governos atendiam as demandas sociais por meio de canais concebidos para esta finalidade. Dessa forma, os movimentos sociais por meio dos atores, se faziam atuantes nos fóruns de tomada de decisão, estruturadas pelo poder público institucional (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 334).

Por meio destes canais institucionalizados, como as ouvidorias, os conselhos, as defensorias, o Estado atendia às demandas sociais encaminhadas para estes espaços de participação da cidadania, garantidos constitucionalmente, o que significou um relativo avanço na efetivação dos direitos sociais e na democratização da sociedade brasileira (GOHN, 2014c, p. 80-81). Todas estas circunstâncias, por outro lado, ajudaram a entender que as manifestações de junho de 2013 fossem recebidas com certa perplexidade pelas autoridades governamentais.

Diante desse cenário, avalia Singer (2013, p. 27), no mês de junho de 2013 no Brasil, jovens e trabalhadores, “expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade social” e reflexo de um “novo proletariado” formado na “década lulista” se utilizaram da ocupação de espaços públicos para apresentar diretamente e sem interlocutores suas próprias demandas, orientados inicialmente pela rejeição do aumento da tarifa do transporte coletivo.

Isto não significa, todavia, a existência de um consenso quanto às causas subjacentes determinantes da mobilização das pessoas, dividindo-se os analistas sociais em apontar diversas outras origens. Dessa forma, alguns autores mencionaram a precarização do trabalho (BRAGA, 2013, p. 58), o aumento de oportunidades nos últimos anos devido às políticas públicas de estimulação de renda e acesso ao ensino superior, o que fez projetar demandas por serviços públicos de melhor qualidade (MARENCO, 2014, p. 35-36), a questão urbana, traduzida na falta de políticas públicas que atendam mais igualitariamente a população que vive nas cidades (MARICATO, 2013, p. 19-26), apenas para citar indicações de algumas causalidades das manifestações.

O que ocorreu em junho de 2013, ademais, não pode ser referido como um ato único e uniforme, protagonizado por apenas um ator específico, em que pese a presença maciça de jovens (SANTOS; TEIXEIRA, 2013, p. 69-70), mas como eventos que se desenrolaram de forma diferente à medida que iam acontecendo. Portanto, são distintas as manifestações ocorridas no início, no meio e no fim daquele mês.

Neste sentido, André Singer (2013, p. 24-26) apresenta com clareza o desenrolar dos protestos de junho de 2013, dividindo-os em três fases: uma primeira fase caracterizada por uma pauta unificada em torno da questão do aumento da tarifa de transporte coletivo; uma segunda fase, que ocupou o final do segundo terço do mês de junho, auge das manifestações, já sem a unidade de pauta, e a terceira fase, que abrangeu os últimos dez dias do mês, com a divisão das mobilizações:

A ebulição foi iniciada por fração pequena, embora valorosa, da classe média, com mobilizações praticamente circunscritas à cidade de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho. Nessa primeira etapa havia um objetivo específico: a redução do preço das passagens do transporte público [...] a segunda etapa do movimento, com as manifestações de 17, 18, 19 e 20 de junho, quando alcança o auge. Agora outras frações da sociedade entram espontaneamente em cena, multiplicando por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas as suas demandas [...] Na terceira e

última etapa, que vai do dia 21 até o final do mês, o movimento se fragmenta em mobilizações parciais com objetivos específicos [...] (SINGER, 2013, p.24-26)

Nessa periodização referida acima, Singer aponta as diferenças de demandas e atores em três momentos dos protestos de junho de 2013. Não obstante as diferenças mencionadas, a ocupação dos espaços públicos (ruas, praças, *shopping* etc.) foi uma constante nos eventos. Oportuno, aliás, o destaque de que a ocupação não é uma característica exclusiva das manifestações no Brasil, sendo que nos últimos anos o mundo vem observando uma série de protestos que tem por característica marcante a tomada das ruas. Relevante citar, por sua importância recente, os eventos posteriores à Primavera Árabe.

2.2 As grandes manifestações no mundo que precederam junho de 2013 – A Primavera Árabe, os Indignados e o *Occupy*

A elaboração de uma cronologia das recentes ebulições de protestos e tomada das ruas no mundo, inclui necessariamente as ocupações das praças na Tunísia e outros países do Oriente Médio, de Madri, na Espanha e Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Ao final de 2010, uma onda de protestos tomou conta das ruas e praças de alguns países do Oriente Médio e do norte do continente africano, o que ficou conhecido como a Primavera Árabe. Este é o momento em que alguns analistas identificam, dada a sua importância histórica, como o início do século XXI (SECCO, 2013, p. 77).

Em Túnis, na Tunísia, os protestos se iniciaram com a autoimolação do jovem tunisiano Mohamed Bouazizi e culminaram com a deposição do presidente daquele país, Zine El Abidine Ben Ali. Logo a onda de manifestações e protestos espalhou-se para países como o Egito, a Argélia, a Jordânia e o Iêmen (GOHN, 2014a, p. 97).

As praças da Primavera Árabe tornaram-se o lugar das manifestações de milhares de pessoas contra os regimes antidemocráticos, desvelando crises políticas sem precedentes na história daqueles países.

Essas crises tiveram por fundamento os seguintes fatores: o desemprego para os mais jovens, a ausência de serviços sociais básicos, a corrupção dos governos e a imensa interferência da religião na condução dos assuntos do Estado (GOHN, 2014a, p. 98-100).

Em Madri, na Espanha, medidas de austeridade adotadas pelo governo espanhol e o crescente desemprego, desencadearam mobilizações como a ocupação da Praça *Puerta del Sol* no princípio do mês de maio de 2011, a exemplo do que já havia ocorrido nas praças do Oriente médio e norte da África.

Nova York seguiu o eco deixado pelas Praças *Tahrir* e *Puerta del Sol*, com os jovens ocupando *Zucotti Park*, uma praça localizada no coração do sistema financeiro de *Manhattan*. O objetivo dos manifestantes era atacar o sistema financeiro de *Wall Street* e propor mais justiça social, pois os Estados Unidos estavam ainda sob o efeito da maior crise imobiliária dos últimos tempos, com os jovens perdendo seus empregos.

O movimento norte americano foi chamado de *Occupy Wall Street* e teve início com a publicação pela revista cultural *Adbusters*¹⁰ em seu blog na Internet, em 13 de julho de 2011, de uma convocatória denominada “#occupywallstreet. Você está pronto para um momento Tahrir? No dia 17 de setembro, invada Lower Manhattan, monte barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupe Wall Street” (CASTELLS, 2013a, p. 119-120).

Logo em seguida, o movimento *Occupy* agregou a bandeira política “*We are the 99%*”¹¹ em alusão à desigualdade na distribuição de renda daquele país e à campanha eleitoral de 2008 do candidato Barack Obama, de que governaria em defesa dos mais pobres (HARVEY, 2012, p. 57-64).

Da mesma forma que os movimentos anteriores nas praças pelo mundo, os jovens do *Occupy* tomaram espaços públicos e se utilizaram das redes sociais na Internet para propagar suas demandas.

Todos estes protestos guardam características que ora se distanciam, ora se aproximam dos protestos no Brasil, como será visto adiante.

2.3 O início das manifestações de junho no Brasil

No Brasil, os protestos se dirigiram inicialmente contra o aumento das passagens do transporte coletivo urbano, tendo como principal ator o MPL. O

¹⁰ Página oficial da Revista *Adbusters* na Internet, disponível em: <<https://www.adbusters.org/occupywallstreet>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

¹¹ Tradução livre: “somos os 99%”

protagonismo do MPL se fez sentir na medida em que organizou a forma como os protestos inicialmente se desenvolveram, e nas convocatórias para os atos nas ruas, realizadas por meio das redes sociais na Internet (SINGER, 2013, p.32).

O Movimento Passe Livre não é um movimento que nasceu apenas em 2013. Ao contrário, é um movimento de esquerda e que vem repartindo conhecimentos e colaborando com outros movimentos atuantes no Brasil, especialmente pós-Constituição de 1988, conforme afirma Pomar (2013, p. 19).

Ainda de acordo com Pomar (2013, p. 12), o MPL é um movimento que se afirma independente, horizontal e apartidário, e que tem por objetivo a implantação da tarifa zero no transporte coletivo¹².

Para o sociólogo Pablo Ortellado (2013, p. 235-236), a luta desenvolvida pelo MPL é carregada de aprendizados obtidos durante um longo processo, acumulados desde as mobilizações pela “meia passagem” dos anos 1980, passando pelos movimentos pelo “passe livre estudantil” nos anos 90 e contra o aumento propriamente dito das tarifas dos anos 2000. Esse aprendizado adquirido ao longo do processo de lutas, encaminha o Movimento para “uma lógica de luta voltada para a ampliação de direitos que, devidamente desdobrada, remete à tarifa zero e à desmercantilização do transporte para todos” (ORTELLADO, 2013, p. 236).

Com a convocatória realizada pelo MPL, os manifestantes ocuparam as ruas do país postulando a implantação da “tarifa zero” no transporte coletivo urbano, ou, no mínimo, sua redução.

Se em São Paulo o protagonismo coube ao MPL, em Porto Alegre, o coletivo Bloco de Luta pelo Transporte Público já havia realizado diversos atos no início do ano de 2013 pela redução da tarifa de transporte coletivo urbano, utilizando-se de convocatórias por meio de redes sociais (CARDOSO; FÁTIMA, 2013, p. 158-159).

A atuação do Bloco de Luta foi fundamental nas manifestações em Porto Alegre, congregando diversos grupos em torno da pauta do reajuste da tarifa do transporte coletivo desde sua criação, ocorrida ainda no ano de 2012 (SANTOS; TEIXEIRA, 2013, p. 67).

¹² Carta de Princípios do Movimento Passe Livre. Disponível em: <saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>. Acesso em: 01 maio 2015.

2.4 As características das manifestações de junho no Brasil

Muitas são as características que podem ser apontadas nas manifestações de junho de 2013 ocorridas no Brasil, entre elas a relevância das redes sociais baseadas na Internet para o aumento das mobilizações. Também são características importantes destas manifestações, a ausência ou não de lideranças nos movimentos, o uso da violência nos protestos e o local onde estes ocorreram, assim como a pluralidade de demandas dos manifestantes.

Apenas para começar traçando um paralelo com as manifestações mais recentes ocorridas pelo mundo, deve ser dado destaque ao papel que as novas tecnologias de comunicação e informação dão às relações sociais neste novo milênio.

2.4.1 O papel das redes sociais na Internet

As redes sociais na Internet, em especial o *Facebook* e o *Twitter*¹³, e o uso das novas tecnologias de comunicação e informação, proporcionaram em junho de 2013 uma maior adesão à pauta e aos protestos convocados pelo MPL (SANTOS; TEIXEIRA, 2014, p.71), pois atuaram como agregadoras de interesses das pessoas (NICOLETTI, 2013, p. 9). De mais a mais, as redes sociais alimentaram o ativismo dos movimentos sociais, que se retroalimentaram da visibilidade proporcionada pelas redes sociais. Em junho de 2013 no Brasil, as redes sociais deram ao MPL o suporte necessário para que as pessoas se conectassem a pauta inicial, alavancando consideravelmente a mobilização das pessoas (PIMENTEL; SILVEIRA, 2013; SARAIVA, 2013, p. 49).

Além disso, especialmente nas manifestações de junho no Brasil, a popularização de aparelhos celulares com acesso à Internet nos últimos anos, viabilizou que estas redes sociais utilizadas para convocação para os atos de protesto ampliassem os locais de protesto (SCHERER-WARREN, 2014b, p. 417). As redes sociais na Internet tornaram-se, assim, o meio mais ágil de dar visibilidade a

¹³ O Facebook e o Twitter são redes sociais baseadas na Internet e que permitem o relacionamento das pessoas, intermediado por meio da tecnologia. Além de conectar as pessoas, possuem a capacidade de possibilitar que as informações entre os atores se difundam de maneira extremamente rápida e interativa (RECUERO, 2014, p. 116; 184-186).

pautas e convocar as pessoas a aderir a determinados projetos. Isso também ocorre porque as redes sociais na Internet produzem um sentimento de vizinhança que agrega os atores sociais independentemente das distâncias geográficas (MEDINA, 2011, p. 9).

Segundo Castells (2013a, p. 182), conforme se verifica a partir da Primavera Árabe, as redes sociais são utilizadas para dar visibilidade às demandas e permitir maior engajamento e mobilização da população.

2.4.2 Os novos atores nas manifestações de junho: o grupo *Anonymous*, o grupo Mídia Ninja e os *Black Blocs* e a violência nas manifestações

Além do ativismo do MPL, antes referido na condição de protagonista das manifestações de junho de 2013 no Brasil, e responsável por sua deflagração e condução até determinado momento, posto que em 21 de junho de 2013 o Movimento anunciou que não mais convocaria manifestações, segundo relata Gohn (2014a, p. 31), é importante destacar a participação do Grupo *Anonymous*¹⁴, pois este foi responsável por um intenso tráfego de informações nas redes sociais Facebook e Twitter (PIMENTEL; SILVEIRA, 2013).

O grupo *Anonymous* é uma rede de ativismo digital que se utiliza do ciberespaço para mobilizar e influenciar o mundo. Seus membros não possuem uma unidade diretiva, rejeitam lideranças e podem ser reconhecidos por utilizarem uma máscara que reflete àquela utilizada no filme “V de Vingança” (GOHN, 2014a, p. 139).

Os sociólogos Tiago Pimentel e Sergio Amadeu da Silveira (2013) realizaram uma análise das postagens na rede mundial de computadores e concluíram que algumas páginas de Internet, vinculadas ao Grupo *Anonymous*, foram mais influentes na discussão sobre o tema da “tarifa zero” do que a própria página do MPL de São Paulo, em junho de 2013.

De acordo com a pesquisa, realizada especialmente para monitorar o fluxo de mensagens na rede durante o dia 13 de junho de 2013, e tendo por base o fluxo da rede mundial de computadores em São Paulo (capital), houve um aumento exponencial no crescimento da adesão às manifestações (PIMENTEL; SILVEIRA,

¹⁴ Página oficial do grupo “Anonymous” no Brasil na Internet. Disponível em: <<http://www.anonymousbrasil.com/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

2013). Esta mesma pesquisa reforça ainda a importância da rede social Facebook, tanto como “canal privilegiado de articulação dos ativistas e movimentos”, como ferramenta de intensificação da adesão das pessoas às manifestações (ROVAI, 2013, p.1).

Além do Grupo *Anonymous*, outros grupos foram igualmente importantes nas manifestações das ruas e praças do Brasil em junho de 2013, entre eles o *Coletivo Mídia Ninja*.

O *Mídia Ninja*¹⁵, uma abreviação de “Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação” se constitui, segundo descrição contida em sua página na Internet, em “uma rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando”. Trata-se de um grupo independente composto basicamente de jovens que fez a cobertura dos protestos de junho e julho de 2013, utilizando câmeras de foto ou filmagem, com uma participação mais aproximada dos acontecimentos.

Em entrevista concedida à *Revista IHU Online da Unisinos*, Bruno Torturra (2013), um de seus idealizadores, revelou que o *Mídia Ninja* tem por objetivo democratizar o acesso à informação para as parcelas mais amplas da população brasileira e “com isso, informar melhor as pessoas para que tenhamos uma democracia mais sólida, justa, integrada e próxima dos fatos”.

A importância do grupo *Mídia Ninja* pode ser compreendida pelo fato de que auxiliaram a divulgar e denunciar a violência que estava sendo praticada pelas polícias contra os manifestantes. Isso ajudou a colocar em evidência a atuação de outro grupo importante nos acontecimentos de junho de 2013, os *Black Blocs*.

Com efeito, não há como se referir aos episódios em que houve violência em junho de 2013, sem mencionar a ação de grupos que utilizavam táticas *Black Blocs* nas diversas manifestações pelo Brasil.

Os *Black Blocs*, conforme Scherer-Warren (2014c, p. 25-26), estão articulados no Brasil desde os anos 2000, mas foi somente com as manifestações de junho de 2013 que vieram a ter maior visibilidade. O perfil violento de atuação dos *Black Blocs* chamou a atenção da mídia sobre os protestos. Esse grupo atuou de forma performática nas manifestações de junho de 2013 no Brasil, com ações

¹⁵ Página oficial do Mídia Ninja na Internet. Disponível em: <<https://ninja.oximity.com/partner/ninja/about>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

pensadas para gerar impacto destrutivo contra o sistema capitalista, conforme argumenta Adriana Coelho Saraiva (2014, p. 47-48).

Apesar da visibilidade que tiveram suas ações, a violência nas manifestações de junho de 2013 disseminou-se entre parte dos jovens manifestantes, conforme argumentam Santos e Teixeira (2014, p. 70), não sendo, portanto, somente atribuída à participação dos *Black Blocs*.

Por outro lado, Santos e Teixeira (2014, p. 69-71), também argumentam que se reveste de muita complexidade a identificação de quem eram os atores nas manifestações de junho, pois além dos jovens, em sua maioria, há relatos de participação de “depredadores e saqueadores”, da polícia, entre outros.

De qualquer forma, o tema da violência ainda veio a ter bastante visibilidade por conta da atuação repressora aos manifestantes por parte das forças de segurança do estado, o que variou conforme o lugar em que as polícias intervieram para conter as manifestações, mas serviu também para conferir uma maior adesão das pessoas à mobilização (SANTOS; TEIXEIRA, 2014, p. 71).

Da mesma forma que as redes sociais na Internet tiveram destacada importância nos protestos, estes ocorriam nos espaços públicos das ruas do país, o que constitui outra relevante característica das manifestações de junho de 2013.

2.4.3. Os locais de protesto e a ocupação dos espaços públicos

Outra característica importante nas manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil é a de que, tendo início na questão do transporte coletivo, os protestos foram precipuamente urbanos, iniciados nas grandes capitais brasileiras, posteriormente vindo a se espalhar para as cidades médias e menores.

Em 20 de junho de 2013, auge das manifestações, estimativas dos meios de comunicação apontam que mais de um milhão de pessoas participaram de protestos em mais de quatrocentas cidades de todas as regiões do Brasil, incluindo vinte e duas capitais (BRAGA, 2013, p. 53).

Em junho de 2013, o MPL utilizou amplamente as redes sociais na Internet para conseguir imprimir a visibilidade necessária para que sua pauta fosse ouvida e entendida pelas pessoas (SARAIVA, 2014, p. 49). Todavia, o MPL não se limitou a manter suas reivindicações nas redes sociais na Internet, mas também organizou

diversos atos em locais públicos como forma de dar publicidade às suas reivindicações (GOHN, 2014a, p. 25-29).

Assim, a ocupação do espaço público foi utilizada pelo MPL, nas manifestações de junho no Brasil, como estratégia para demonstrar sua pauta. Ela tornou-se necessária para que a reivindicação fosse efetivamente ouvida pelos agentes responsáveis por realizarem as mudanças necessárias nas políticas públicas de mobilidade urbana.

Nessa direção, segundo Harvey (2012, p. 60-61), a tática de ocupar os espaços públicos é mais importante do que o uso das redes de comunicação na Internet, pois somente a rede não proporciona que as reivindicações sejam ouvidas:

Ela mostra como o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado. A Praça Tahrir mostrou ao mundo uma verdade óbvia: são os corpos nas ruas e praças, não o balbúcio de sentimentos no Twitter ou Facebook, que realmente importam.

A questão da mobilidade urbana e a pauta do MPL deram o impulso inicial às manifestações, mas a manifestação da massa logo viria escapar ao controle do Movimento, que anunciou que não realizaria mais convocações (GOHN, 2014a, p. 31). Outras duas características das manifestações, a pluralidade de demandas e a ausência de lideranças, se tornaram mais visíveis após os atos iniciais convocados pelo MPL.

2.4.4 A pluralidade de demandas e a ausência de lideranças

Junho de 2013 pode ainda ser caracterizado pela diversidade de demandas e pela ausência de lideranças. A pluralidade de demandas foi identificada por Marcelo Kunrath Silva (2014, p. 10), que observa a “ausência de uma reivindicação ou demanda comum que unificasse o conjunto dos eventos que conformam este ciclo” de junho de 2013. Há que se observar também certa horizontalidade nas manifestações, diante da inexistência de uma liderança propriamente constituída, pois seus atores “são todos líderes” (GOHN, 2014a, p. 71).

Pablo Ortellado (2013, p. 235), na mesma linha de raciocínio, articula que um dos elementos caracterizadores das manifestações de junho são a “explosão de manifestações com pautas difusas e sem qualquer orientação a resultados”.

Soma-se à heterogeneidade de demandas, o aspecto de que não havia lideranças visíveis e que os manifestantes eram críticos à participação de sindicatos e centrais sindicais, bem como rejeitavam bandeiras de partidos políticos (GOHN, 2014b, p. 432-433), circunstâncias estas que apontam para o descontentamento com a política institucionalizada e com as formas de representação, seja a partidária seja a sindicalizada.

É importante o registro, no entanto, de que não se pode analisar os protestos de junho de modo uniforme, pois houve momentos distintos nas manifestações. A periodização apresentada por Singer (2013, p. 24), antes referida no Capítulo 2, item 2.1, situa a proposta do *Gabinete Digital* na segunda fase das manifestações de rua que aconteceram nos dias 17, 18, 19 e 20 de junho, momento em que os protestos atingem o ápice e que as demandas se apresentam difusas. Conforme Singer (2013, p. 24), nessa etapa “outras frações da sociedade entram espontaneamente em cena, multiplicando por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas as suas demandas”.

2.4.5. A crise política e de representatividade, e a apropriação de alguns repertórios dos protestos pela direita

Do ponto de vista de muitos analistas sociais, os cartazes portados pelos manifestantes nas manifestações com dizeres que pediam reforma política e a atitude de não permitir a participação de bandeiras de partidos (Anexo II), podem estar ligados à crise política e de representatividade dos partidos.

Nesse sentido, haveria um desencontro entre o que a população espera das instâncias representativas e aquilo que os partidos políticos têm a oferecer, motivo pelo qual os manifestantes repudiaram a participação de partidos políticos.

Segundo avalia Gohn (2014b, p. 436), junho de 2013 demonstrou a desconfiança nos políticos e nas formas de se fazer política, quando os atores se declararam apartidários, mas não anti-partidários, e, principalmente, não se sentiram representados pelos partidos atualmente existentes.

A crise de representação e a apartidarização das manifestações, aliada à inexistência de uma pauta bem definida, somente fez crescer entre os brasileiros a falta de distinção clara entre direita e esquerda, reflete o sociólogo Giuseppe Cocco (2013, p. 5).

Na perspectiva do sociólogo, isso ocorre porque a crise de representação é interna aos partidos políticos e reside na “indiferenciação da clivagem direita/esquerda” (COCCO, 2013, p. 5), que determina que, apesar da alternância que se verifica entre os partidos nos governos, a política é sempre a mesma. Esta indiferenciação entre esquerda e direita na forma de fazer política no Brasil é percebida pela população, que se sente desorientada e não sabe a que partido recorrer, manifestando rejeição total a qualquer forma de representação partidária (2013, p. 5).

Neste cenário, na avaliação de Cocco (2013, p. 5), os próprios partidos seriam os responsáveis pela instauração da crise, por serem auto-referenciados e não perceberem que são os causadores desta situação:

Só que as dimensões dessa crise são processadas pelo discurso oficial – ou seja, partidário – de maneira invertida. E essa inversão não é por acaso. Aliás, os últimos desdobramentos do movimento (as agressões contra os partidos de esquerda nas manifestações do dia 20 de junho) nos mostram muito bem como funciona essa inversão.

Na esteira da crise de representação política, e dos protestos anticorrupção, vieram manifestações de todos os vieses. Singer (2013, p. 34) menciona que, a partir do dia 18 de junho, a direita percebe a possibilidade de utilizar os protestos como oposição ao governo federal:

[...] O fato é que, a partir do momento em que importantes setores de classe média foram para a rua, o que havia sido um movimento da nova esquerda passou a ser um arco-íris, em que ficaram juntos desde a extrema-esquerda até a extrema-direita. As manifestações adquirem, a partir daí, um viés oposicionista que não tinha antes [...] Na terça, 18, em São Paulo, durante a quinta manifestação paulistana, um grupo com características que se pareciam às da extrema-direita destacou-se da multidão e tentou depredar a prefeitura de São Paulo, dirigida por um político do PT apoiado diretamente por Lula na eleição de 2012. [...]. A direita buscou tingir as manifestações de um sentimento anticorrupção. [...]

Todas estas características, de uma forma ou de outra, contribuíram para que o poder público se sentisse desorientado frente às manifestações, encontrando dificuldades para lidar com as demandas das ruas.

2.5 As dificuldades de diálogo entre manifestantes e Poder Público em junho de 2013

Diante do quadro de aumento exponencial da onda de protestos, a Presidente da República Dilma Rousseff se viu forçada a convocar uma reunião de emergência para tratar das demandas dos manifestantes¹⁶.

Logo em seguida, em rede nacional¹⁷, a Presidente Dilma dirigiu-se aos manifestantes afirmando estar aberta ao diálogo, enumerando uma série de medidas que pretendia adotar, a fim de atender aos manifestos que vinham das ruas.

Naquele momento, o ex-ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República no período de 2011 a 2015, Gilberto Carvalho, em discurso proferido em 23 de janeiro de 2014, no Fórum Social Temático em Porto Alegre, revela que houve certo desespero no Governo:

“Quando acontecem as manifestações de junho, da nossa parte houve um susto. Nós ficamos perplexos. Quando falo nós, é o governo e também todos os nossos movimentos tradicionais. [Houve] uma certa dor, uma incompreensão e quase um sentimento de ingratidão. [Foi como] dizer: fizemos tanto por essa gente e agora eles se levantam contra nós” (CARVALHO *apud* BACHTOLD; NERY, 2014, p. 01).

Gohn (2014a, p. 81) aponta a fatos posteriores às manifestações de junho de 2013 no Brasil: um deles é o fato de o governo ter dificuldades de encontrar interlocutores, pois “as novas formas de movimentos, organizadas por ativistas que atuam em redes sociais em torno de tópicos específicos, como o MPL e outros coletivos [...] não estavam anteriormente na agenda de políticas públicas”.

Não havia, portanto, mediadores para conversar com o governo. Mesmo não havendo mediadores, o que pode ser resultado da própria nova configuração dos movimentos sociais na atualidade, o diálogo entre o Poder Público e os manifestantes se faz necessário, a fim de que as demandas sejam democraticamente reconhecidas pelo Estado, pois há necessidade de um Estado mais eficiente (Gohn, 2014a, p. 65).

¹⁶ Informação disponível em: <zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/06/protestos-pelo-brasil-os-dias-que-abalaram-a-presidente-dilma-4185116.html>. Acesso em: 02 mar. 2015.

¹⁷ Pronunciamento da Presidente Dilma Rousseff, veiculado em rede nacional pela agência estatal de notícias EBC, disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/galeria/videos/2013/06/Assista-ao-pronunciamento-da-presidenta-dilma-rousseff>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

Neste sentido, Gohn (2014a, p. 65) denota o vazio democrático das manifestações de junho no Brasil, ao levantar a seguinte questão: “como reconstruir o espaço de diálogo, para buscar soluções, para reconstruir o espaço político e a própria política em outras bases, visando transformar instituições que já não dão conta das mudanças socioculturais do mundo contemporâneo?”

Em Porto Alegre, por outro lado, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi responsável por abrir o espaço institucional do Gabinete Digital à participação dos manifestantes de junho de 2013 (SANTOS; TEIXEIRA, 2014, p. 71). Na capital gaúcha, mesmo antes das manifestações de junho, a questão do aumento das tarifas de transporte coletivo já era objeto de mobilização desde o início do ano de 2013, a partir da atuação do *Coletivo Bloco de Lutas pelo Transporte Público* (SANTOS; TEIXEIRA, p. 67).

O Bloco de Luta havia sido criado no ano anterior, a partir da congregação de diversas outras organizações “unidas pela luta contra o aumento da passagem e por um transporte coletivo público de qualidade em Porto Alegre/RS”, conforme está descrito em sua página oficial no Facebook.

Entre os atores sociais que se uniram às mobilizações convocadas pelo Bloco de Luta em Porto Alegre aparecem representantes ligados à *Frente Autônoma*, à *Associação Nacional dos Estudantes Livre* (ANEL), entidade estudantil ligada ao *Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado* (PSTU), à *Juventude do PT*, dentre outros, além de grupos anarquistas que tradicionalmente costumam aderir a atos contra aumento de passagem em Porto Alegre.

O Bloco de Luta, então, vinha protagonizando em Porto Alegre a defesa contra o aumento da tarifa de transporte público desde o ano de 2012, desencadeando diversas manifestações na capital (SANTOS; TEIXEIRA, 2013, p. 67), vindo a participar ativamente das manifestações de junho, intensificando as convocatórias por meio das redes sociais na Internet.

A análise da proposta do Gabinete Digital em Porto Alegre e a participação dos atores sociais e políticos neste encontro realizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, diante do cenário de mobilizações de junho de 2013 é o que constitui, como já referido na introdução, o objeto desta pesquisa.

3 Os Movimentos Sociais

O tema dos movimentos sociais vem sendo retomado por estudiosos da ação coletiva, especialmente após as grandes manifestações que ocorreram no mundo a partir da Primavera Árabe.

Neste terceiro capítulo, é abordado o referencial teórico que permeia o desenvolvimento do trabalho, tratando da sociologia dos movimentos sociais, apresentando-se, ainda, algumas das divergências teóricas encabeçadas por teóricos da ação coletiva no Brasil.

No Brasil, os eventos de junho de 2013 geraram divergências entre teóricos da ação coletiva quanto à classificação como movimento social, o que reacendeu o debate na sociologia dos movimentos sociais sobre o enquadramento das manifestações de junho neste campo de estudo.

Ao final do capítulo, justifica-se a adoção dos elementos da teoria do confronto político para analisar a proposta do Gabinete Digital em Porto Alegre no encontro com manifestantes em junho de 2013.

3.1 Teorias contemporâneas sobre movimentos sociais e os estudos sobre movimentos sociais no Brasil nos últimos anos

No Brasil, diversas correntes teóricas sobre movimentos sociais e ação coletiva foram recepcionadas, gerando conhecimento sobre processos de lutas e movimentos sociais. Especialmente nas últimas décadas, houve grande influência de referenciais teóricos construídos e sistematizados no hemisfério norte, utilizados como base explicativa e de análise de fenômenos de mobilização social no hemisfério sul. Não obstante, a produção desse conhecimento observou as

peculiaridades e especificidades locais, diferentes dos processos históricos em que foram inicialmente produzidos (GOHN, 2014e, p. 97-98).

Sinteticamente, Gohn (2014d, p. 09) divide as teorias contemporâneas sobre movimentos sociais e ação coletiva produzidas no hemisfério norte de acordo com o paradigma adotado, norte-americano ou europeu.

Do paradigma norte-americano, sobressai a *Teoria da Mobilização de Recursos* (TMR), que teve pouca penetração no Brasil, em razão, especialmente, da antipatia que gerou a setores de esquerda, ao comparar os movimentos sociais com empresas. A TMR buscou privilegiar aspectos como a racionalidade e a organização dos movimentos, conferindo menor importância a ideologias e valores na conformação das mobilizações coletivas (ALONSO, 2009, p. 53).

A *Teoria do Processo Político* (TPP), também do paradigma norte-americano, igualmente não teve grande adesão na América Latina (ALONSO, 2009, p. 59). Esse espaço, especialmente aqui no Brasil, foi melhor aproveitado pela escola que seguiu o paradigma europeu da *Teoria dos Novos Movimentos Sociais* (TNMS):

[...] Avulsas ou em combinações, as TNMS fizeram carreira na América Latina. Foram de longe a perspectiva mais aplicada para a explicação de casos nacionais, durante as décadas de 1980 e 1990, como mostram várias revisões bibliográficas desse campo (Haber, 1996; Davis, 1999; Shefner, 2004), e orientaram a agenda para a produção de estudos de casos, concentrados no processo de construção de identidades coletivas (ALONSO, 2009, p. 68)

A perspectiva da TNMS, em suma, analisa os fenômenos do ponto de vista do ator, ou seja, como os atores constroem suas pautas e mobilização política em torno delas; a TPP analisa o fenômeno do ponto de vista dos eventos de protesto. A TMR, por sua vez, tem foco, como o próprio nome refere, nos recursos e na organização dos movimentos, mas não vem sendo muito utilizada atualmente.

A TPP, ainda que pouco utilizada na América Latina até os anos 1990, (GOHN, 2014, p. 97) possui foco em um modelo de mobilização política, construindo “explicações macro-históricas que repelem a economia como chave explicativa e combinam política e cultura na explicação dos movimentos sociais” (ALONSO, 2009, p. 53-54).

Neste ponto, a abordagem da TNMS não difere daquela que caracteriza a TPP, pois ambas emergiram para “superar explicações deterministas e

economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal”, conforme sustenta Alonso (2009, p. 53).

Da mesma forma, tanto a TNMS, quanto a TPP sofreram atualizações nos anos 1990. De um lado, a TNMS passou a se deter menos no papel de um ator específico e a se vincular mais ao lugar de atuação: a sociedade civil. De outro lado, a TPP trouxe para dentro de seu arcabouço teórico-explicativo a violência e a cultura, redefinindo seu objeto de estudo para um espectro mais amplo de formas de ação contenciosa, da qual os movimentos sociais são apenas um caso (ALONSO, 2009, p. 75; GOHN, 2014f, p. 83).

Assim, a TPP seguiu, a partir dessa reformulação, uma abordagem que inclui os movimentos sociais dentro de um espectro mais amplo de formas de ação conflituosa e política: a *Contentious Politics*, tendo como um de seus maiores expoentes Charles Tilly (ALONSO, 2009, p. 76).

Para McAdam, Tarrow e Tilly (2001), por *Contentious Politics* deve-se compreender um processo interativo e público, no qual um grupo reivindicante apresenta, em dado momento, perante outro grupo, objeto da reivindicação, reivindicações que afetam um dos grupos. Nesse processo, sempre haverá a figura de um Governo, que pode ser o reivindicante, o objeto da reivindicação, ou apenas terceira parte:

[...] uma interação episódica e colectiva entre entidades reivindicativas e os respectivos oponentes sempre que a) pelo menos o governo de um Estado é parte reivindicativa ou objecto da reivindicação ou faz parte da própria reivindicação, e b) sempre que as reivindicações, se satisfeitas, afectem os interesses de pelos menos uma das entidades reivindicativas (MCADAM, TARROW E TILLY, 2001, p. 5, *apud* FLACKS, 2005, p. 48).

Apesar de desfrutar de certa prevalência entre estudiosos no âmbito internacional, a abordagem da *Contentious Politics*, somente começa a ganhar força na América Latina, ainda que timidamente, a partir dos anos 2000, com os trabalhos de Auyero, na Argentina, e de Boschi, no Brasil (SILVA, 2010, p. 5).

A abordagem da *Contentious Politics* tem por objetivo, conforme afirma Flacks (2005, p. 48), desvendar “regularidades e variações sistemáticas” entre todos os tipos de confronto político. Neste sentido, Tilly e Tarrow (2007, p. 4) sustentam que a abordagem do confronto político relaciona algumas características da vida social, o confronto, a ação coletiva e a política.

Silva (2010, p. 6) afirma, ainda, que tal abordagem teórica conta com a vantagem de superar modelos dualistas na análise dos movimentos sociais, pois apreende da realidade a relação existente entre os atores sociais e o tecido institucional de decisão política. Não obstante, o autor identifica que até recentemente as Ciências Sociais no Brasil vinham passando por um período de certo “refluxo” no âmbito dos estudos sobre movimentos sociais.

Esse refluxo seria decorrente da crescente valorização, nos últimos vinte anos, de espaços institucionais abertos à participação dos atores sociais no Brasil, o que fez com que cientistas sociais neste período, perdessem o interesse pelo tema dos movimentos sociais, em linha contrária à literatura estrangeira, que no mesmo interregno intensificou sua agenda de produção teórica (SILVA, 2010, p. 3).

Gohn (2013a, p. 20), na mesma esteira, assevera que a institucionalização dos movimentos sociais se fez sentir ainda mais ao final dos anos 90, quando estes passaram a adotar posições mais propositivas e a atuar em rede e em parceria com outros atores sociais, como as organizações não governamentais (ONGs).

De acordo com Gohn (2013a, p. 22), nos anos 90, as ONGs passaram a ter mais importância que os movimentos sociais. Isso ocorreu porque aquelas estão mais voltadas para a execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade, atuando onde a prestação de serviços sociais é carente ou ausente. O ápice dessa evolução ocorreu quando as ONGs e os movimentos redefiniram seus laços e os movimentos passaram a ter perfis mais plurais, agregaram conhecimento sobre políticas estatais e criaram um novo movimento social, agora contra a globalização (GOHN, 2013a p. 31).

Ainda assim, a agenda teórica e de pesquisas tem sido mantida por alguns sociólogos, destacando-se, por exemplo, Ilse Scherer-Warren (2006; 2014), Maria da Glória Gohn (2013; 2014), Marcelo Kunrath Silva (2010; 2014), Ângela Alonso (2009; 2012), Breno Bringel (2012).

Gohn (2014f, p. 98-99) afirma que não há necessidade de contrapor paradigmas teóricos para a análise das ações coletivas, ou de reconhecer esse ou aquele marco teórico como o mais adequado para a construção de uma Sociologia dos Movimentos Sociais:

Não se trata, portanto, de contrapor tipos de movimentos ou ações coletivas, e nem paradigmas teóricos interpretativos como mais ou menos adequados, até porque todos eles continuam a coexistir com os novos.

Trata-se de reconhecer a diversidade de movimentos e ações civis coletivas, suas articulações e os marcos interpretativos que têm lhes atribuído sentidos e significados novos, o que eles têm trazido à luz no campo de investigação de uma Sociologia dos Movimentos Sociais.

Para Gohn (2014f, p. 98-99), é o reconhecimento da multiplicidade de ações coletivas e de movimentos que se formam e se redefinem a todo o tempo que necessita ser explicado, atentando-se para as peculiaridades que este novo século traz.

3.2 As manifestações de junho e a categoria movimentos sociais

Em relação a junho de 2013, há divergência quanto à classificação do fenômeno como um movimento social, ainda que já tenham passado três anos dos eventos.

A ausência de consenso se reflete na própria definição desse fenômeno, pois os analistas frequentemente se referem a eles como protestos, jornadas, manifestações, movimento social etc. Exemplificando, as sociólogas Ilse Scherer-Warren e Maria da Gloria Gohn, discordam quanto à forma de caracterização das manifestações de junho de 2013.

Para Ilse Scherer-Warren (2014, p. 422), as manifestações não se enquadram na categoria movimentos sociais, pois a elas faltam alguns elementos constitutivos para que sejam assim caracterizadas. A autora argumenta que “os movimentos sociais promovem, participam ou estão nas manifestações, mas não se reduzem a elas (2014, p. 422).

Por outro lado, Maria da Gloria Gohn (2014a, p. 71), compreende que as manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil, devem ser vistas como movimentos sociais diferentes dos movimentos sociais tradicionais ou dos denominados “novos movimentos sociais da segunda metade do século XX”. Nesse sentido, Gohn (2014a, p. 71, 84-85) sustenta que estas manifestações devem ser vistas no contexto de um movimento social, protagonizado especialmente pela população mais jovem do país, escolarizada e que se permite ser crítica, bem como, que nasceu em uma época dominada pelo uso das redes de comunicação e informação.

Na percepção de Gohn (2014a, p. 71), os novos movimentos de junho de 2013 são coletivos que não possuem um sistema hierárquico, nem um eixo de direção centralizado, o que resulta em maior autonomia de seus participantes, o que não lhes retira o caráter de movimentos sociais. Além disso, estes novos movimentos se utilizam de técnicas de manifestação diferentes dos movimentos das décadas passadas.

Portanto, as manifestações de junho de 2013 demonstram, para Gohn (2013d, p. 213), que há um novo modelo de associativismo no Brasil, fruto de uma nova conjuntura sociopolítica, econômica e cultural e que tem os jovens como força motriz. Esse novo modelo possui distinções que passam pelos novos campos temáticos tratados, pelos seus repertórios e novas formas de comunicação, identidades criadas, pertencimentos de classe e sociocultural, assim como as formas como aproveitam as oportunidades políticas que surgem (GOHN, 2013d, p. 213).

A conceituação do que é um movimento social, de qualquer sorte, não é uma tarefa de fácil resolução.

3.3 O conceito de movimentos sociais

Conceituar movimentos sociais não se apresenta como uma tarefa de fácil resolução, pois os estudiosos apresentam diferenças substanciais acerca do tema.

Para a socióloga paulista Maria da Glória Gohn (2013a, p. 13), por exemplo, movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” e, na ação concreta, essas formas podem adotar uma série de estratégias distintas que vão, desde uma simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, passeatas, distúrbios, desobediência civil, etc.), até mesmo por meio de pressões indiretas.

No entanto, para a socióloga da Universidade de Santa Catarina, Ilse Scherer-Warren (2006, p. 113), para que se caracterizem como tal, os movimentos sociais pressupõem a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum (utopia), os quais definem quais são os atores ou situações sistêmicas antagônicas (opositores) que devem ser combatidas e transformadas.

Além disso, Scherer-Warren (2014b, p. 422) sustenta que os movimentos sociais organizados devem possuir

relativa permanência temporal e tendem, no mundo contemporâneo, a se estruturar sob a forma de redes de militância que operam como uma estratégia para a construção de significados políticos ou culturais em comum.

Em suma, a autora analisa os movimentos sociais na perspectiva de redes, percebendo-os com princípios identitários, objetivos definidos e organização diretiva; com base nessas premissas, constitui o conceito de redes de movimento social. De acordo com Scherer-Warren (2006, p. 113-114), nas sociedades das redes, os movimentos de base local percebem cada vez mais a necessidade de realizar articulações com outros grupos, com os quais se identifiquem, em busca de se tornarem visíveis e assim impactar a esfera pública e obter conquistas para a cidadania.

Trata-se, segundo Scherer-Warren (2006, p. 113-114), de um processo articulatório em que os movimentos sociais atribuem “legitimidade às esferas de mediação, fóruns e redes entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimentos com relativa autonomia, por outro”.

Esta circunstância, de acordo com Scherer-Warren (2006, p. 114), tensiona o movimento social entre dois polos: ou ele participa do Estado “para a formulação e a implementação de políticas públicas” ou se torna “um agente de pressão autônoma da sociedade civil”. Esta conclusão da autora (2006, p. 110) remete a outro ponto importante de sua análise, que é o da “divisão tripartite da realidade”, composta pela sociedade civil, pelo Estado (orientado pela racionalidade do poder) e pelo mercado (orientado pela economia).

Nesta linha de raciocínio, para Scherer-Warren (2006, p. 110), a sociedade civil é

a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas.

E a sociedade civil, segundo a autora (2006, p. 110-112), está dividida em três níveis: no primeiro e segundo níveis, estão as formas organizacionais da sociedade, e que possuem certa “institucionalidade”, o associativismo local e as

formas interorganizacionais, respectivamente; no terceiro nível organizacional estão as “mobilizações na esfera pública”, que:

[...] são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo.

Com a finalidade de efetuar uma diferenciação esquemática entre movimento social e manifestação em praça pública, Scherer-Warren (2014b, p. 422) argumenta que são quatro os momentos constitutivos relevantes de um movimento social organizado: 1) o “frame” organizacional, que é o local onde se constroem significados comuns para as lutas na esfera pública; 2) as articulações discursivas que desses significados resultam, para a construção de demandas e projetos comuns; 3) demandas e ideários que serão traduzidos em políticas públicas ou mudanças sistêmicas; e, 4) por fim, uma continuidade no tempo, que vai além do momento de protesto.

Diante deste cenário, Scherer-Warren (2014b, p.422) entende que os movimentos sociais organizados são diferentes dos movimentos de protesto e, em relação às manifestações de junho de 2013, estes não se constituem em movimentos sociais organizados, argumentando, em síntese, que os movimentos sociais “promovem, participam ou estão nas manifestações, mas não se reduzem a elas”.

Corroborando esta assertiva a impressão colhida a respeito do pensamento de Scherer-Warren, transcrita pelo sociólogo André Selayaran Nicoletti (2013, p. 14), da Universidade Federal de Santa Catarina, em artigo apresentado no IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, em agosto do ano de 2014:

Apesar de não termos adentrado, pelo limite das páginas, no conceito de movimentos sociais, é preciso deixar claro que existe uma gigantesca distinção entre movimento social e manifestação/mobilização. Movimento social é aquele com lutas que se propagam no tempo, com organização, articulação, com história de batalhas e reivindicação (MELUCCI, 2001) enquanto manifestações são formas de mobilização com vistas a um fim específico e que não necessariamente possuem uma propagação no tempo, podendo ser constituídas “ad hoc”. O movimento social se expressa por diversas formas, entre elas pela manifestação, o que não significa dizer que são sinônimos, pois mobilização é uma das formas de exteriorização do

movimento, mas não a única. Esse entendimento vai ao encontro do que a professora Ilse Scherer-Warren proferiu na sua palestra na Semana Brasileira de Sociologia em 2013.

Deste modo, na visão de Scherer-Warren, as manifestações de junho de 2013 não são movimentos sociais organizados, mas mobilizações, diferentemente da conclusão a que chega a estudiosa Maria da Gloria Gohn.

Percebe-se, assim, que as manifestações de junho de 2013 causaram divergências também no campo acadêmico quanto à sua definição ou não como movimento social.

De qualquer sorte, o que se verifica é que o perfil dos movimentos sociais vem se alterando desde a década de 1970 no Brasil, em face de mudanças nas conjunturas sociopolítica, econômica e cultural (GOHN, 2013d, p. 213).

3.4 Características dos movimentos sociais na atualidade

De uma fase em que os grupos sociais, especialmente de base cristã, faziam oposição ao regime militar, no final dos anos 1970 e início dos anos 80, os movimentos sociais, ao longo dos anos 90, se institucionalizaram e reduziram as manifestações de rua, especialmente no período que se seguiu à promulgação da Constituição Federal de 1988, que instituiu diversos direitos que antes eram objeto de demanda pelos movimentos sociais (GOHN, 2013a, p. 19-23).

Na atualidade, os movimentos sociais se redefiniram, apresentando como características básicas: a luta de defesa das culturas locais (anti-globalização) e o resgate do caráter e sentido das coisas públicas, espaços, instituições políticas; a reivindicação de ética na política; a cobertura de importantes áreas do cotidiano, não penetradas por instituições como partidos políticos, igrejas ou sindicatos e o interesse por questões da subjetividade do homem (GOHN, 2013a, p. 16).

Finalmente, os atuais movimentos sociais construíram um entendimento sobre a questão da autonomia diferente do que existia nos anos 1980: ter autonomia hoje não é atuar contra o Estado, mas é ter projetos, planejamento, crítica e solução para o conflito (GOHN, 2013a, p. 16-17). Além disso, é importante atentar para a influência das redes sociais na Internet e as novas tecnologias de comunicação e informação (GOHN, 2014e, p. 89).

Na mesma linha de raciocínio, Marcelo Kunrath Silva (2010, p. 7), afirma que uma nova agenda de pesquisas no Brasil deve ser aberta para integrar a “relação entre o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação e os processos organizativos”, ainda pouco presente na literatura sobre movimentos sociais.

Nesta mesma direção, Manuel Castells (2013a, p. 157) defende que o poder de transformação do mundo está nas redes. O autor sugere que as redes conformam um novo paradigma de estudo da sociedade, pois altera o funcionamento da vida social. Para o sociólogo espanhol, as redes sociais na Internet quebram paradigmas em diversas frentes, inclusive na análise dos movimentos sociais.

Para Castells (2013a, p. 159-160), as redes na Internet são o local que novos atores sociais ocupam, em especial para a geração que nasceu numa época em que a Internet domina os meios de comunicação e informação. Apesar disto, o autor também sustenta que essa nova geração circula entre o ciberespaço e o espaço urbano, e assim utiliza as redes digitais e os espaços físicos para se manifestar naturalmente.

Em relação às outras manifestações mais recentes pelo mundo, Gohn (2014b, p. 437-438) argumenta que não há como compreender todos os movimentos sociais atuais sem considerar suas distinções e peculiaridades. Gohn (2014b, p. 436-437) explica que são diferentes os campos de luta dos atuais movimentos de protesto no Brasil em junho de 2013, em relação àqueles verificados no mundo árabe, Europa ou no norte do continente americano. Isso ocorre especialmente porque a conjuntura política de cada país é diferente. Em alguns países os regimes são democráticos e, em outros, autoritários, assim como também é diferente a conjuntura econômica nos momentos de ebulição das manifestações.

Ainda que haja distinções, Gohn (2014a, p. 141) afirma que todas as recentes manifestações encetam características comuns, entre elas a mais marcante, a utilização do espaço público para a demonstração das insatisfações.

Outra aproximação possível é no que se refere à participação dos jovens nos eventos de protestos, pois as novas gerações não se identificam com as formas de organização existentes e reagem ao modelo de sociedade em que vivem, baseada no consumo, mas que impõe “qualidade de vida sofrível” (GOHN, 2014b, p. 436).

No mesmo sentido, Scalon (2013, p. 184) avalia que os jovens sempre são o motor dos protestos, pois “por sua energia, generosidade, ímpeto e desprendimento, são o grupo que, em geral, se dispõe a empreender esforços de movimento e mudança”. Além disso, conclui a autora, são os atores que “vêm demandando maior igualdade – e não somente nas condições de vida e oportunidades, mas, também, de participação e liberdade”.

Semelhante posição é compartilhada por Sergio Botton Barcellos, para quem os jovens são, em grande parte, os motores das manifestações nas ruas desde junho de 2013. Ressalta o sociólogo, no entanto, que a novidade está em que “outros atores, outras organizações e outras formas de luta, que são constantemente reatualizadas, entraram em cena como forma de questionamento ao atual estágio do desenvolvimento capitalista no Brasil” (2016, p. 173).

Por fim, Gohn (2013d, p. 213) avalia que nas manifestações atuais, as redes sociais na Internet exercem um papel fundamental, seja porque reconfiguraram os relacionamentos especialmente entre os jovens, seja porque podem transformar o simpatizante da causa em ativista.

Outro elemento que Castells (2013b, p. 2) identifica nas manifestações de junho de 2013 no Brasil é a violência que atinge o cotidiano da população que acedeu às convocatórias do MPL. O sociólogo sustenta que, apesar de o país vivenciar no período anterior às manifestações, tempos de diminuição da pobreza e de relativo crescimento e prosperidade, persistia a violência decorrente do tráfico de drogas e da marginalização das comunidades carentes mais jovens.

Neste contexto de divergências quanto a como devem ser entendidas as manifestações de junho de 2013, possivelmente se apresenta mais condizente a configuração daqueles protestos como movimentos sociais, articulados na atualidade de forma diversa dos movimentos sociais encontrados nos estudos anteriores. Ademais, as novas tecnologias de informação e comunicação modificaram as relações sociais e permitem que haja uma nova configuração dos movimentos sociais na atualidade.

Alonso (2013a, p. 1), por exemplo, filiando-se à corrente da Teoria do Processo Político, compreende que estamos diante de um movimento social. A socióloga defende que:

Trata-se de movimento social. Manifestações públicas repetidas no espaço público por grande número de pessoas em desafio ao Estado (sem visar o poder, à diferença dos movimentos revolucionários) e em nome de ampliação de direitos de dada população, para usar a definição de Charles Tilly. [...] Movimento tem fronteira fluída, gente entrando e saindo, flutuação de lideranças, mas não é rede virtual. Exige presença massiva e compromisso, do que apenas se tem certeza no confronto com a polícia, adversário inevitável, pois movimentos exploram o terreno do que é ilegal, mas legítimo.

Mas esse movimento social tem peculiaridades que os distinguem de outros movimentos sociais anteriormente conhecidos. Nesta direção, as manifestações de junho de 2013 mostraram nuances próprias. Afirma Alonso (2013b, p. 1):

Não se trata de um único movimento social, mas de vários, em mobilização consecutiva. O que a sociologia política chama de 'ciclo de protesto', sequência de manifestações públicas coletivas em escalada, com frequência e intensidade superiores ao rotineiro, que se espalham por diferentes setores da sociedade e recorrem a formas novas de protesto e organização.

Diante de novas características, outras abordagens teóricas devem ser mobilizadas para análise dentro da sociologia dos movimentos sociais.

3.5 A abordagem da *Contentious Politics* para analisar novas formas associativas

A expressão *Contentious Politics* já recebeu diversas traduções de seu original em inglês. Nesse sentido, tem-se por oportuno trazer a reflexão realizada por Breno Bringel (2012, p. 60-61) sobre a dubiedade que uma tradução da expressão pode trazer:

Aproveito para fazer um importante parêntese terminológico. As traduções mais habituais do termo "contentious politics" tem sido "política contenciosa", "litígio coletivo" e mais recentemente "confronto político". Em espanhol, o termo tem sido traduzido como "política contenciosa" ou como "contienda política". Creemos que a tradução mais satisfatória seria a de "confronto político" ou inclusive "política contestatória", assim como termos *contend/contention* como "contestar ou confrontar" / "contestação ou confronto", já que, em nossa opinião, estas acepções preservam melhor o sentido de oposição, conflito e reivindicação intrínseco a este projeto coletivo de pesquisa, em detrimento do sentido mais jurídico de "política contenciosa" (que poderia resultar confuso) ou do sentido demasiado generalista de "litígio coletivo" ou "contenda política" (como disputa entre vários).

Bringel (2012, p. 61) acredita que a melhor tradução do termo para o português é “confronto político”, ou então, “política contestatória”, pois “estas acepções preservam melhor o sentido de oposição, conflito e reivindicação intrínseco neste projeto coletivo de pesquisa”. Assim, considerando a tradução proposta por Bringel, tem-se mais adequado referir-se à expressão como “confronto político”.

Retomando a afirmativa de Silva (2010, p. 5), as Ciências Sociais no Brasil começam a mobilizar os conceitos constitutivos da abordagem da *Contentious Politics*, para interpretar os diferentes processos organizativos e de contestação.

Conforme a abordagem proposta por Tilly e Tarrow, nem todo confronto político configura um movimento social. Os movimentos sociais são apenas uma das formas possíveis de confronto político, assim como também o são as guerras civis e as revoluções (TILLY; TARROW, 2007, p. 111; TILLY; WOOD, p. 5).

Para que se conforme um movimento social, é necessário a conjunção de determinados fatores. Tilly e Tarrow (2007, p. 111) afirmam que um movimento social pressupõe a existência de uma campanha sustentada por reivindicações, que se utiliza de performances repetidas que anunciam essas reivindicações, baseada em organizações, redes, tradições e solidariedades que sustentam essas atividades. Portanto, o confronto político envolve necessariamente interações, por meio das quais determinados atores sociais fazem reivindicações sobre os interesses de outros atores sociais (TILLY; TARROW, 2007, p. 4).

Percebe-se, nesse sentido, que o confronto político requer a existência de três elementos, quais sejam, uma parte que faz a reivindicação e outra que a recebe, além da própria reivindicação em si. Por outro lado, as interações que caracterizam o confronto político, levam a esforços coordenados em favor de interesses ou programas que são compartilhados pelos atores. Nessa interação, sempre haverá a figura de um governo, ou não se estará tratando de *Contentious Politics*.

Conforme discorrem Tilly e Tarrow (2007, p. 5), o confronto somente entra nos domínios da política se houver a presença de um governo. Isso ocorre porque há confrontos que ocorrem fora da política, e, portanto, não envolvem um governo, assim como há política sem confronto, em que não há uma reivindicação oposta contra um objeto que produza consequências. Nesses casos em que não há governo ou não há oposição a uma reivindicação, não interessam à lógica do

confronto político. Portanto, na lógica da *Contentious Politics*, os governos, sempre estarão presentes, podendo figurar como os “iniciadores” das reivindicações, o “alvo” delas, ou apenas terceiros interessados.

A presença do governo no confronto atribui a essa interação características que lhe são próprias, afirmam Tilly e Tarrow (2007, p. 5). Em primeiro lugar, porque as pessoas que controlam os governos gozam de vantagem sobre as pessoas que não controlam. Dessa forma, atores que reivindicam, colocam em risco quem detém o poder. Em segundo lugar, os governos sempre regulam os confrontos. Nesse sentido, são os governos que determinam quem pode atender à reivindicação, por quais meios e com que resultados. Por último, os governos detêm o poder de coerção, uma vez que as Polícias, o Exército, a Justiça, por exemplo, constituem órgãos do estado.

Para efetuar uma reivindicação, os atores sociais se utilizam de performances. Estas performances podem ser desde uma mera apresentação de uma petição ou até mesmo um ato mais dramático, como fazer alguém de refém (TILLY; TARROW, 2007, p. 12). A um conjunto de performances Tilly e Tarrow (2007, p. 16) dão o nome de repertório. Portanto, a unidade mínima do repertório é a *performance*. Os repertórios variam conforme a época, o tempo e os atores em interação.

Segundo Alonso (2012, p. 29), o conceito de repertórios de ação sofreu diversas alterações, desde críticas de representantes da TNMS, que reclamavam a ausência do elemento cultural na análise, que culminaram, nos últimos escritos de Charles Tilly, antes de seu falecimento, em uma aproximação do conceito a um conjunto de performances:

Em *Repertoires and Regime*, livro de 2006, consolida-se a teoria dos repertórios, que revisa e amplia reflexões dispersas em escritos anteriores, em três frentes. Uma é a especificação do conceito. A ideia de repertório como conjunto de performances se desenvolve. Performance suplanta rotina como unidade mínima do repertório, num esforço para adentrar significados a repertório, assimilando temas afins com a sociologia da cultura, mas sem adentrar os meandros da discussão semântica. Assim, “identidade” é o que os atores definem como tal num conflito particular, por contraste e confronto com grupos rivais. Conceito relacional, não substantivo. Idem para “programa”. Para Tilly, sentidos são inapartáveis das práticas, por isso, o melhor acesso a eles é a análise de performances – não de discursos.

O meio pelo qual os atores sociais adquirem determinado repertório não foi esclarecido nas primeiras formulações de Charles Tilly. Segundo Alonso (2012, p. 24), inicialmente o autor:

[...] não detalha o processo de apropriação do repertório pelos atores. Sabe-se que a relação é contingente, a escolha das formas depende de contexto, interlocutor, nível da ação. O ponto, neste momento, é evidenciar a existência de padrões de ação coletiva compartilhados – não seu uso.

Se, inicialmente, o conceito era permeado pelo estruturalismo da Teoria do Processo Político, Tilly forneceu, após as críticas recebidas, um conceito relacional e interacionista, afirma Alonso (2009, p.32):

Tilly partiu, em 1976, de uma noção de repertório como formas de ação reiteradas em diferentes tipos de conflito; abordagem estruturalista e racionalista, concentrada na ligação entre interesse e ação e privilegiando atores singulares. Trinta anos depois, o conceito se apresenta relacional e interacionista, privilegia a experiência das pessoas em interações conflituosas, e o uso e a interpretação dos scripts em performances, a nova unidade mínima do repertório.

Nessa perspectiva relacional do conceito de repertório de ação, privilegia Tilly o confronto com outros atores. Assim, é no processo de interação com outros atores, que podem ser atores que representam o estado, ou mesmo atores de fora do estado, mas em conflito estabelecido com aquele ator, que vai se definindo o fenômeno social.

Uma importante lição apresentada por Tilly (ALONSO, 2012, p. 23) é que os repertórios de ação são relativamente limitados e, de acordo com Tarrow (2009, p. 136), sofrem pequenas alterações com o tempo, mudando lentamente, e podendo, inclusive, se conformar em um repertório de ação tradicional, sendo a greve um exemplo clássico.

Os repertórios de ação coletiva seriam então ações escolhidas, dentro de um certo leque de disponibilidades, de acordo com as próprias práticas dos atores. Mas, mais do que isso, o repertório de ação, aponta Medina (2014, p. 12), se apresenta como “la expresión de la acción colectiva contenciosa que desborda y desafía los marcos de acción institucional de lo político y lo social [...]”.

Para Tilly e Tarrow (2007, p. 46), qualquer regime promove um ambiente determinado de oportunidades políticas, quer seja este regime democrático, quer

seja autoritário. A esse ambiente de oportunidades políticas, os contestadores devem responder obrigatoriamente, desafiando o sistema político.

A estrutura de oportunidades políticas (EOP), segundo Tilly e Tarrow (2007, p. 49), refere-se às características de regimes e instituições que facilitam ou inibem a ação de um ator social. Para os mesmos autores há seis fatores que, dentro da noção de EOP facilitam ou dificultam as formas de contestação política dentro de um regime. São eles: a multiplicidade de centros de poder independentes dentro de determinado regime, a abertura do regime a novos atores, a instabilidade dos alinhamentos políticos existentes, a disponibilidade de aliados e apoiadores para os desafios, o quanto o regime reprime ou facilita as ações reivindicatórias e, por fim, qualquer mudança decisiva nos itens anteriores (2007, p. 57).

Segundo Tarrow (2009, p. 99), o “confronto é muito mais relacionado a oportunidades de ação coletiva – e limitado por restrições a ela – do que por fatores sociais e econômicos persistentes experimentados pelas pessoas”. Nesse sentido, o confronto cresce ou diminui de acordo com os fatores que determinam a estrutura de oportunidades políticas.

Dessa forma, de acordo com Tarrow (2007, p. 108-109), as divisões dos centros de poder “não apenas incentivam os grupos com poucos recursos a assumirem os riscos da ação coletiva; elas encorajam os segmentos da elite que estão fora do poder a assumirem o papel de ‘defensores do povo’”.

Outro ponto importante é que, conforme sustenta Tarrow (2009, p. 107), haverá maior ou menor oportunidades de confronto conforme seja mais amplo ou mais restrito o acesso à participação de novos atores, que se sentem incentivados ao confronto quanto as oportunidades estejam abertas.

Igualmente, a instabilidade nos alinhamentos políticos existentes também tende a encorajar o confronto político, afirma Tarrow (2009, p. 108), pois as mudanças no cenário político, tanto para os partidos de oposição como de situação, “especialmente quando estão baseadas em novas coalizões, criam incertezas entre os apoiadores, encorajam os desafiantes a tentar exercer poder marginal e podem até induzir as elites a competir por apoio de fora do sistema político”.

Da mesma forma, o incentivo à contestação pode variar tanto maior seja a disponibilidade de aliados para a realização das ações coletivas dentro do sistema político, os quais podem facilitar ou dificultar a ação dos contestadores (TARROW, 2009, p. 110).

Por último, importa também o quanto o regime reprime ou facilita as ações reivindicatórias, em especial por meio da repressão violenta à manifestação contestatória.

Portanto, o confronto político ocorre a partir de mudanças nas estruturas de oportunidades políticas, com os contestadores testando a suscetibilidades das autoridades, caracterizando o terceiro conceito crucial da *Contentious Politics*, os ciclos de protesto (TARROW, 2009, p. 182). O que explica a emergência das mobilizações, de acordo com a Teoria do Confronto Político, é o ambiente político.

Os ciclos de protesto configuram o momento em que os novos repertórios podem ser utilizados, de acordo com as oportunidades políticas apresentadas frente aos contestadores.

Segundo Alonso (2013a, p. 2), os movimentos sociais emergem de crises políticas, mas junho de 2013 é peculiar, pois o país não vivenciara uma crise política, ao contrário, “aqui acontece uma normalidade democrática e econômica e fora do período eleitoral. O movimento é mais causa do que consequência de uma crise”.

A abordagem da *Contentious Politics* fornece elementos teóricos para se pensar a participação dos atores sociais e políticos no encontro realizado no Gabinete Digital no auge das manifestações de junho de 2013.

Retomando mais uma vez Silva (2010, p. 6), a utilização dos conceitos da abordagem da *Contentious Politics* para interpretar os diferentes processos organizativos e de contestação, permite superar formas dicotômicas, as quais separam Estado e sociedade. Dessa forma, os conceitos de estrutura de oportunidade política, ciclo de protestos e repertório, privilegiam aspectos relacionais e interativos pelos quais é possível captar e explicar “as interpenetrações e trânsitos intensos entre o tecido associativo e a política institucional [...]”.

4 Metodologia

A pesquisa realizada nesta dissertação possui viés prioritariamente qualitativo e tem por objeto de estudo o encontro realizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 20 de junho de 2013, no Gabinete Digital, localizado nas dependências do Palácio Piratini, sede do poder executivo estadual em Porto Alegre.

Para desenvolver este trabalho, foi estudado o caso representado pela reunião realizada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul no dia 20 de junho de 2013, que utilizou a estrutura do Gabinete Digital para a realização de um encontro para receber manifestantes das mobilizações que tomavam as ruas de Porto Alegre naquele mês.

Referido encontro foi uma iniciativa a que o governo do estado denominou “o que dizem as ruas” e se constituiu em uma oportunidade em que manifestantes e poder público estiveram frente a frente em um espaço institucional para tratar das demandas que vinham das ruas. Com início previsto para as 15 horas da tarde do dia 20 de junho de 2013, o encontro foi realizado no auge da segunda etapa das manifestações de junho daquele ano (Singer, 2013).

A pesquisa empírica está dividida em três partes.

A primeira etapa teve a finalidade de efetuar um levantamento dos dados jornalísticos. Este levantamento serviu para obter um panorama das manifestações de junho de 2013, quem eram os principais atores e suas reivindicações, mais do que para análise semântica da matéria jornalística da grande mídia.

Para tanto, foi feito o levantamento dos dados disponíveis acerca dos principais protestos protagonizados pelo Movimento Passe Livre, nas diversas capitais brasileiras, a partir do início de junho de 2013. Em Porto Alegre, foram

levantados dados acerca dos protestos contra o reajuste da tarifa de transporte coletivo desde o início de 2013, até o dia do encontro realizado no Gabinete Digital.

Devido ao grande número de jornais que circulam no país, optou-se por selecionar quatro periódicos, escolhidos de forma aleatória e sem predileção por linha editorial, visto que serviram tão somente como fonte de dados mais gerais sobre os protestos e para estabelecer uma cronologia dos acontecimentos.

O quadro 1, a seguir, identifica os veículos escolhidos como fonte jornalística e o período consultado:

Local	Jornal	Período
São Paulo	Folha de São Paulo	Junho de 2013
Rio de Janeiro	O Globo	Junho de 2013
Porto Alegre	Zero Hora	Janeiro a junho de 2013
Porto Alegre	Correio do Povo	Janeiro a junho de 2013

Quadro 1 – Veículos informativos – grande mídia impressa.

Fonte: consulta na Internet.

Além dos veículos de comunicação de grande circulação no país, também foram analisados periódicos de publicação on-line sediados no Rio Grande do Sul. A escolha desses veículos de comunicação de fora da grande mídia impressa justifica-se pela proximidade das editorias com os repertórios dos grupos manifestantes. Esse material permitiu observar que havia um estreito relacionamento entre as publicações nas redes sociais na Internet, de grupos de manifestantes, e a cobertura dada pelos jornais, revistas e blogs consultados abaixo¹⁸.

O quadro 2, a seguir, identifica os periódicos de publicação on-line pesquisados:

¹⁸ Diversos veículos informativos atuaram na capital gaúcha nas manifestações de junho de 2013, conforme informação disponível em: <www.sul21.com.br/jornal/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou>. Acesso em: 05 fev. 2016.

Veículo	Endereço eletrônico	Período de consulta
Sul 21	www.sul21.com.br	Janeiro a junho de 2013
Jornalismo B	JornalismoB.com	Janeiro a junho de 2013
Catarse	coletivocatarse.com.br/home	Janeiro a junho de 2013
Jornal Tabaré	jornaltabare.wordpress.com	Janeiro a junho de 2013
Revista Bastião	https://www.facebook.com/revistabastiao	Janeiro a junho de 2013
Mídia Ninja	https://www.facebook.com/midiaNINJA	Janeiro a junho de 2013

Quadro 2 – veículos informativos – fora da grande mídia impressa.

Fonte: consulta na Internet.

Na segunda etapa, foi analisada a atuação de alguns grupos de manifestantes que estiveram vinculados à questão das reivindicações pela redução da tarifa do transporte coletivo em Porto Alegre por meio das publicações constantes nas redes sociais, a partir do início do ano de 2013.

Para realizar essa etapa foi efetuado o levantamento dos principais atos convocatórios realizados pelos coletivo Bloco de Luta pelo Transporte Público, por meio das publicações efetuadas em sua página oficial no Facebook.

Essa escolha aconteceu porque o Bloco de Luta vinha protagonizando as principais convocatórias em favor da redução da tarifa de transporte urbano em Porto Alegre (vide quadro descritivo logo a seguir com a relação dos atos-performances utilizadas, dias e locais) e participou do encontro realizado em 20 de junho no Gabinete Digital. Outro motivo importante é o fato de que o Bloco de Luta congrega uma diversidade ampla de outros coletivos que atuam em Porto Alegre¹⁹, como, por exemplo, os Coletivos Levante Popular da Juventude²⁰ e Vamos à Luta!²¹

¹⁹ Informação disponível em: Blog <<http://blocoodeluta.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

²⁰ O Levante Popular da Juventude é um grupo formado especialmente por jovens que objetiva construir a organização popular das comunidades, assentamentos e acampamentos do Rio Grande do Sul e que atua em conjunto com outros movimentos sociais, conforme informação disponível em: Blog <levantepopulardajuventude.blogspot.com.br>. Acesso em: 20 mar. 2016.

O quadro 3, a seguir, enumera alguns dos principais protestos realizados em Porto Alegre²², convocados pelo Bloco de Luta, indicando sua data de realização e o local em que aconteceu:

Identificação do ato	Data	Performances e Local
I Ato do Bloco de Luta pelo Transporte Público: “Nenhum aumento passará!”	21/01/2013	Concentração na esquina democrática.
II Ato do Bloco de Luta pelo Transporte Público: “Vem pra luta, vem contra o aumento!”	29/01/2013	Concentração no Largo Glênio Peres.
III Ato do Bloco de Luta pelo Transporte Público: “Nenhum direito a menos!”	18/02/2013	Concentração no Largo Glênio Peres.
IV Ato do Bloco de Luta pelo Transporte Público: “Nenhum direito a menos!”	06/03/2013	Protesto na Praça Argentina.
Ato de rua pela redução pela passagem: “Vem pra luta vem!”	21/03/2013	Concentração na EPTC, ao lado do Colégio Protásio Alves.
Ato unificado de secundaristas e universitários	22/03/2013	Concentração na Praça Argentina.
Ato pela redução da tarifa	27/03/2013	Concentração na Prefeitura.
Ato do Bloco de Luta pelo Transporte Público	11/04/2013	Concentração no Auditório Araújo Viana, na Redenção.
Assembleia Geral do Bloco de Luta	14/04/2013	Concentração no SIMPA.
Aula Pública do Bloco de Luta	19/04/2013	Concentração no Largo Glênio Peres.
Ato do Bloco de Luta: “Terça-feira vai ser maior!”	23/04/2013	Concentração em frente à Prefeitura.
Ato do Bloco de Luta: “1º de maio de luta!”	01/05/2013	Concentração e panfletagem no Parque Farroupilha, na Redenção.

²¹ O Vamos à Luta! é um grupo com atuação em todo o Brasil, constituído de jovens de esquerda e ligado ao PSOL, conforme informação disponível em: <vamosaluta.com.br> . Acesso em: 20 mar. 2016.

²² Sobre a cronologia dos protestos contra o aumento da tarifa de transporte público em Porto Alegre, ver também Cattani (2014. p. 103-107).

Ato nacional: "Por uma vida sem catracas!"	14/06/2013	Concentração no Largo Glênio Peres.
Ato unificado: "Lugar do Bloco é na rua!"	17/06/2013	Concentração na frente da Prefeitura.

Quadro 3 – Principais protestos realizados em Porto Alegre no período compreendido entre janeiro de 2013 e 20 de junho de 2013 contra o aumento da tarifa de transporte coletivo urbano

Fonte: Informações retiradas da página na rede facebook e da conta do twitter do Bloco de Luta pelo Transporte Público em Porto Alegre.

Na terceira etapa da investigação foram realizadas entrevistas com os efetivos participantes do encontro realizado no *Gabinete Digital*.

O encontro com o Governador do Estado, no dia 20 de junho de 2013, formou-se com a participação de diversas pessoas. A seguir, apresenta-se três quadros, o quadro 4 contém a identificação dos componentes da mesa que representaram o Governo do Estado do Rio Grande do Sul; o quadro 5 traz a identificação dos participantes convidados ao encontro. Por último, o quadro 6 identifica os convidados que não participaram do evento e os motivos apresentados:

Representante	Função desempenhada no governo.	Atuação no encontro.	Local.
Tarso Genro	Governador do Estado.	Proponente do encontro.	Sede do governo estadual.
Vinícius Wu	Secretário Geral de Governo e Coordenador do Gabinete Digital.	Mediador do encontro.	Sede do governo estadual.
Marcelo Danéris	Secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do RS (CDES).	Representante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Conselhão); auxiliar na mediação.	Sede do governo estadual.

Quadro 4: relação dos componentes da mesa que representaram o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul

Fonte: informações captadas do Encontro realizado no Gabinete Digital no dia 20 de junho de 2013

Convidado	Área de atuação profissional	Principais reivindicações	Redes	Local
Marco Weissheimer ²³	Jornalista	Contra a violência policial; Contra o fundamentalismo; Respeito aos direitos humanos.	Blog RSUrgente; Revista Carta Maior.	Sede do governo estadual.
Marcelo Branco ²⁴	Ramo de informação e comunicação.	Contra a violência policial; Reforma política; Defesa das novas formas de manifestação na era digital.	Software Livre do Brasil.	Sede do governo estadual.
Rodrigo Briza Brizola ²⁵	Representa grupo social.	Contra a violência policial; contra as agressões; Tarifa zero.	Coletivo Bloco de Luta pelo Transporte Público; Assentamento Utopia e Luta.	Sede do governo estadual.
Fernanda Quêvedo ²⁶	Representa grupo social.	Contra a violência policial; Transformação cultural das cidades; mídia-livre; Economia solidária.	Coletivo Fora do Eixo; Mídia Ninja.	Sede do governo estadual.

²³ Marco Weissheimer foi apresentado no encontro como jornalista e blogueiro vinculado ao Blog RSUrgente. Como jornalista, atuou também na Revista Carta Maior.

²⁴ Marcelo Branco foi apresentado no encontro como ativista digital atuante no Rio Grande Do Sul e no Brasil. O convidado é profissional do ramo de comunicações e interessado no tema dos movimentos sociais, conforme declarado na entrevista realizada.

²⁵ Rodrigo Briza Brizola foi apresentado como representante do Coletivo Bloco de Luta pelo Transporte Público e atuava também no Assentamento Urbano Utopia e Luta, em Porto Alegre.

²⁶ Fernanda Quêvedo foi apresentada como ativista do Coletivo Fora do Eixo. Atuou também no Coletivo Mídia Ninja.

Igor Natusch ²⁷	Jornalista	Reforma política; Contra a violência policial; contra a agressão a jornalistas pela Brigada; Transporte público como direito fundamental.	Jornal Online Sul21.	Sede do governo estadual.
Fernando Costa ²⁸	Representa grupo social.	Tarifa zero; Questões ambientais e natureza; Contra a violência policial; Contra os gastos com a Copa.	Ong Amigos da Terra Brasil; Redes internacionais de defesa de questões ambientais.	Sede do governo estadual.
Gabriel Galli ²⁹	Jornalista; ativista de direitos humanos; depoente.	Contra a violência policial.	Movimento LGBT.	Sede do governo estadual.
Lino Bochini ³⁰	Jornalista	Ampliação da utilização do Gabinete Digital; Contra a violência policial.	Revista Carta Capital.	À distância, de São Paulo.

²⁷ Igor Natusch foi apresentado no encontro como jornalista e editor do Jornal Online Sul21.

²⁸ Fernando Costa foi apresentado no encontro como representante do Coletivo Defesa Pública da Alegria. No entanto, na entrevista realizada com o convidado, apurou-se que este é arquiteto e participa da Ong Amigos da Terra Brasil, dentre outros projetos com preocupação na área ambiental, tenho participado do encontro por atuar pelo Comitê Popular da Copa, segundo declarou.

²⁹ Gabriel Galli foi apresentado como jornalista. Na entrevista, o convidado revelou que é jornalista free-lance e já atuou em diversas revistas de âmbito nacional. Galli participou do encontro também para apresentar seu depoimento sobre violência policial sofrida em junho de 2013.

³⁰ Lino Bochini foi apresentado como jornalista da Carta Capital. O convidado participou do encontro a partir de São Paulo, local em que trabalha. Como jornalista, já trabalhou em diversos outros veículos de comunicação conceituados do país e, atualmente, é diretor da Entrelinhas Comunicação Estratégica.

Bruno Torturra ³¹	Representa grupo social; jornalista.	Reforma política; Democratização da mídia.	Coletivo Existe Amor em São Paulo; Mídia Ninja.	À distância, de São Paulo.
Vitor Vital ³²	Representa grupo social; estudante.	Reforma política; Passe Livre.	Movimento Estudantil em Fortaleza.	À distância, de Fortaleza.
Luiz Felipe Garcez ³³	Representa grupo social; estudante.	Contra a violência policial; Contra a apropriação das manifestações pela direita; Contra a desigualdade social.	Estudante da Universidad e Federal Fluminense; Movimento Estudantil no Rio de Janeiro.	À distância, do Rio de Janeiro.
População em geral		Demandas diversas; Votar a PEC que extingue a Justiça Militar.		Facebook ou twitter.

Quadro 5: relação dos convidados que participaram do encontro.

Fonte: informações captadas do Encontro realizado no Gabinete Digital no dia 20 de junho de 2013.

Convidado	Área de atuação.	Motivo da não participação.	Local
Roger Ruan	Estudante de geografia do Instituto Federal do Pará.	Falha no sistema de áudio/vídeo.	À distância.

³¹ Bruno Torturra é jornalista e foi apresentado no encontro como representante do Coletivo Existe Amor em São Paulo, grupo de jovens que atua na área cultural na capital paulista. Torturra também é fotógrafo e um dos fundadores do Mídia Ninja.

³² Vitor Vital foi apresentado como representante do Movimento Passe Livre de Fortaleza. No encontro, o participante revelou que em Fortaleza os movimentos se deram de forma diferente, direcionados mais a questões relativas aos gastos com a Copa.

³³ Luiz Felipe Garcez foi apresentado como estudante da Universidade Federal Fluminense.

(sem representante indicado)	Coletivo Defesa Pública da Alegria.	Ausente (convidado, mas não compareceu, conforme informação prestada por Vinícius Wu).	Presencial.
------------------------------	-------------------------------------	--	-------------

Quadro 6: relação dos convidados que não participaram do encontro.

Fonte: Informações captadas do Encontro realizado no Gabinete Digital no dia 20 de junho de 2013.

Para realizar as entrevistas foi mobilizada uma extensa rede de contatos, iniciada a partir do final do ano de 2014, com o então Coordenador Executivo do Gabinete Digital, o jornalista Luiz Damasceno, e que se estendeu para outros membros do Poder Executivo Estadual, como a Secretária Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Sra. Ana Becker. A partir disso, viabilizou-se o agendamento de horário de entrevista com os Secretários Vinícius Wu, Chefe de Gabinete do Governo Tarso Genro, e Marcelo Danéris, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) – o Conselhão.

A partir da visita realizada à sede do Governo – o Palácio Piratini – foi possível obter diversos telefones de contato e endereços de correio eletrônico de outros participantes daquele encontro. Não obstante a disposição da equipe do Gabinete Digital em auxiliar nessa tarefa, alguns contatos somente puderam ser estabelecidos por meio da rede social Facebook, em especial em relação a alguns participantes que não residem em Porto Alegre.

O quadro 7, a seguir, descreve como ocorreu o contato com os participantes do evento, bem como indica quem foi o responsável por facilitá-lo e onde se localiza o entrevistado:

Participante	Forma de contato	Facilitador	Local
Tarso Genro	Email.	Marcelo.	Porto Alegre.
Vinícius Wu	Telefone e email da Secretária Executiva da Secretaria Geral de Governo, Sra.	Luiz Damasceno.	Porto Alegre.

	Gabriele Lopes.		
Marcelo Danéris	Telefone e email da Secretária Executiva do CDES, Sra. Ana Becker.	Luiz Damasceno.	Porto Alegre.
Marco Weissheimer	Telefone e email particular.	Luiz Damasceno; Igor Natusch.	Porto Alegre.
Marcelo Branco	Telefone e email particular.	Luiz Damasceno.	Porto Alegre.
Rodrigo Briza Brizola	Contato via facebook; por meio de Claudia Schulz, facilitadora em redes, Brasília/DF.	Luiz Damasceno/ Claudia Schulz.	Porto Alegre.
Fernanda Quevedo	facebook.	Pesquisa no facebook.	Brasília/DF.
Igor Natusch	Telefone e email particular.	Luiz Damasceno.	Porto Alegre.
Fernando Costa	Telefone e e-mail particular.	Luiz Damasceno.	Porto Alegre.
Gabriel Galli	Telefone e email particular.	Luiz Damasceno.	Porto Alegre.
Lino Bochini	Email de contato, facebook.	Site da revista Carta Capital.	São Paulo.
Bruno Torturra	Email de contato, facebook.	Site do Estúdio de Jornalismo "O Fluxo".	São Paulo.
Vitor Vital	facebook.	Pesquisa no facebook.	Fortaleza.
Luiz Felipe Garcez	facebook.	Pesquisa no facebook.	Rio de Janeiro.

Quadro 7: descrição dos meios utilizados para tentar contactar com os participantes do encontro.

Fonte: autoria própria.

A partir desta etapa inicial, seguiram-se diversas idas e vindas à cidade de Porto Alegre para que fossem realizadas as entrevistas, bem como diversas trocas de mensagens via redes sociais e correio eletrônico, assim como telefonemas.

Todas as entrevistas foram gravadas e degravadas para fins de análise das respostas apresentadas e, dada a grande quantidade de material coletado nas entrevistas, foram feitos recortes nas falas consideradas repetitivas dos entrevistados, mantendo-se, contudo, o propósito de não alterar o sentido que o entrevistado desejou dar aos questionamentos propostos. Da mesma forma, tendo em vista a grande quantidade de áudio para analisar, tanto relativo ao encontro realizado no dia 20 de junho, quanto às entrevistas, foram utilizadas na pesquisa somente os trechos que interessavam à obtenção das respostas de que se ocupa esta dissertação, desprezando-se os demais.

Não obstante todos os esforços, alguns dos participantes do encontro não foram entrevistados. Foram entrevistados para a realização desta dissertação os participantes: Igor Natusch, Gabriel Galli, Vinícius Wu, Marcelo Danéris, Marcelo Branco, Fernando Costa e Lino Bochini. Não puderam conceder entrevistas os participantes Tarso Genro e Rodrigo Briza Brizola, apesar de solicitada a participação. Não houve resposta às solicitações de entrevista enviadas de acordo com as formas de contato descritas no quadro 07 os participantes Marco Weissheimer, Bruno Torturra, Felipe Garcez, Vitor Vital e Fernanda Quêvedo. Para a solicitação de entrevista, foram enviadas mensagens via redes sociais, e-mails e telefonemas, conforme o contato disponível.

As entrevistas, nesta terceira etapa, foram realizadas com a intenção de colher informações extras em relação ao encontro realizado pelo Governador do Estado, naquele dia 20 de junho de 2013, e guiadas por perguntas realizadas por meio de um questionário semiestruturado, que consta do Apêndice desta dissertação.

Como referido no Capítulo II, o governador recebeu, nas dependências do Palácio Piratini, em 20 de junho de 2013, diversos participantes das manifestações que ocorriam naquele mês na capital do Estado. O evento foi gravado em vídeo³⁴ pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e teve a finalidade de “estabelecer

³⁴ Informação disponível em: <<http://gabinetedigital.rs.gov.br/post/tarso-e-manifestantes-protagonizam-dialogo-inedito-nas-redes/>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

um diálogo horizontal com ativistas envolvidos nos protestos recentes, tentar compreender as mobilizações a nível nacional e ouvir o que a sociedade gaúcha tem a dizer” (GABINETE DIGITAL, 2011).

A próxima imagem, extraída do encontro, demonstra a estrutura física da sala de reuniões utilizada pelo Gabinete Digital. Nesta imagem visualiza-se a mesa que recebeu os participantes e os equipamentos utilizados para conectar os convidados que participaram do encontro à distância.

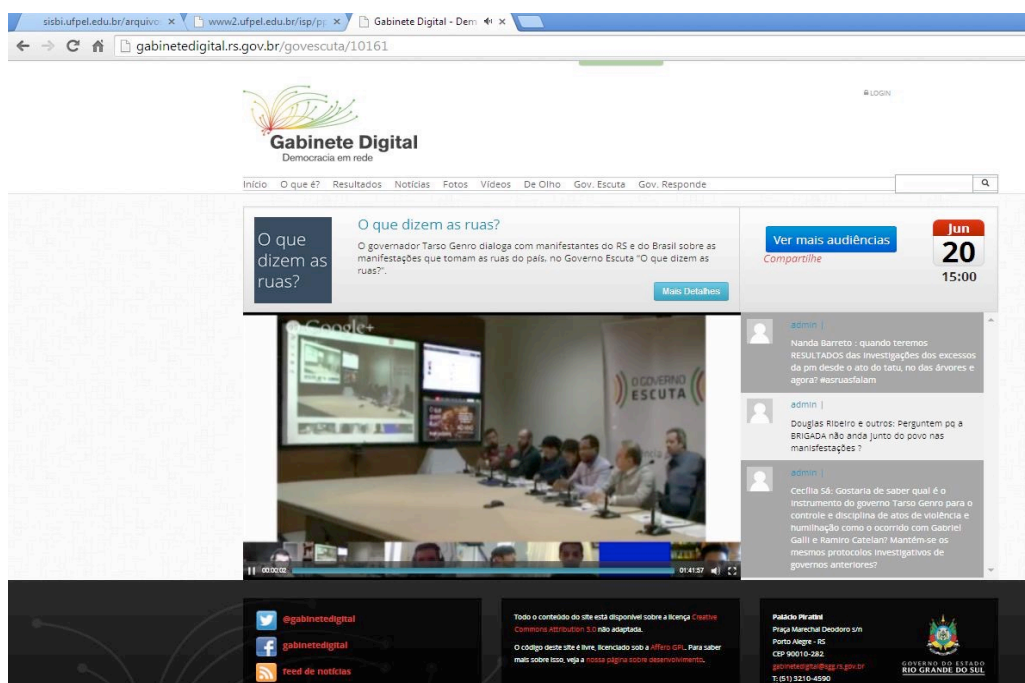


Figura 1 - Encontro realizado no *Gabinete Digital* no dia 20 de junho de 2013 em Porto Alegre, nas dependências do Palácio Piratini, em Porto Alegre/RS³⁵.
Fonte: <<https://gabinetedigital.rs.gov.br/govescuta/10161>>.

Além de ser transmitido ao vivo no site do *Gabinete Digital*, na Internet (SANTOS; TEIXEIRA, 2014, p. 71), o evento também foi veiculado no mesmo momento pela TVCOM (atualmente substituído pelo canal de televisão OCTO, que permanece vinculado à RBS), pelo canal de televisão gaúcho TVE e pelo site da Revista Carta Capital, ampliando assim o espectro de pessoas que poderiam ter acesso ou até mesmo participar do evento, via perguntas ou comentários em redes sociais.

³⁵ Imagem disponível em <<https://gabinetedigital.rs.gov.br/govescuta/10161>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

Além disso, no momento da realização do encontro, segundo dados oficiais do site do Gabinete Digital, o portal teve cerca de 500 mil acessos e o vídeo foi retransmitido por diversos sites e blogs (GABINETE DIGITAL, 2011).

Como o Gabinete Digital utilizava um sistema de comunicação por vídeo e voz, o chamado sistema *hang-out*, que viabiliza a comunicação entre pessoas a distância, alguns dos convidados estavam presentes na sala de reuniões no Palácio Piratini, enquanto outros participaram do encontro a distância. Um bom exemplo deste tipo de tecnologia por vídeo e voz a distância já é bastante conhecido do público em geral, o *Skype*³⁶.

A opção por realizar entrevistas com os participantes do encontro ocorreu porque a duração deste foi relativamente curta, considerando-se o espectro de reivindicações que os participantes tinham a apresentar ao governador. Ademais, a coleta de dados por meio da entrevista é fundamental para a pesquisa, pois possibilita a obtenção de informações mais apuradas sobre o objeto da investigação científica, ampliando a gama de informações que podem ser obtidos a respeito do tema pesquisado (GIL, 2008, p. 109).

Acrescente-se a esta justificativa que a entrevista permite também perquirir acerca das trajetórias dos indivíduos, seus interesses e perspectivas em relação ao encontro, assim como identificar sua relação e trânsito em face do Poder Público Estatal. Além disso, a entrevista se constitui em uma importante ferramenta de coleta e sistematização de dados porque, possibilitando um contato mais próximo do entrevistador com o entrevistado, permite que se alcance o grau desejado de profundidade e fidedignidade (GOODE e HATT, 1972, p. 240).

Jean Poupart (2010, p. 216) argumenta que a utilização da entrevista como método de pesquisa é indispensável na pesquisa social, pois apreende a perspectiva dos atores, desnudando suas experiências e dilemas de forma mais aprofundada.

Goode e Hatt (1972, p. 245) acrescentam ainda que, além da importância da interação na condução da pesquisa, é necessária a criação do *rapport* na entrevista, que se traduz na aceitação dos objetivos da entrevista pelo entrevistado, oportunidade em que este “procura ativamente auxiliar [o entrevistador] a obter a

³⁶ Software que permite conversas de vídeo e voz à distância, conforme informação disponível em: <<http://www.skype.com/pt-br/>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

informação necessária”, o que pode refletir em melhor qualidade dos dados obtidos por meio do informante.

Em relação aos entrevistados que residem fora do Estado do Rio Grande do Sul, fez-se necessário que as entrevistas fossem realizadas lançando-se mão do uso das novas tecnologias de comunicação e dados. (BRAGA; GASTALDO, 2012, p. 17).

Além da entrevista como técnica de coleta de dados para a pesquisa, também foi realizada a análise de documentos, pois estes permitem descobrir diversos aspectos da gênese do encontro, seu contexto e objetivos.

Entre os documentos que foram analisados, além do material jornalístico anteriormente referido, há também o material institucional produzido pelo Poder Executivo do Estado em relação ao encontro de 20 de junho de 2013 e as medidas adotadas posteriormente em razão das questões debatidas.

De acordo com Cellard (2010, p. 295-296), é por meio de documentos que se reconstitui a história, nem sempre viva na memória das pessoas, com a riqueza de informações necessária, além de constituir fonte de dados imune, ao menos parcialmente, à intervenção do pesquisador. Ademais, Cellard (2010, p. 296) concebe “no plano metodológico, a análise documental apresenta também algumas vantagens significativas”, pois suaviza a influência do pesquisador na coleta de dados.

Outra fonte documental importante são as informações e mensagens que circularam nas redes sociais Facebook e Twitter, tanto do período imediatamente contemporâneo e anterior às manifestações de junho de 2013, quanto no momento da realização do encontro, que teve as referidas redes sociais como meio de divulgação e, principalmente, de propagação do conteúdo do debate.

As redes sociais foram de suma importância neste encontro, pois, de acordo com a estrutura proposta pelo Gabinete Digital, tais redes serviram de canal de comunicação com a população, e possibilitaram às pessoas da comunidade em geral, que participassem do evento, mediante o envio de questionamentos aos participantes da mesa.

Em relação à rede social Twitter, foram analisadas as mensagens cujos marcadores, ou “hashtags”³⁷ (para utilizar a nomenclatura própria da referida rede social), estavam sendo produzidos pelos participantes da mesa no próprio momento de sua realização, como, por exemplo: #gabinetedigital, #asruasfalam, #tarsogenro, #protestopoa etc., além do conteúdo disponível na referida rede e vinculado à conta do Gabinete Digital, ou seja, a conta @gabinetedigital.

A figura abaixo demonstra a importância que as pessoas conferem ao conteúdo que está sendo divulgado na referida rede, extraída da conta mantida pelo Secretário de Governo Vinícius Wu e publicada no dia do encontro, em que relata que o assunto “as ruas falam” chegou ao topo dos mais comentados naquele dia:



Figura 2 - impressão de tela dos assuntos mais comentados na rede social *Twitter* no dia 20 de junho de 2013.

Fonte: Twitter.

Em relação à conta mantida pelo Gabinete Digital na rede social Facebook, por onde foram veiculados alguns dos questionamentos formulados pelos internautas que participaram do encontro, somente é possível analisar as mensagens recebidas e lidas no momento do encontro, pois não são disponibilizadas na rede. Além disso, as mensagens recebidas são privativas do

³⁷ Hashtags são marcadores para facilitar a busca de palavras-chave no Twitter, conforme informação disponível em: <<https://support.twitter.com/articles/255508>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

proprietário da conta e, com a eleição do novo Executivo Estadual, ao final de 2014, não estão mais acessíveis, restando apenas disponíveis as perguntas realizadas no encontro e lidas pelo Secretário de Governo Vinícius Wu.

Por fim, com a finalidade de facilitar a leitura do Capítulo 5, as transcrições das entrevistas realizadas nesta pesquisa encontram-se precedidas da expressão “entrevista com”, a fim de diferenciá-las das falas dos participantes relativas ao dia do encontro.

5 A realização da proposta do Gabinete Digital

O primeiro capítulo apresentou o Gabinete Digital, sua estrutura e a função por ele exercida no Governo Tarso Genro, responsável por sua implementação e gestão, cuja continuidade não foi dada pelo governo que o sucedeu, após 2014.

O segundo capítulo apresentou uma visão global, e, portanto, resumida, de como as manifestações de junho foram compreendidas por diferentes analistas sociais, detalhando-se ainda, alguns dos principais aspectos das manifestações, e quais destes aspectos podem ter relação com as grandes mobilizações verificadas nos últimos anos, após o que se convencionou chamar de *Primavera Árabe*.

Em seguida foi apresentado o referencial teórico que permeia o desenvolvimento do trabalho, tratando da sociologia dos movimentos sociais, quando também foram localizadas as divergências teóricas encabeçadas por teóricos da ação coletiva no Brasil, e a retomada do interesse da produção científica acerca do tema dos movimentos sociais, com a construção do modelo da TPP cujo conceito de *Contentious Politics* dá o suporte teórico da pesquisa empírica.

Agora, no último capítulo, é apresentada a análise de todo o material coletado na pesquisa empírica para a consecução deste estudo, por meio da qual se particulariza e circunstancia as entrevistas efetuadas e o encontro realizado no dia 20 de junho de 2013 no Gabinete Digital. Neste capítulo está incluído também o material produzido nas redes sociais, que serve para problematizar as tensões e contradições nos repertórios e performances dos protestos.

5.1 O cenário de mobilizações que eclodiu em junho de 2013

Porto Alegre possui fortes laços com processos participativos e espaços de discussão política. Nesse sentido, despontam casos exemplares, como o do Orçamento Participativo e as edições do Fórum Social Mundial.

O Orçamento Participativo, adotado principalmente entre os anos de 1989 e 2004, em gestões do Partido dos Trabalhadores³⁸, teve seu programa mantido nas eleições posteriores a 2005, ainda que com desempenho e efetividade diferentes (RENNÓ, SOUZA, 2012), quando a Prefeitura foi sucedida por José Fogaça (PPS, depois PMDB) e por José Fortunatti (PDT), no cargo até hoje, pois novas eleições municipais, de acordo com o calendário eleitoral regular, ocorrerão somente na segunda metade de 2016.

Conforme Wampler (2008), o Orçamento Participativo se constitui em um processo decisório que consolida a participação da população no destino dado à parcela significativa dos gastos públicos, sendo uma experiência comumente atribuída às gestões municipais do Partido dos Trabalhadores. Foi por meio do orçamento participativo que os movimentos sociais identificaram uma real possibilidade de participar do processo decisório, mediante a formulação de propostas para alocação de recursos públicos para áreas que reputavam de maior interesse.

Na mesma linha, a cidade sediou diversas edições do Fórum Social Mundial (2001, 2002, 2003, 2005), que foram eventos nos quais os atores sociais dedicaram bastante atenção, constituído para antagonizar o Fórum de Davos, em que as potências mundiais decidiam sobre rumos econômicos, principalmente.

Portanto, não deve ser recebido com estranhamento o fato de que o tema da tarifa do transporte coletivo tenha suscitado mobilizações antes mesmo de junho de 2013 na capital gaúcha, tanto que as mobilizações no país inteiro, iniciadas em São Paulo por meio das convocatórias realizadas pelo Movimento Passe Livre a partir de junho de 2013, encontraram eco nas mobilizações que vinham ocorrendo em Porto Alegre desde meados do ano de 2012, contra o reajuste da tarifa de transporte.

De fato, em torno do Bloco de Luta pelo Transporte Público, grupo criado no ano anterior, Porto Alegre já havia sido palco de diversas manifestações antes mesmo de junho de 2013, ocorridas principalmente com a ocupação de espaços no

³⁸ O Orçamento Participativo foi adotado inicialmente no período compreendido entre 1989 e 2004, em que o Partido dos Trabalhadores venceu quatro pleitos sucessivos ao comando da Prefeitura de Porto Alegre: Olívio Dutra (1989-1992); Tarso Genro (1993-1996); Raul Pont (1997-2000); Tarso Genro (2001-04/04/2002), sucedido desde então por João Verle até o final do mandato eletivo, ao cabo do ano de 2004, pois Tarso Genro afastou-se do cargo para concorrer ao governo estadual.

centro histórico da cidade, como o Largo Glênio Peres e a Praça Argentina, palco tradicional de manifestações na capital.

A atuação do Bloco de Luta em Porto Alegre, desencadeando inúmeras manifestações desde 2012 e, em especial, no início do ano de 2013, obteve resultados que foram percebidos por outros grupos em atos realizados nas manifestações de junho de 2013 no restante do país (SANTOS; TEIXEIRA, 2013, p. 67-68).

Essas manifestações, no entanto, por se pautarem na reivindicação do passe livre para o transporte coletivo urbano, questão que é da competência dos governos municipais, tinham como destinatário a administração do Prefeito José Fortunati em Porto Alegre, e não o governo do estado.

A fim de esclarecer como as manifestações eram percebidas em junho de 2013, é necessário analisar os relatos dos participantes da mesa, seja no próprio momento do encontro, seja por meio das entrevistas realizadas posteriormente.

Pode-se, igualmente, esclarecer porque o governo do estado decidiu realizar o encontro no Gabinete Digital com os manifestantes e qual o interesse que o governador do estado possuía nas manifestações, uma vez que não era, a princípio, o destinatário das reivindicações pela redução da tarifa de transporte coletivo.

Além disso, pode-se estabelecer quais características das manifestações foram abordadas pelos participantes, tais como se havia ou não, demandas definidas e lideranças nas manifestações e qual a importância das redes sociais na Internet.

5.1.1 A percepção dos participantes acerca das manifestações

À medida que os convidados ao encontro, realizado em 20 de junho de 2013, no Gabinete Digital, foram chamados a falar, o panorama de como as manifestações de junho eram percebidas se delineava. Os convidados relataram que percebiam na população um sentimento generalizado de insatisfação com variados temas, como representatividade política e violência policial.

A seguir, os relatos de Marcelo Branco, profissional do ramo de informação e comunicação ligado à *Associação Software Livre.org*³⁹, pelo jornalista Lino Bochini, que integrava os quadros da Revista Carta Capital e pelos representantes do Mídia Ninja, Fernanda Quêvedo, e da ONG Amigos da Terra Brasil, Fernando Costa.

Marcelo Branco: [...] essa eclosão social começou [...] no Rio Grande do Sul, antes de São Paulo [...] são movimentos de massa, nas ruas, [...] não são organizados pelas organizações tradicionais da era industrial, os partidos políticos e os sindicatos. Têm uma característica comum, que são indivíduos multimídia, conectados em rede, produzindo movimento de massa, sem intermediários [...]

Lino Bochini: [...] acho que os protestos que tão acontecendo no país todo são uma ótima chance pra que os governantes mostrem de que lado que de fato eles estão [...].

Fernanda Quevedo: [...] a gente tá num momento muito significativo de toda a nossa história. [...] a minha geração, ela tem um grande prazer e um grande otimismo de estar nas ruas [...]

Fernando Costa: [...] um dos motivos [...] dessas mobilizações é o desrespeito com que vem se tratando os movimentos sociais [...] com um processo de cooptação e institucionalização [...] que a gente pode resgatar [...] desde Seattle, Gênova, Fórum Social Mundial [...] onde pacificou-se os movimentos. Além de várias unidades que se construíram, mas também com isso uma prática de diálogo, com essa roupagem participativa, onde a gente acabou perdendo algumas características que eu acho que hoje os movimentos tão dando um recado, o povo na rua tá dando um recado [...]

Expressões como *indignação* e *descontentamento* foram utilizadas pelos participantes para descrever os motivos pelos quais as manifestações estavam ocorrendo em todo o país, conforme os trechos de fala de Felipe Garcez, estudante da UFF e participante do movimento estudantil no Rio de Janeiro; Vitor Vital, do movimento estudantil de Fortaleza, no Ceará; Briza, participante do Bloco de Luta em Porto Alegre, e dos jornalistas Igor Natush e Bruno Torturra, o primeiro vinculado ao Jornal Sul21, e o segundo, ao Mídia Ninja.

Felipe Garcez: [...] A questão é, não é só por vinte centavos, mas é por um monte de coisa. Tá cada um indo pra rua com a sua própria proposta, com o seu próprio descontentamento [...]

Vitor Vital: [...] as pessoas estão indo por angústias, a força [...] tá [...] surgindo fora dos partidos, [...] das organizações tradicionais, [...] até dos movimentos sindicais e dos movimentos sociais mais tradicionais, apesar de

³⁹ A Associação Software Livre Brasil é uma rede que promove a liberdade do conhecimento, formada por ativistas, empresários, universidades, poder público etc., conforme informação disponível em sua página oficial na Internet: <softwarelivre.org/portal/quem-somos>. Acesso em: 01 jul. 2016.

existir uma união com boa parte desses movimentos, com parte de partidos [...]

Rodrigo Briza Brizola: [...] a conjunção de diversos fatores, o descontentamento geral da população com o processo da Copa do Mundo [...] bilhões de recursos públicos serem investidos numa agilidade, interesses privados, como a gente nunca percebeu [...] em saúde, hospitais, educação, escolas [...]. O custo de vida da população mais pobre do país, as nossas urgências não cabem apenas nos projetos sociais dos governos [...]. A falta de participação nas decisões do Estado [...]

Igor Natusch: [...] uma explosão de indignação [...] uma grande parcela da população que está insatisfeita com o poder público, está insatisfeita tanto com sua representação policial [...] e com a representação que esses governos fazem, também na esfera política [...]

Bruno Torturra: [...] essa panela de pressão foi finalmente destampada. [...] demorou pra acontecer, mas veio de certa maneira em boa hora, já que o país tá passando por um processo muito sério de revelação da essência do sistema representativo e do projeto até do próprio Partido dos Trabalhadores, que tá há tanto tempo no poder, e que paulatinamente foi perdendo a capacidade de diálogo com os movimentos sociais. [...]

Do lado do governo do estado, a análise do que estava acontecendo coube ao Governador Tarso Genro e ao Secretário do CDES, Marcelo Danéris, enquanto que o Secretário-Geral de Governo, Vinícius Wu, coordenava a participação dos convidados.

A crise política e de representatividade e a violência da Brigada Militar permeou as falas dos anfitriões do encontro, recebendo maior importância que a demanda originária que deflagrou as manifestações em todo o país. Outrossim, o governador pondera que a pauta do transporte público reflete um descontentamento da população com os serviços prestados pelo Estado e a população se vê representada na reivindicação por um transporte de melhor qualidade e mais acessível.

Tarso Genro: [...] não é admissível que se compreenda como é que se cria todo um processo [...] de desenvolvimento social [...] e que de repente desemboca no seguinte, o sujeito sai pro trabalho às cinco horas da manhã [...] agarrado num ferro no ônibus [...] humilhado para ir trabalhar. Tem um momento que estoura, e esse estouro [...] está representado neste movimento [...]

[...] estamos no âmbito de três crises muito duras, a chamada democracia formal, a democracia ocidental, que se divide em três grandes caminhos de crise [...] da representação política [...] dos partidos [...] [e] do modo de vida [...]

Marcelo Danéris: [...] o que estamos vendo na rua agora transcende a demanda e aí eu acho que a juventude tá muito clara, não é só vinte centavos [...]. Portanto, não adianta tratar a tarifa, adianta tratar sim com o

modelo de representatividade política que está superado, nós precisamos [...] fazer uma reforma política imediatamente [...]

Os relatos dos participantes permitem verificar porque o governo do estado decidiu protagonizar o encontro com os manifestantes de junho de 2013 em Porto Alegre, já que a demanda inicial, por se pautar na reivindicação do passe livre no transporte coletivo urbano, questão que é da competência dos governos municipais, tinha como destinatário o Prefeito José Fortunati.

Nessa direção, o governo do estado demonstra preocupação com outros temas que sobrevieram à questão do passe livre, como a reforma política e a crise de representatividade, o que fica evidente nas falas do Governador e do Secretário Danéris.

Como o Governo do RS via as manifestações de junho de 2013, constituiu a primeira das perguntas efetuadas nas entrevistas realizadas com os Secretários Vinícius Wu e Marcelo Danéris:

Pergunta: Como as manifestações eram percebidas pelo Governo do Estado? O Senhor poderia fazer uma breve análise do cenário da época?

Para os Secretários entrevistados, as manifestações de junho representavam algo novo que acontecia no país. Nesse sentido, se fazia necessário compreender tal fenômeno, sendo esse o papel do governo. O governo acompanhava as manifestações, mas não havia uma análise consolidada sobre os eventos.

Entrevista com Vinícius Wu: [...] quando chega junho [...] a gente na verdade já tava acompanhando [...] Nós tivemos ali um fenômeno que para nós [...] representou uma emergência na cena pública [...] de todo um conjunto de novos atores [...] e nós nos debruçamos, desde o início, [...] para [...] tentar compreender a característica, o caráter daquele fenômeno social e político [...]

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] o Governo não tinha [...] uma análise consolidada [...] porque a gente tava vivendo aquele turbilhão [...]. Então, tudo aquilo, as próprias manifestações, elas tiveram alterações de rumo, de ênfases [...] isso tudo tu acompanhava meio em tempo real [...] se as manifestações tavam mais pra cá, [...] mais pra lá [...]

No entanto, apesar da surpresa, o entrevistado Danéris afirma que é a própria história de vida dos componentes do Governo Estadual e do Governador Tarso Genro que permitia que se tivesse uma visão diferenciada das manifestações que vinham ocorrendo em junho na capital gaúcha. Para o entrevistado, a legitimidade

das manifestações estaria sempre na base de qualquer ponderação que sobre elas se pudesse fazer.

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] tem uma premissa [...] é um Governo que acreditava nos movimentos sociais e acredita [...]. É um Governo que [...] quase todos os seus integrantes vêm dessa escola [...] que vem da história do próprio Partido, da história do Governador, da maioria dos Secretários, [...] todos já tiveram na rua, em algum momento, fazendo manifestações [...]

[...] a primeira decisão, independente de qualquer [...] juízo de valor [...] sobre as manifestações é que, primeiro, [...] eram legítimas, deviam e podiam acontecer. Isso é um elemento já definidor [...]

Ao entrevistado Fernando Costa, foi efetuado o seguinte questionamento:

Pergunta: Como as manifestações eram percebidas pelo movimento social do qual o Senhor faz parte? O Senhor poderia fazer uma breve análise do cenário da época?

O entrevistado, que é ativista da ONG Amigos da Terra Brasil, afirma que já acompanhava a questão da mobilidade urbana há bastante tempo. O tema do transporte público, analisa Costa, sempre interessou aos Amigos da Terra, que em diversas oportunidades anteriores, compartilhou lutas com outros grupos.

Entrevista com Fernando Costa: [...] o tema da bicicleta há um tempo já [...] por 2000, 2005, teve muita peleia [...] E a questão do transporte público [...] foi bem isso, a gente via que era realmente um tema que tinha uma importância [...]

[...] aqui em Porto Alegre a gente vinha tentando, [...] desde as lutas que tiveram em relação aos transportes, muitos parceiros nossos já tavam nessa peleia do passe livre, [...], há alguns anos, [...] a gente tinha uma participação, então, dentro do processo (de) [...] discussão, [...] de cidade, mobilidade, transporte público [...]

Segundo Costa, a pauta reivindicatória dos transportes permitia ao movimento social “incidir” com mais presença e a Copa também propiciava uma maior abrangência dos movimentos. As mobilizações podiam ser realizadas com mais força, aproveitando-se a cobertura nacional da mídia.

Entrevista com Fernando Costa: [...] quando começava os jogos, as manifestações, as agendas nacionais eram as [...] que a gente conseguia mais mobilização [...] porque a mídia nacional também incidia e a gente, a partir disso, tinha várias mobilizações. [...] aí conseguia ter esse peso, do

que tá tendo mobilizações aqui numa data diferente do que vai ter no país inteiro [...]

[...] aí a gente começou nessa incidência [...] tentando [...] colocar um discurso, disputar isso aí [...] com os não convertidos, como é que a gente conseguia realmente usar essas pessoas que não tavam envolvidas no processo. [...]

Aos demais entrevistados também foi efetuado o questionamento, buscando-se conhecer sua percepção a respeito das manifestações que vinham ocorrendo em Porto Alegre. A pergunta foi realizada nos seguintes termos:

Como as manifestações eram percebidas pelo Senhor naquela época? O Senhor poderia fazer uma breve análise do cenário da época?

Marcelo Branco afirmou que via as manifestações em duas fases: uma, inicial, o “momento original do movimento” e a segunda, que se seguiu à explosão do movimento, quando houve maior adesão das pessoas. Sustenta que, tanto na Internet quanto nos meios de comunicação, pode-se perceber narrativas diferentes para as manifestações, que variou conforme o fenômeno evoluía no mês de junho. Afirma, ainda, que foi a Internet a responsável pela dimensão das manifestações, processo que apenas repetiu o que já se via em outros países.

Entrevista com Marcelo Branco: [...] junho de 2013 tem dois grandes momentos, o momento original do movimento, e um segundo momento pós-explosão, que entrou todo mundo [...]

[...] há três narrativas distintas pra esses dois períodos, um que é o que aconteceu na Internet [...] outro que é a posição dos meios de comunicação de massa, que no primeiro momento era distante da opinião pública, que [...] se mostrou favorável às manifestações de rua [...]

[...] Até o dia 13, 15 de junho [...] a posição do Estadão, do Globo [...] era contrária a esses movimentos [...] (quando) eles viram que esse movimento podia fragilizar [...] o Governo Dilma e Lula, a direita entra em cena, os meios de comunicação entram em cena, o Jabor faz uma autocrítica, e diz, não aquilo que eu falei não é bem assim, até que esse movimento é bom, e ficaram ajudando a fortalecer o movimento. [...] Na Internet, a mesma coisa [...]

[...] se nós vivêssemos num período, com a mesma pauta de reivindicação, os mesmos grupos organizadores, com as passeatas iniciais, com o mesmo número de pessoas [...] ele não tinha chegado onde chegou. [...] houve um fenômeno típico da Internet [...] a indignação se transformou em raiva, e a raiva se transformou em revolta. [...] aconteceu em todos os países muito semelhante [...]

O jornalista Gabriel Galli, no entanto, avalia que se tratou de um movimento natural de jovens insatisfeitos, inicialmente, com o transporte público. Destaca que já acompanhava a atuação do Bloco de Luta em Porto Alegre há bastante tempo, não sendo de estranhar a eclosão das manifestações na capital.

Entrevista com Gabriel Galli: [...] a gente conversando um dia assim: “ah eu vou numa manifestação que teve do Bloco de Luta lá na frente da Prefeitura”. Eram quinze pessoas na frente da EPTC [...] com plaquinhas [...] dizendo que não concordavam com o aumento da passagem. Isso, [...] no final de 2012, início de 2013 [...]

[...] tem uma foto muito emblemática, passando pela Igreja Universal, [...] um mar de gente na rua [...] lembro muito das pessoas com uma reação [...] muito surpresa que tava acontecendo isso em Porto Alegre. Mas, assim, as pessoas que tavam surpresas era quem não tava vendo que isso tava se delineando há muito tempo atrás [...]

[...] quando chegou esse momento das manifestações, foi uma coisa muito natural pra mim, porque eu já conhecia a insatisfação que as pessoas tavam tendo, de alguns anos pra cá [...] era uma grande quantidade de jovens, muitos universitários, principalmente, que iam pra rua e que iam contestar principalmente a questão do transporte público, que foi o estopim da situação [...]

[...] As pessoas se enganam [...] quando elas pensam que essa coisa assim ela brotou do nada [...] tem o Bloco de Lutas pelo Transporte Público aqui em Porto Alegre, que ele fazia manifestações há bastante tempo [...]

Para o jornalista do Sul21, Igor Natusch, por outro lado, o clima era de surpresa em relação às manifestações. Apesar disso, pondera que a questão do transporte público em Porto Alegre se apresentava há bastante tempo devido à formação do Bloco de Luta, que veio a aglutinar as pessoas em torno de uma demanda comum.

Entrevista com Igor Natusch: [...] elas pegaram meio que todo mundo de surpresa [...] elas cresceram de uma maneira muito espontânea, pelo menos aqui em Porto Alegre, a partir de uma demanda que era muito específica [...] a questão do transporte público da capital [...]

[...] Acabou sendo um bom aglutinador pra todos os movimentos de esquerda, que acabaram formando um bloco de lutas [...] É muito difícil unir a esquerda [...] muitas vezes se valoriza mais os pontos de afastamento [...] e, no caso, não foi o que ocorreu, se conseguiu uma pauta comum, que era a pauta do transporte [...]

[...] essa aglutinação ganhou força porque a pauta do transporte público atende todas as pessoas [...] É muito fácil tu dialogar com alguém que não tem consciência política prévia [...] e dizer, olha, nós estamos na rua porque aumentaram a passagem de ônibus [...]

De uma maneira geral, houve surpresa com relação ao vulto que as manifestações tomaram em junho de 2013, relativizada por alguns dos entrevistados devido à atuação na capital gaúcha do Bloco de Luta Pelo Transporte Público, que aglutinou diversos outros grupos de esquerda em torno dos protestos pela redução da tarifa de transporte coletivo antes mesmo de junho.

5.1.2 A pluralidade de demandas nas manifestações de junho

A pluralidade de demandas foi uma das características presentes nas manifestações apontadas no encontro. Diversos participantes usaram de seu espaço para apontar que não havia uma reivindicação única, mas uma pauta ampla, característica da sociedade atual. Alguns participantes, contudo, fizeram questão de pontuar a existência de pautas bem definidas pelas pessoas que estavam nas manifestações.

Marcelo Branco: [...] várias reivindicações reprimidas [...] passam a ser um movimento de múltiplas bandeiras [...]

[...] A pauta desses movimentos [...] não é de curto prazo. Os militantes partidários têm uma pauta de curto prazo. Eu acompanho os militantes de esquerda do meu partido, do PT, nas redes [...] toda a preocupação, se é tucano, se é PT [...] esse Fla-FLu não é a pauta dos manifestantes [...]. A pauta desses manifestantes da sociedade em redes, dos nativos digitais, que são os protagonistas [...] é uma pauta de longo prazo, uma pauta por mudanças estruturais [...]

Fernanda Quêvedo: [...] e a gente percebe mesmo que as pessoas vão cada um levando sua pauta pra rua e não apenas a pauta da tarifa dos ônibus [...]

Rodrigo Briza Brizola: [...] é tarifa zero, transporte 100% público, fim da corrupção, fim do recurso público pras obras da Copa, queremos escola, saúde, padrão FIFA [...] não serão promessas vazias, não serão falas em comitivas de imprensa que mudarão o sentimento da população, são décadas de demandas [...]

Igor Natusch: [...] a gente diz que existem inúmeras demandas, mas eu acho que elas são claras. [...]. Pelo que eu pude ouvir das pessoas, há muito conhecimento a respeito do que se deseja, de pautas que não são perdidas [...] elas fazem sentido [...]

Nas entrevistas, os Secretários de Governo foram questionados quanto à preparação da pauta para o atendimento das demandas eventualmente trazidas a conhecimento do Governador pelos participantes do encontro. Todavia, os entrevistados relatam que o Governo tinha muita dificuldade em estabelecer uma pauta, pois os manifestantes portavam uma gama muito grande de reivindicações.

A fim de compreender como o Governo pretendia tratar das reivindicações, foi apresentada a seguinte pergunta ao Secretário-Geral de Governo, Vinícius Wu, e ao Secretário do CDES, Marcelo Danéris:

Pergunta: Como foi a preparação para a realização da reunião do dia 20 de junho de 2013? Quais os principais assuntos que foram pautados para serem tratados no encontro? O Senhor poderia descrever quais eram os assuntos que mais preocupavam o governo?

Para os entrevistados, o Governo não conseguiu aprontar uma pauta prévia, pois haviam muitas reivindicações e certa dificuldade de compreendê-las. Por outro lado, o Governo sabia que determinadas pautas eram mais importantes, pelo histórico de reivindicações que vinham ocorrendo na capital.

Entrevista com Vinícius Wu: [...] não teve uma preparação de uma pauta porque [...] as reivindicações eram as mais diversas. Mas [...] tinha algumas questões mais importantes [...] o tema do transporte [...] e aqui no Estado especificamente o [...] passe livre estudantil. E essas questões elas foram [...] tratadas [...] para que pudesse gerar depois, iniciativas, ações de governo, como acabou gerando [...]

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] era uma pauta difusa, uma organização de novo tipo, que não tem uma organização central, não tem voz reverberante, alguns tem mais acesso à imprensa, ou a formas de visibilidade, de conseguir empurrar suas agendas [...]

Apesar de não ter sido formulada uma pergunta específica acerca da pluralidade de demandas, os entrevistados discorreram sobre essa característica das manifestações de junho em diversos pontos de suas respostas às demais perguntas formuladas.

Entrevista com Marcelo Branco: [...] essa é uma característica do movimento, que nasce duma pauta única e se transforma (em outras pautas), cada um sai de casa com a sua pauta de reivindicação [...]

Entrevista com Gabriel Galli: [...] eu não concordo muito com a visão [...] que era um movimento que não tinha demandas. Depois de junho talvez sim [...] mas, até aquele momento, era uma coisa muito clara, de que as demandas eram em relação principalmente ao transporte público e qualidade de vida na cidade [...]

Após a fase inicial das manifestações de junho de 2013 no Brasil, em que a reivindicação pela redução da tarifa de transporte coletivo era a principal demanda,

outras reivindicações foram surgindo, tornando difusas as pautas dos manifestantes, o que era percebido tanto pelos participantes, quanto pelo governo do estado.

A multiplicidade de demandas nesta eclosão social que representou o que foram as manifestações de junho de 2013 no Brasil esteve presente nas falas dos participantes e nas entrevistas realizadas. Para os representantes do governo, era necessário compreender o que representavam as manifestações e quais eram as questões que determinaram sua existência. Outra característica importante foi retratada no encontro pelos participantes e sobreveio igualmente nas entrevistas realizadas, a questão da presença ou da ausência de lideranças nas manifestações.

5.1.3 O tema da ausência ou não de lideranças nas manifestações

A questão da presença ou não de lideranças foi uma das características das manifestações apontadas pelos participantes no encontro. Contudo, não há concordância entre os participantes, pois, enquanto alguns admitem que se trata de um movimento sem líderes, o que dificulta inclusive a realização de diálogo, outros ponderam que há novas formas de liderança surgindo, suavizando a questão da ausência de lideranças. Vitor Vital, do movimento estudantil de Fortaleza, e Marcelo Branco, apresentaram as seguintes considerações:

Vitor Vital: [...] acredito que (há) outras lideranças [...] surgindo de forma muito espontânea [...] pela Internet, redes sociais [...] Então a pessoa fala uma coisa no twitter, no facebook, e acaba determinando alguns posicionamentos e chamando pessoas pras ruas [...]

[...] Então, apesar desta falta de lideranças oficiais [...] existem lideranças [...] existem pessoas buscando articular, [...] à medida que você compartilha, que você tem movimentos sociais, que você tem vários grupos em torno de algo que é supra-partidário, não vou nem dizer apartidário, [...] eu acho que existe um movimento possível de articulação e de síntese [...]

Marcelo Branco: [...] outra característica comum da sociedade em rede, não há lideranças definidas, a liderança é diluída em várias pequenas contribuições e várias pequenas propostas [...]. São uma liderança bastante diluída. Isso, por um lado, dificulta as negociações, porque com quem nós vamos negociar [...]. E, por outro lado, essas lideranças também não podem ser cooptadas [...]

Em que pese não tenha sido formulada pergunta específica acerca da questão das lideranças nas manifestações de junho, em diversos trechos das respostas apresentadas nas entrevistas o tema foi abordado.

Entrevista com Marcelo Branco: [...] ninguém conseguia saber quem era o líder para chamar, quem estabelecia, não tinha lideranças [...]

Entrevista com Vinícius Wu: [...] não tínhamos um conjunto de lideranças a serem chamadas [...] tínhamos que dialogar com a totalidade [...]

Dos relatos dos participantes do encontro percebe-se que havia preocupação do governo em localizar as lideranças nas manifestações, questão que é de grande importância para as autoridades, pois a partir desse ponto pode estabelecer a interlocução com representantes dos manifestantes e definir meios de atender as reivindicações estabelecidas por estes. Todavia, de acordo com as falas dos participantes do encontro, naquele momento das manifestações já havia um entendimento de que não havia lideranças bem definidas, devendo o poder público lidar “com a totalidade”.

5.1.4 A relação entre as recentes manifestações no mundo e junho de 2013 no Brasil

A relação entre as demais manifestações no mundo, que vinham acontecendo especialmente após a Primavera Árabe, a partir de 2010, foi ressaltada por alguns dos participantes no encontro do dia 20 de junho no Gabinete Digital.

Os participantes ressaltaram pontos em comum com as recentes manifestações ocorridas em outros países antes de junho de 2013, tais como os recorrentes episódios de repressão policial em eventos de protesto, a falta de credibilidade que os meios de comunicação revelam e a organização em rede. O jornalista e ativista do Mídia Ninja, Bruno Torturra, e Marcelo Branco, também falam sobre o tema:

Bruno Torturra: [...] tem em comum com todas as primaveras no mundo [...] uma combinação de brutalidade policial, na hora em que a população vai à rua demandar, legitimamente [...] e de uma certa crise de credibilidade que os meios de comunicação passam [...]

Marcelo Branco: [...] tem uma característica comum com os movimentos que sacudiram o mundo desde a primeira vez em 2001, na Batalha de Seattle, mas a gente observou isso com mais força e nitidez nas manifestações de 2011 [...] a Turquia, Tunísia, Espanha, Wall Street, [...] que são movimentos de massa, nas ruas, [...] que não são organizados pelas organizações tradicionais da era industrial [...] são indivíduos multimídia, conectados em rede, produzindo movimento de massa, sem

intermediários [...] e sempre é uma causa ou uma imagem que causa uma eclosão de reivindicações generalizadas [...] no caso aqui as passagens [...]

A importância destes acontecimentos, e mesmo de eventos anteriores como as manifestações ocorridas em 2001 em Seattle, nos Estados Unidos, na construção da luta por direitos e de novas formas de organização foi igualmente lembrada pelos participantes do encontro.

5.1.5 O uso das novas tecnologias de comunicação nas manifestações de junho – a ocupação das ruas e dos espaços virtuais

As redes sociais na Internet, que proporcionaram aos atores sociais novos espaços para mobilizar as pessoas, também foram utilizadas para permitir o funcionamento do encontro realizado pelo Gabinete Digital em 20 de junho de 2013.

Os participantes ressaltaram a participação das pessoas por meio das redes sociais na Internet, em diversas oportunidades durante o encontro, e reconheceram sua importância para que as manifestações tomassem grande proporção.

Vinícius Wu: [...] a partir de questões que surgem do facebook, quanto do twitter [...] iremos [...] trazer aqui para o nosso debate [...]

Bruno Torturra: [...] é um prazer muito grande tá falando e, principalmente, através de uma tecnologia de rede [...] que foi muito crucial pra que todo esse levante fosse possível [...] a gente tá não só amadurecendo a nossa consciência política [...] mas também [...] a nossa compreensão do papel político da própria Internet [...]

[...] queria começar [...] falando do papel decisivo que [...] a mídia independente [...], que o cidadão conectado, que se tornou um verdadeiro repórter nas manifestações [...] foi muito decisivo pra que a gente visse o número de pessoas nas ruas [...] através de um processo de comunicação direta, muito pouco mediada, a não ser através das próprias redes sociais [...]

Marcelo Branco: [...] tem uma característica comum nesses movimentos, as redes da Internet protegem a organização inicial [...] então não há um espaço físico, uma sede dum sindicato, onde essa organização é feita, então ela protege, dá coragem pra que esses manifestantes comecem a se organizar e sempre nasce na Internet antes de ir pras ruas [...]

Para compreender melhor como o uso de novas tecnologias foi encarado pelos convidados, foi proposta a seguinte pergunta:

Pergunta: Como o Senhor avalia o uso de novas tecnologias de comunicação para a discussão de questões como as que envolviam as manifestações de junho até então?

De maneira geral, os entrevistados enxergam a tecnologia como uma ferramenta indispensável, nos dias atuais, para que se aproximem as pessoas e se discutam as opiniões.

Entrevista com Fernando Costa: [...] é fenomenal [...] é uma coisa que a gente aqui discute no Amigos da Terra [...] por estar em vários países, [...] a dificuldade de comunicação que a gente tem [...] pra poder fazer grandes encontros, [...] de vários temas [...]

Entrevista com Marcelo Branco: [...] junho no Brasil e as manifestações a partir de 2011 no mundo mostraram que é preciso cada vez mais aprofundar as novas formas de participação típicas da era digital [...] há uma necessidade dos governos se apropriar dessas ferramentas e abrir o Estado pras novas formas de participação [...]

Entrevista com Gabriel Galli: [...] uma iniciativa que deveria [...] só aumentar [...]. Eu lembro de uma autora [...] ela explicava lá a situação do governo eletrônico [...]. Nos níveis mais superiores de participação, tu dá a oportunidade de que as pessoas participem de forma mais direta na administração pública. E [...] isso era muito raro de acontecer, porque tu esbarrava nas articulações políticas do dia a dia [...]. E o Governo do Estado do Rio Grande do Sul conseguiu dar um salto em relação a isso, que outros países do mundo não conseguem [...]

[...] é algo [...] que a gente vai lembrar ainda sobre uma ação que foi uma das primeiras de ouvir a população de uma forma mais aberta pela Internet [...]

Entrevista com Igor Natusch: [...] o sistema de representatividade pelo voto simplesmente não consegue dar conta. Então [...] um acontecimento como esse que foi promovido pelo Gabinete Digital, ele aponta um novo caminho [...] no qual de maneira mais direta [...] as pessoas podem trazer as suas demandas [...]

[...] mecanismos que usem a Internet [...] essas ferramentas digitais pra ampliar o poder de participação das pessoas dentro do processo decisório do governo [...] deveria ser uma política de Estado [...]

Entrevista com Lino Bochini: [...] essencial, acho que os governos têm de reinventar suas comunicações [...] principalmente para uma maior aproximação com a população e uma maior transparência de suas ações [...]

Não obstante a indispensabilidade das novas tecnologias, um dos entrevistados, Fernando Costa, apresentou objeções quanto à utilização da ferramenta, tal como foi efetuado pelo Gabinete Digital.

Entrevista com Fernando Costa: [...] a ideia em si, a tecnologia é [...] muito boa. [...] Agora, [...] no papel do governo [...] como não tem consequências,

eram falas ao vento [...] Não tinha um processo [...] de encaminhamentos. [...] só midiático, era um programa de televisão que [...] mostrou o Governador nos ouvindo. Então, não pode dizer que não nos ouviu [...]

Conforme relatou Marcelo Branco, desde Seattle, em 2001, os indivíduos dispõem de novos meios de informação e de comunicação, os quais vem sendo utilizados largamente desde então, buscando ampliar os processos participativos.

5.2 A utilização do Gabinete Digital para a realização do encontro

Em entrevista publicada na página oficial do Gabinete Digital na Internet, o Secretário de Governo, Vinícius Wu, destaca que o Gabinete Digital se mostrou uma importante ferramenta utilizada pelo Governo do RS nos protestos ocorridos em junho de 2013 (GABINETE DIGITAL, 2011).

Os motivos de utilização da estrutura do Gabinete Digital, para a realização do encontro do dia 20 de junho de 2013, foram abordados na própria reunião pelo Secretário Wu.

Vinícius Wu: [...] nós iniciamos a experiência do Gabinete Digital ainda no primeiro ano [...] e [...] estabelecemos um diálogo que tem sido muito produtivo e permanente com essas redes que se organizam através da mobilização e da interação digital. [...] para também ouvir o que tem a dizer as ruas, proporcionamos aqui esse [...] espaço, para um diálogo presencial e também pela Internet [...]

Esta questão da escolha do Gabinete Digital foi objeto de questionamento aos Secretários de Governo:

Pergunta: Como se deu a escolha da estrutura do “gabinete digital” para tratar das manifestações de junho pelo governo do Estado do RS? O Senhor poderia fazer uma breve narrativa de como se deu essa escolha e quais circunstâncias a motivaram? O Senhor poderia identificar quais destas circunstâncias foram preponderantes?

A escolha soou natural para o Governo, conforme se depreende das falas do Secretário do CDES, Marcelo Danéris, pois o Gabinete Digital proporcionava ao Estado uma ferramenta mais direta de contato com os manifestantes.

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] não havia maturidade [...] de nenhuma das partes, de poder sentar com grandes grupos [...] dado o nível de tensão [...] Era uma situação que precisava amadurecer, [...] porque a gente, nem

os manifestantes sabiam muito bem quem é que estava nas manifestações [...]

[...] não dava pra tu falar com Black Blocs de um lado e Passe Livre do outro, era uma distância gigantesca botar tudo numa mesma sala [...]. E as redes sociais era, como é até hoje um canal de um debate real que estava acontecendo [...] Como nós tínhamos um Gabinete Digital funcionando [...] e fazia parte do nosso sistema de participação [...]

Em outra pergunta formulada se questionou os entrevistados sobre o formato de discussão proposto, ou seja, a utilização da estrutura do Gabinete Digital para a realização do encontro. A pergunta formulada foi a seguinte:

Pergunta: Como o Senhor avalia este formato de discussão proposto pelo Governo do Estado para tratar das manifestações de rua que vinham ocorrendo em junho de 2013? Como o Senhor avalia, ainda, o uso de novas tecnologias de comunicação e informação para a discussão de questões como as levantadas em junho de 2013?

Em suas respostas, os Secretários afirmaram que o Governo deveria utilizar o Gabinete Digital para o encontro, pois parecia ser a melhor escolha. A proposta era a de permitir um diálogo direto e aberto com os participantes das manifestações.

Entrevista com Vinicius Wu: [...] nós temos canais de diálogo com a sociedade [...] que são feitos [...] principalmente a partir dos interlocutores já conhecidos e estabelecidos da sociedade civil. [...] e essas representações elas não eram porta-vozes dos movimentos de junho [...] como não havia representações formais, e, em geral as pessoas não se sentiam representadas pelas instituições, nós resolvemos também esse diálogo aberto [...] sem obedecer aqueles padrões [...] tradicionais [...] os quais o Estado se relaciona e se reporta à sociedade [...].

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] Nem era um debate onde se tentaria colocar qualquer tipo de opinião ou impor, mas seria uma ideia [...] do respeito ao escutar [...]. E o Gabinete Digital propiciava isso, porque ia umas poucas representações [...] e tu colocava na rede imediatamente, tanto que teve mais de 500 mil acessos [...]. E as redes de televisão se interessaram [...] a TVE a RBS [...] a Carta Maior⁴⁰ também transmitiu. [...] e o Gabinete Digital [...] era o ideal pra fazer isso e mesmo assim, foi tenso [...] não se conseguiu todas as representações, o pessoal que foi pra lá, boa parte tava a fim de dialogar, outros tavam a fim de reivindicar ou reclamar [...]

Em outro momento de sua entrevista, Marcelo Branco afirma que junho propiciou ao Gabinete Digital a justificativa da existência da estrutura criada pelo Governo:

⁴⁰ A transmissão foi realizada pela Revista Carta Capital, conforme informa o Jornalista Lino Bochini no dia do encontro (informação verbal).

Entrevista com Marcelo Branco: [...] ali foi o melhor momento do Gabinete Digital. Não foi as ferramentas, não foi todo o resto que desenvolveu, foi naquela semana, um Governador que chama e transmite pela Internet um diálogo onde todo mundo vai ali reclamar do Governo, [...] da Brigada militar, xingar o Governador, acho que aquilo deu bastante visibilidade pro movimento [...]

No relatório final da gestão do Gabinete Digital, publicado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul ao final do mandato do Governador Tarso Genro⁴¹, destaca o executivo estadual que “um dos pontos altos da trajetória do Gabinete Digital foi o debate, sem intermediação, que colocou frente a frente Governador e manifestantes no auge das Jornadas de Junho [...]” (RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 14).

5.3 A escolha dos participantes do encontro

Participaram do encontro do dia 20 de junho de 2013, na sede do Palácio Piratini, além do Governador e do Secretário-Geral de Governo, Vinícius Wu, e o Secretário do CDES, Marcelo Danéris, diversos convidados, entre ativistas de movimentos sociais, jornalistas e depoentes.

A decisão relativa à escolha dos convidados a participar do encontro foi objeto de pergunta efetuada aos Secretários do Governo Tarso presentes naquela reunião:

Pergunta: Como se deu a escolha dos participantes da mesa? O Senhor poderia fazer uma breve exposição acerca dos critérios utilizados?

Na opinião dos Secretários de Governo, a própria configuração dos eventos determinou quem deveria participar do encontro do dia 20 de junho, levando-se em consideração o entendimento de que não se estava lidando com movimentos sociais tradicionais. Houve a intenção de buscar, ainda assim, grupos conhecidos dentro das manifestações, como o Bloco de Luta.

Em Porto Alegre, o Bloco de Luta pelo Transporte Público estava mobilizado desde o início do ano de 2013 em torno da questão do aumento da tarifa de transporte, e pressionava especialmente a Prefeitura de Porto Alegre para que

⁴¹ Informação disponível em: <www.rs.gov.br/conteudo/208879/gabinete-digital-publica-balanco-interativo-na-web/gabinetedigital.rs.gov.br/resultados>. Acesso em: 20 fev. 2016.

mantivesse o preço da passagem. O Bloco pretendia que fosse negado qualquer aumento aos empresários do ramo de transporte. A fala do Secretário-Geral de Governo, Vinícius Wu, confirma que o Bloco de Luta vinha exercendo pressão sobre o tema.

Entrevista com Vinícius Wu: [...] a gente buscou identificar, sem ter nenhuma ilusão de que eram pessoas mandatárias pra falar, por procuração, que tavam mobilizadas, mas eram pessoas que tinham algum grau de representatividade social [...] aqui especificamente o Bloco de Luta [...] e [...] algumas instituições [...] novas [...] e que têm um diálogo com essas dinâmicas de mobilização em rede [...]

[...] nós fizemos uma identificação de alguns interlocutores, mas [...] que é diferente de você receber uma representação formal, de uma categoria, de um movimento social, que você sabe que as pessoas que tão ali falando [...] com legitimação [...]. Mas [...] buscamos ali ver quais eram os principais atores [...] e procuramos dialogar [...]

Para o Secretário Danéris, por outro lado, a escolha seguiu uma determinada orientação, que se pode observar acabou por limitar o convite a pessoas as quais o governo conferia legitimidade para estar presentes e assim poder estabelecer um diálogo.

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] A gente escolheu [...] alguns interlocutores, que estavam nas manifestações, que conheciam algumas das principais representações [...] o Marcelo Branco era um deles [...] conhecia os manifestantes, pelo menos os [...] que têm uma relação com a esquerda, com uma pauta progressista, com questões sociais, questão de minorias [...] que era o que nos interessa mais, e [...] que a gente considerava que tinha maior legitimidade [...]. Então, através de caras como o Marcelo Branco [...] o pessoal do Levante que já tinha participado de outros debates com a gente [...]

Em outro ponto da entrevista, o Secretário Wu volta a falar sobre como ocorreu a escolha dos convidados, afirmando terem sido buscados nomes que refletissem certa representatividade social.

Entrevista com Vinícius Wu: [...] buscamos [...] chamar algumas pessoas com alguma representatividade, mas entendendo que essas pessoas não tinham mandato para falar em nome de ninguém [...] Mas pessoas que tavam mobilizadas nas ruas, e que se dispuseram a falar conosco. E mais, um conjunto óbvio de pessoas que poderiam entrar de qualquer maneira no diálogo pela Internet, e foi o que aconteceu [...]

A percepção dos convidados, no que se refere aos motivos pelos quais foram chamados a participar, foi realizada por meio da seguinte pergunta:

Pergunta: Na sua opinião, por qual razão o Senhor foi convidado a participar da mesa de diálogo realizada em 20.06.2013 pelo Governo do Estado? O Senhor poderia fazer uma breve narrativa das circunstâncias que motivaram o convite e sua aceitação em participar?

Apesar de o Secretário Danéris afirmar que o convite ao encontro foi realizado a pessoas conhecidas do Governo, os entrevistados, de uma forma geral, creditam o convite ao fato de terem participação nos protestos.

Por outro lado, as respostas dos entrevistados revelam que eles possuíam alguma ligação com as pessoas que trabalhavam no Gabinete Digital, seja porque já eram conhecidos como ativistas de movimentos sociais, seja porque desenvolviam algum tipo de trabalho que mantinha contato com o Gabinete do Governador, como os jornalistas, por exemplo.

Entrevista com Fernando Costa: [...] isso foi articulado [...] por algumas pessoas do Gabinete [...] conhecidas, que tavam no movimento [...] no lado mais relacionado com o Governo [...]. O convite tinha sido feito pro Defesa Pública da Alegria [...] e a galera não quis participar [...] o pessoal acabou chamando a gente do Comitê pra participar [...]

[...] fomos com essa intenção de denunciar o tema da Copa [...] nós temos que ir os grupos [...] que tã no mesmo espaço e bloco [...]. Então a gente tentou se organizar nisso [...] o que que nós vamos falar? O que que o Briza ia falar? O que que a galera ali ia falar? [...]

Entrevista com Gabriel Galli: [...] porque eu tava fazendo o TCC sobre o Gabinete Digital [...] (e) porque eu trabalhava com a ASL, que foi daonde saiu a maioria dos profissionais que tavam trabalhando ali. [...] quando aconteceu esse episódio que eu relatei anteriormente [...] e eles viram o que eu tinha escrito nas redes sociais, eles pensaram que seria uma boa oportunidade de o Governador ouvir o que tava acontecendo de alguém que tava na rua [...]

[...] eu não acho que se eu não tivesse contato com eles, eles não teriam me convidado [...] porque eles convidaram pessoas que tavam no meio das manifestações [...] que sofreram [...] represálias da Polícia. [...] foi bem ousado da parte deles [...]

Entrevista com Marcelo Branco: [...] porque o Tarso [...] sabia que eu vinha trabalhando e escrevendo sobre isso, vários artigos [...] que eu passei pra ele [...] Então, ele tava muito empolgado sobre isso até chegar no Brasil, até chegar em Porto Alegre, todo mundo achava maravilhoso o que tava acontecendo no Egito, mas quando chegou [...]

[...] porque eu tava apanhando na rua como todo mundo, da Brigada, [...] manifestando a favor desde janeiro quando começou as manifestações em Porto Alegre, eu me posicionei a favor [...] o transporte coletivo é ruim, é caro [...] há razões suficientes para as pessoas protestarem. [...]

As respostas apresentadas pelos participantes revelam que a escolha dos convidados para o encontro no Gabinete Digital seguiu determinadas diretrizes, ou seja, o convite foi realizado a pessoas conhecidas do Governo, como o ativista Marcelo Branco e participantes do Coletivo Fora do Eixo, mas primando-se sempre, de acordo com as narrativas, em convidar pessoas que o Governo reconhecia como legítimas para servirem de interlocutores, por estarem ligados a pautas progressistas e de esquerda. Apesar dessa circunstância, os entrevistados não revelaram inconformidade quanto à representatividade das manifestações no encontro.

De qualquer sorte, não se pode olvidar que o convite à participação foi aberto e efetivamente proporcionado às redes sociais na Internet, o que confere maior abrangência de participantes e menor seletividade e controle por parte do governo sobre quem poderia intervir no encontro.

5.4 As motivações da realização do encontro no Gabinete Digital

O principal motivo fornecido pelo governo do estado para justificar a realização do encontro é a oportunidade de abrir diálogo. Ambos os Secretários salientam esse posicionamento por parte do Governo quando da realização do encontro no dia 20 de junho.

Vinícius Wu: [...] Esse nosso "Governo Escuta" é especial, é uma iniciativa que busca estabelecer o diálogo direto através da Internet entre o Governador do Estado e toda essa ampla rede de mobilizações que tem, nos últimos anos, protagonizado em todo o país [...] uma série de manifestações, de protestos [...]

[...] pela Internet [...] várias outras pessoas se manifestam aqui elogiando essa ação pioneira, inédita, [...] no nosso país, pelo menos nós não temos registro de um outro governante que tenha feito um diálogo dessa natureza através da Internet, um diálogo tão aberto [...] não foi nada combinado aqui com nossos convidados, nem com o pessoal que está nos acompanhando pelo hang-out [...]

Marcelo Danéris: [...] quando a gente tem um Gabinete Digital como temos aqui, um debate real, [...] onde as pessoas que estão aqui são reais, elas estão nas ruas, e as que estão no governo estão aqui também, e estão ouvindo a crítica, eu acho que esse debate franco, aberto, é fundamental para [...] superar o modelo atual [...]

[...] chamar a população pra discutir junto [...] a interação através das redes sociais [...] o Governador presente [...] Não é totalmente superador, mas [...] é um passo importante à frente pra que a gente possa trazer a sociedade no protagonismo da gestão pública, e dar reivindicação, e dar conquista de direitos [...]

Nas entrevistas realizadas com os Secretários Vinícius Wu e Marcelo Danéris, esta disposição ao diálogo aparece como sendo a motivação para a realização do encontro. Aos entrevistados, foi apresentada a seguinte pergunta:

Pergunta: Como foi a preparação para a realização da reunião do dia 20 de junho de 2013? Quais os principais assuntos que foram pautados para serem tratados no encontro? O Senhor poderia descrever quais eram os assuntos que mais preocupavam o governo?

Ao decidir pela realização do encontro, o compromisso do Governador, segundo o Secretário Wu, era o de propiciar uma maior aproximação do Poder Estatal com os manifestantes. Havia um motivo estratégico, o de poder se relacionar com os manifestantes de alguma forma e entender suas reivindicações.

Entrevista com Vinícius Wu: [...] criamos uma estrutura de diálogo que permitia que qualquer um dos temas que estavam em discussão [...] a ampla pauta dos movimentos sociais de junho pudesse ser levantada e foi o que aconteceu [...]

[...] tivemos [...] equipes que se reuniram com o Governador para fazer uma avaliação permanente da situação [...]. Alguns Secretários [...] foram [...] mais demandados [...] para tentar estabelecer não só uma compreensão como também pensar uma forma estratégica do Governo em relação a esses movimentos [...] de relacionamento [...] de acolhimento [...] daquilo que havia de pautas legítimas [...].

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] Nós recebemos eles nesse dia, [...] pra [...] fazer essa escuta e dar uma amenizada na tensão, porque ali não tava um Governo inimigo das manifestações ou que não reconhecia as suas legitimidades, um Governo de esquerda, que tá a fim de dialogar com seus limites e contradições [...]

Também foi apresentado o questionamento relativo às circunstâncias que determinaram a realização do encontro pelo Governo. A seguinte pergunta foi dirigida aos entrevistados:

Pergunta: Na sua opinião, quais foram as circunstâncias que preponderantemente determinaram a realização da mesa de conversa proposta pelo Governo do Estado? O Senhor poderia descrever brevemente quais seriam e por que razão?

Entrevista com Fernando Costa: [...] Eu acho que esse diálogo [...] já vinha sendo tentado há algum tempo, [...] em função da característica [...] do Tarso [...] como estudioso da política [...] que ele teria que, de alguma forma, tentar se relacionar [...]

Entrevista com Igor Natusch: [...] era uma tentativa de compreender e [...] também, do posicionamento do Tarso, como alguém que pudesse ser talvez

o porta-voz nacional [...] entre os manifestantes e o governo [...] tanto federal quanto na esfera estadual [...]

[...] porque o PT certamente percebeu [...] que tinha perdido o contato com os movimentos sociais, ao ponto de os movimentos sociais irem à rua contra o próprio PT [...]. Então [...] o grande objetivo ali [...] foi tentar uma compreensão [...] o que está acontecendo? [...]

Entrevista com Gabriel Galli: [...] a primeira questão é por que, a princípio, é um governo que tem uma ideologia [...] uma sensibilidade maior à participação das pessoas [...]

[...] Ao mesmo tempo, [...] o Governo vem se planejando pra que pudesse abrir cada vez mais a sua forma de diálogo com a população [...]. E aí teve o estopim [...] e aí já tinha uma ferramenta pronta [...]

Entrevista com Marcelo Branco: [...] é um assunto que sempre interessou pra ele (governador) [...] o tema das tecnologias, ele teve encontro com o Castells, e assistiu à palestra [...] Redes de Indignação e Esperança [...] e ele [...] tava tendo uma experiência interessante, que era o Gabinete Digital, que era exatamente uma tentativa de ter uma parte do Governo [...] capaz de absorver as novas ferramentas de Internet como espaço de democratização e construção das políticas públicas. [...] e naquele momento de crise, nada mais adequado do que chamar pro diálogo [...]

Nas falas dos Secretários observa-se que a necessidade de abertura de um espaço para tratar das manifestações decorre da tentativa de compreender o que estava ocorrendo nas ruas e do entendimento de que havia reivindicações dirigidas ao Poder Público.

A reivindicação que deu origem aos protestos de junho de 2013 foi a redução da tarifa do transporte coletivo, mas, com o desenrolar das manifestações durante aquele mês, outras reivindicações podiam ser ouvidas nas ruas.

Em determinado trecho da entrevista, o Secretário-Geral de Governo, Vinícius Wu, relata que o Executivo Estadual já acompanhava a certa distância, os movimentos na capital gaúcha contra o aumento da tarifa de transporte coletivo. A opinião foi trazida na resposta ao seguinte questionamento:

Pergunta: Como as manifestações eram percebidas pelo Governo do Estado? O Senhor poderia fazer uma breve análise do cenário da época?

Entrevista com Vinícius Wu: [...] a origem [...] daquelas mobilizações [...] tiveram como epicentro o tema do transporte, tanto aqui em Porto Alegre como em São Paulo. E nós aqui em Porto Alegre já vínhamos acompanhando [...] procuramos estabelecer algum diálogo, [...] na medida em que [...] não incidia diretamente sobre o Governo do Estado, mas que era algo que tava acontecendo na cidade [...]

Com o desenrolar das manifestações no mês de junho, outras tantas pautas somaram-se àquela inicial do passe livre, tornando mais plurais e vagas as demandas (SINGER, 2013, p. 24).

No dia da realização do encontro, em 20 de junho, os participantes apresentaram diversas reivindicações ao governo do estado. Algumas reivindicações apresentadas ao Governador naquele dia não obtiveram maior atenção no encontro. Por outro lado, reivindicações que envolviam a tarifa de transporte público, a violência nas manifestações, reforma política e regulação dos meios de comunicação, consumiram a maior parte do tempo do encontro. Estas reivindicações são a seguir analisadas.

5.4.1 As reivindicações contra a violência nas manifestações

Pedidos de providências em relação à violência com que os manifestantes foram tratados pela Brigada Militar, foi a reivindicação mais levada a conhecimento do Governador no encontro do Gabinete Digital.

Diversos convidados relataram no encontro do dia 20 de junho sua preocupação com o tema da relação da sociedade com as polícias, em especial as polícias militares. Segundo os participantes, essa relação ocorre de forma violenta, em desrespeito ao direito de manifestação. A seguir, as falas de Marco Weissheimer, jornalista, Felipe Garcez, estudante, e de Fernanda Quêvedo, do Mídia Ninja.

Marco Weissheimer: [...] essas manifestações que ocorrem agora representam oportunidade para discutir também esses riscos, [...] o tema então da relação da sociedade com as suas polícias, especialmente as polícias militares [...]

Felipe Garcez: [...] as pessoas tão tratando como se violência policial começasse agora e aqui no Rio de Janeiro a gente sabe e, em todo o Brasil, o quanto a juventude é criminalizada, principalmente a juventude negra, assassinada dentro das favelas [...]. Então a gente tem que tratar a questão da violência policial na raiz do problema, que é a militarização das polícias [...] um resquício das ditaduras [...].

Fernanda Quevedo: [...] falando especificamente de Porto Alegre, a gente sente muito forte a agressão, a truculência [...]. Essa deve ser uma pauta que a gente deve mesmo conversar, no sentido de propor uma transformação efetiva [...]

Seguiram-se na reunião do dia 20 de junho também relatos e depoimentos sobre agressões sofridas pelos próprios participantes nas manifestações que vinham ocorrendo em junho, descritos por Briza, do Bloco de Luta em Porto Alegre, do jornalista Gabriel Galli e de Marcelo Branco, ativista ligado ao ramo de informação e comunicação.

Rodrigo Briza Brisola: [...] a dormência permanente [...] (do) lado esquerdo do meu rosto, foi devido à violência dessa última manifestação [...] fraturou em quatro espaços o meu rosto e a minha cabeça. [...]

Gabriel Galli: [...] estávamos gravando uma ação de dois policiais militares que espancavam uma pessoa desarmada, sem nenhuma resistência [...] isso já seria grave o suficiente se não tivessem nos arrastado até o posto da Brigada Militar [...] nos mantido algemados por sete horas, momento em que eu questionei [...] porque que eu estava sendo preso e porque que eles estavam sem identificação. [...] eu recebi foi um chute no meio do estômago, uma rasteira e spray de pimenta no rosto [...] (e) que nenhum policial militar [...] estaria identificado [...] por ordem superiores [...]

Marcelo Branco: [...] acho que todo o arsenal que compraram pra Copa [...] já gastaram a metade [...] balas de borracha, bombas de efeito moral, novas tecnologias de repressão que nós, na nossa geração, não conhecíamos ainda, e que tão sendo usadas de forma generalizada, por todas as polícias, em todo o Brasil [...]

Não é pelos vinte centavos, mas é por transformações estruturais, que incluam a desmilitarização da Polícia Militar e pelo estancamento do que chama de “criminalização dos movimentos sociais”, articulado pela inteligência das Polícias, afirma Briza, do Bloco de Luta:

Briza: [...] é muito importante que esse espaço aqui seja um pontapé de ações concretas [...] O Prefeito [...] dizer que vai baixar cinco ou dez centavos, é uma piada. Isso reforça a nossa mobilização. [...] queremos transformações estruturais, e a começar por um projeto que é a desmilitarização da Brigada Militar [...]

[...] gostaríamos de denunciar essa questão da criminalização dos movimentos sociais, principalmente por parte da inteligência da Polícia Civil e da Brigada Militar, que continua sem identificação nas ruas e com ameaças de dossiês e investigação dos movimentos sociais na 17ª da Polícia Civil [...]

Pelas redes sociais, as pessoas pediam providências em relação à violência nas manifestações. Algumas reivindicações foram lidas pelo Secretário-Geral de Governo, Vinícius Wu:

[...] “porque que a Brigada não caminha junto do povo nas manifestações?”

[...] “os questionamentos do povo são muitos [...] quais os questionamentos dos governantes [...] ficou claro o despreparo da Brigada Militar [...] e assustador a arrogância dela em relação às pessoas que deveriam estar sendo protegidas” [...]

[...] “porque os policiais bloqueiam e prejudicam a manifestação? Existem vídeos mostrando isso” [...]

[...] “Porque os brigadianos andam sem identificações em seus uniformes?”

[...] “foi uma orientação do governo colocar tamanho aparato antecipadamente em frente à empresa RBS e não em frente de outros locais públicos?”

[...] “Governador, como podemos incluir esse caso na Justiça Restaurativa que o Governo citou?” [...]

[...] “o Governador tem que afastar a PM2 dos protestos” [...]

[...] “segue uma ideia baseada nas manifestações da Argentina: quando os vândalos começavam a quebrar tudo, os verdadeiros manifestantes se sentavam, assim facilitava a ação da polícia pra reprimir os culpados” [...]

[...] “Gabinete Digital, pergunta para o Tarso Genro o que falta para a base governista votar a PEC do Raul Ponte e acabar com a Justiça Militar” [...]

[...] “cadê o direito de ir e vir do povo!” [...] “é nítido que os manifestantes não fizeram nada!”

[...] “queremos que as manifestações também sejam um território de paz, não queremos ter nossa rota desviada pelo CHOQUE!”

Manifestando-se sobre a questão da violência da Brigada Militar o Governador Tarso Genro rebateu no encontro as críticas recebidas, inclusive pelas redes sociais, que questionavam porque ela protegia o prédio da RBS, em detrimento de outros locais públicos. Na mesma oportunidade, falou sobre a PEC nº 222/2011⁴², que tramitava desde 2011 na Assembleia do Estado, de autoria do então deputado Raul Pont, por meio da qual era proposta a extinção da Justiça Militar no Rio Grande do Sul. Ao final, o Governador sugere a instituição do projeto de “justiça restaurativa”, que cuida de solucionar conflitos entre manifestantes e as polícias, em episódios de confronto.

Tarso Genro: [...] O dever da polícia é proteger pessoas que estejam com possibilidade de ser ameaçadas [...] Naquele caso da Zero Hora, [...] houve um ataque combinado à sede da Polícia Federal. Esse ataque [...] deixou

⁴² A Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Rio Grande do Sul – PEC 222/2011 encontra-se arquivada, conforme informação disponível em <www.al.rs.gov.br/legislativo/ProjetosdeLei.aspx>. Acesso em: 12 mar. 2016.

inclusive sequelas [...] e nós fomos inclusive solicitados [...] pra dar proteção para o prédio. Bom, se estas informações estão erradas [...] estou pronto a revisar [...]

[...] o sistema de segurança pública [...] foi constituído historicamente para sufocar os direitos da cidadania. [...] Então, [...] nós estamos [fazendo] uma nova formação [...] para os novos policiais, para que eles compreendam que eles integram um outro projeto [...]. Agora, é necessário também que o movimento compreenda que [...] se ele (policial) for agredido [...] ele vai reagir, e essa reação [...] tem que ser também compreendida pelo movimento social [...]

[...] não temos condições de enquadrar a base do Governo pra votar a PEC do Raul, e eu sou totalmente favorável a ela, já manifestei isso publicamente [...]

[...] nós estamos tentando instituir mecanismos que nós chamamos de justiça restaurativa, onde integrantes de episódios como esse [...] agredidos pela Brigada Militar, de maneira não legal, não de maneira defensiva [...] se disponham a se integrar conosco [...] pra conversar com os operadores desses comandos [...]

Por outro lado, os participantes do encontro rebateram a manifestação do Governador, afirmando que a Brigada Militar sempre atua de forma violenta e que não se tratou, no caso, de defender a sede da Polícia Federal, mas de ação deliberada para defender a empresa particular de comunicação.

Briza: [...] gostaria de dizer ao Governador [...] que demita imediatamente todos os seus assessores [...] (pois) a polícia segue sendo violenta com os pobres, com os pretos, com as minorias, todos os dias nas vilas [...] Não são identificados, (são) debochados, não respeitam os direitos humanos [...]

[...] cavalaria puxando pessoas pelos cabelos, de bomba de gás e bala de borracha, aleatoriamente [...]

[...] a ação, a Polícia Federal, que ocorreu durante a manifestação foi depois do uso de bomba e gás, quando nós nos deslocávamos pra cruzar pela frente e fazer a denúncia deste veículo de comunicação, vinculado à direita e aos setores mais reacionários do Rio Grande do Sul, que é a RBS e a Zero Hora [...]

Marcelo Branco: [...] A Polícia Federal era do outro lado da avenida (Ipiranga). As pessoas caminhavam do lado ali do colégio [...] Protásio Alves [...] e as bombas vinham de lado, cruzando, o vídeo de um minuto mostra isso [...] e as pessoas caindo no Riacho Ipiranga, porque não tinha como recuar 10.000 pessoas andando de ré [...]

Fernando Costa, da ONG Amigos da Terra, redarguiu diretamente ao Governador, ao afirmar que, se havia abusos da Brigada, estes deveriam ser apurados.

Fernando Costa: [...] se o governo tem alguma dúvida vá pras ruas [...] E se o governo não tem o controle [...] diga, não tenho o controle da polícia [...] é um paraestatal, ele tá funcionando livre e espontaneamente. Isso é uma coisa que a gente tem que ter essa clareza [...] pra que seja denunciado a outras instâncias [...]

Ao final do encontro, o jornalista do Sul21, Igor Natusch, expõe seu relato sobre a agressão a jornalistas pela Brigada Militar.

Igor Natusch: [...] a Brigada Militar agrediu muitos jornalistas esses últimos dias. [...] do Sul21 [...] da Zero Hora [...] do Correio do Povo [...]. [...] foram várias vezes, e eu acho que quando a gente chega numa situação em que a Brigada não tem nenhum temor de agredir jornalistas, agride dando risada e dizendo que tem mais é que apanhar, a gente tá numa situação muito grave [...]

Nas entrevistas, igualmente, a questão da violência transparece como motivação para a realização do encontro. As respostas foram dadas à seguinte pergunta dirigida aos convidados Fernando Costa, Igor Natusch e Marcelo Branco:

Pergunta: Na sua opinião, quais foram as circunstâncias que preponderantemente determinaram a realização da mesa de conversa proposta pelo Governo do Estado? O Senhor poderia descrever brevemente quais seriam e por que razão?

Entrevista com Fernando Costa: [...] a coisa determinante [...] foi a violência policial daquele dia. O que aconteceu ali foi realmente meio forte, já tinha outras bem fortes, mas aquela [...] com aquela gravação que os caras fizeram no celular [...] é incrível como a tecnologia, [...] ao vivo [...] mudou a forma [...] das pessoas saberem o que aconteceu [...]

Entrevista com Igor Natusch: [...] a questão da violência da Brigada Militar, que se fala bastante que [...] aqui no Rio Grande do Sul teria sido uma das [...] menos violentas do país. Eu acho que é possível [...] que de fato comparado, por exemplo, com os absurdos que aconteceram em São Paulo [...] não chegaram a se repetir em toda sua dimensão aqui [...]

Entrevista com Marcelo Branco: [...] A Brigada ia contra os manifestantes e depois que começou a ter as ações Black Bloc [...] que foi mais a partir do meio do mês em diante, a Brigada não agia contra isso, ela agia contra os pacíficos [...] eu tava na rua, o dia esse do hangout [...] não pude voltar pra casa [...] não tinha ônibus [...] um caos, e onde nós nos reuníamos em grupo, vinha bomba da Brigada [...]

[...] deu pra ver ali em junho de 2013, que as políticas de segurança pública fracassaram [...] porque manifestações democráticas e pacíficas foram tratadas a bala, a bomba, como eu nunca tinha visto nem no tempo da ditadura. [...] por isso que o Tarso tomou pau [...] tinha ali na mesma (mesa) jornalistas que tinham ficado presos de cueca dentro dum camburão a noite inteira, pessoas que foram arrastadas pelos cabelos pela rua [...]

O Secretário do CDES, Marcelo Danéris, no entanto, relata que as forças de segurança do Estado do RS deveriam somente ser utilizadas se houvesse necessidade. De acordo com o entrevistado, não houve intenção de defender o prédio da RBS. As respostas foram apresentadas à seguinte pergunta:

Pergunta: Como as manifestações eram percebidas pelo Governo do Estado? O senhor poderia fazer uma breve análise do cenário da época?

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] as forças de segurança do Estado [...] iam ser usadas no limite da própria necessidade [...] o próprio Governador disse: vamos primeiro defender a vida [...] depois, o patrimônio. [...] Para nossa felicidade, os casos foram muito isolados [...] não teve ferido grave, não teve mortes [...] isso foi um elemento definidor [...].

[...] o pessoal queria fazer uma manifestação em frente à RBS [...] tudo bem [...] até o momento que tu localiza [...] grupos que tinham coquetéis molotov [...] meio usual, infelizmente em alguns casos no Brasil, e aqui no Rio Grande do Sul não tanto, mas aconteceu [...]

O secretário registra ainda, na mesma resposta à pergunta supra referida, que um dos momentos mais intensos das manifestações de junho, ocorreu quando os manifestantes se dirigiram à sede do Palácio Piratini. Sustenta que, naquele momento, a Brigada Militar sofreu as agressões sem revidar, seguindo orientação do Governador nesse sentido.

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] a Brigada Militar fez a proteção do Palácio, manifestantes ficaram na praça [...] não ocorreu nada de mais grave, mas eles apedrejavam os cavalos, os brigadianos, jogavam garrafa [...]. Quer dizer, se um dos brigadianos, ou mesmo o comandante se irritasse [...] era o estopim [...] E o Governador determinou que não reagisse, e o comandante [...] não permitiu reagir, a tal ponto que manifestantes do caminhão diziam [...] cuidado com os cavalos, mirem nos soldados, quando jogavam pedras [...]

Sustentam alguns dos entrevistados, por outro lado, que a violência da Polícia levou ao surgimento de ações *Black Blocs* nas manifestações.

Entrevista com Marcelo Branco: [...] quando chegava na frente da Zero Hora, a Brigada Militar jogava bomba e começava o conflito [...]. Aí, pouco a pouco, foram se formando aqueles que iam na frente, pra proteger a caminhada, já com porrete de pau [...] até que pouco a pouco as ações Black Bloc foram entrando no cenário [...]

[...] se é um equívoco ou não, mas aquelas ações Black Bloc vieram no primeiro momento como um ambiente de defesa [...] diante das forças de repressão do Estado [...]. Era um jogo [...], eu jogo, atira a bomba aqui, eu atiro em ti também, joga lacrimogênio aqui eu jogo também, usa escudo, eu viro um container [...]

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] no meio dessa confusão teve Black Blocs, não tem a ver com a esquerda, são grupos mais de cunho fascista [...] tu via pelo nível de violência [...]

A violência nas manifestações não pode ser atribuída a apenas um motivo, ao contrário, esta pode ser analisada sob vários aspectos. Um dos aspectos importantes se constitui no fato de que a resposta policial truculenta às manifestações serviu para aumentar a violência nas ruas e, tal como relatado na imprensa, arrebanhou mais simpatizantes. Outro aspecto importante se constitui no fato de que havia grupos entre os manifestantes que utilizavam táticas “black bloc”, ou seja, praticavam ações violentas como forma de manifestação. Ainda é relevante notar que havia a participação de grupos infiltrados para praticar atos violentos, conforme retratam Santos e Teixeira (2014, p. 70).

5.4.2 As reivindicações por reforma política, a crise de representatividade e o risco de apropriação de sentido pela direita

Outro ponto bastante enfatizado pelos participantes é a necessidade de se realizar uma reforma do sistema político.

Diversos participantes manifestaram preocupação com o sistema político do país, reivindicando que houvesse reflexão sobre o assunto para a construção de uma reforma, tida por necessária e que deve ser pautada pela sociedade. Vitor Vital, estudante de Fortaleza, e os jornalistas Igor Natush e Bruno Torturra questionam a necessidade de reforma política:

Vitor Vital: [...] (para) sintetizar [...] o que representa esse movimento de uma maneira geral [...] seria a questão de uma reforma política [...] porque a estrutura que [...] temos hoje [...] não dá conta dos anseios sociais [...]
Igor Natusch: [...] Num momento, o governo, os partidos políticos, toda a representação política é vista como antagonista, inclusive o Governo do Estado [...] ele não representa aquelas pessoas [...]

Bruno Torturra: [...] o país tá passando por um processo muito sério de revelação da essência do sistema representativo, e do projeto até do próprio Partido dos Trabalhadores [...] que paulatinamente foi perdendo a capacidade de diálogo com os movimentos sociais [...]

Para o Governo, há uma crise de representação política que necessita ser discutida e só pode ser saneada por meio de uma reforma política. Danéris ressaltou

no encontro, todavia, que não se pode falar em falência do sistema, mas sim de um esgotamento de modelo que deve ser repensado.

Marcelo Danéris: [...] há de fato essa crise da representatividade. Há também um processo nesse meio de criminalização da política e dos partidos, [...] há os partidos e a nossa democracia que mostra sinais claros de esgotamento do atual modelo [...] eu não usaria a palavra falência ainda, porque ela seria forte para o momento [...]

Tarso Genro: [...] uma crise de representação [...] Hoje tem uma foto estarrecidora, num jornal nacional, quer dizer, o Brasil tá sob uma convulsão dum movimento social de alta potência [...] de muita importância e o parlamento brasileiro não tá funcionando [...]

[...] essa crise da representação [...] só pode ser vencida através de uma profunda reforma política e [...] do Estado [...] com a participação direta da sociedade [...] um exemplo dessa participação direta, é hoje esta que se dá através das redes [...] Não tem nenhum país que tenha feito ainda uma experiência de integrar a opinião das redes, para produzir influência no parlamento [...]. Nós estamos tentando fazer isso aqui [...]

Para o Governador, a crise política poderia ser dividida em três: da representação política, dos partidos políticos e do modo de vida atual.

Tarso Genro: [...] primeiro uma crise da representação política [...] o mandatário hoje com a velocidade dos fatos e com o tipo de legitimidade que ele adquire, exclusivamente pelas urnas, ele assume o governo e, no outro dia, ele tem que buscar outros movimentos, outras relações, outras formas de comunicação [...]. [...] o capital financeiro em escala global ele capturou o Estado [...] (e) as vontades dos partidos políticos [...] fossem mais à esquerda, ou [...] à direita [...]

[...] Segundo, existe uma crise dos partidos [...] mesmo os [...] que se apresentam como mais revolucionários [...] ele tá completamente defasado. E esse movimento que está aí é uma prova [...] os militantes que aparecem com as bandeiras dos partidos [...] eles são [...] hostilizados, você não nos representa [...]

[...] terceiro [...] existe uma crise [...] do modo de vida, dentro do sistema capitalista [...] consumista e predatório [...]. Essa crise [...] significa a destruição das formas tradicionais de relacionamento social, e [...] o surgimento [...] das misérias que correspondem a esse processo, e que estão colocados na seguinte questão [...] é uma sociedade que promete tudo pela publicidade [...] e não oferece a menor possibilidade para noventa e cinco por cento fruir [...]

Felipe Garcez, estudante da UFF e participante do movimento estudantil no Rio de Janeiro, registrou que o repúdio aos partidos políticos representa um problema, pois não se coaduna com regimes democráticos. Afirmou que não são os partidos políticos que devem ser combatidos, mas a exploração pelo capital, geradora de desigualdade social.

Felipe Garcez: [...] a proibição dos partidos é um passo pra ditadura. O nosso movimento tem que ser supra-partidário e que tem que ter uma pauta clara de lutar contra a desigualdade social. [...] não é um problema dos partidos políticos, é um problema que os banqueiros, os empresários nos exploram [...] é isso que tem que ser debatido [...]

A preocupação com a crise política foi ressaltada também nas entrevistas realizadas, ainda que não tenha havido uma pergunta específica sobre o assunto aos entrevistados.

Entrevista com Marcelo Branco: [...] as reformas que o Lula e Dilma precisavam não tavam no acordo com os parlamentos, tava nos acordos com essas multidões nas ruas. [...] no final, esse pacto que a Dilma propõe [...] que [...] se considerou [...] vários ativistas, que a posição da presidente Dilma foi a melhor diante de todos os demais chefes de estado no mundo que enfrentaram os manifestantes. A Dilma se posicionou que os jovens têm razão [...] só que ela não conseguiu botar na rua o pacto político [...] ela não conseguiu fazer a constituinte exclusiva, não conseguiu avançar na pauta dela [...]

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] numa síntese geral [...] ali tinha uma grande contestação sobre a representação política [...]. Então, isso é uma crise de representação política [...] (ou) o fechamento de um ciclo de como os partidos funcionam hoje no Brasil? [...]. Porque que os partidos não representam e as pessoas têm que ir pra rua [...]? Porque que as centrais sindicais não representam [...]? Porque que os movimentos sociais não mobilizam e as pessoas se mobilizam por espontaneidade ou por redes sociais e tal? [...]

[...] Teve um momento que as centrais sindicais foram completamente engolidas pelo movimento, elas simplesmente não existiam [...] teve uma central [...] que propôs de levar uma xaranga, pra ver se chamava mais atenção [...] teve agressão a partidos, a pessoas ligadas a partidos [...]

Segundo Danéris, a crise de representação possui ligação com a situação que vivia o trabalhador brasileiro. Apesar de nos últimos anos o trabalhador ter alcançado melhores condições de trabalho e renda, ter podido adquirir mais bens materiais, os serviços públicos não melhoraram.

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] evidentemente que no núcleo disso aí há um descontentamento na política, na representação política. Tem uma questão de serviços [...] o trabalhador, que conseguiu trabalho [...] salário [...] tudo pra dentro de casa, pra fora de casa ele conseguia pouca coisa [...]

Danéris ressalta que negar a existência de representação política não se mostra democrático. O entrevistado assevera que os movimentos que negam a necessidade de partidos levam a regimes totalitários:

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] tava tomando um tom que nos preocupava muito, esse tom que vai negando tudo [...]. Que aconteceu na Argentina, *que se vayan todos* [...]. Que, quer dizer, então, nega partido, nega tudo, nega história, bom, aonde que para isso [...] só pode parar no autoritarismo, no regime totalitário [...]

Outra preocupação dos participantes do encontro era com a percepção de que houve modificações nos rumos das manifestações, entre elas uma possível apropriação das mobilizações pela direita do espectro político.

Felipe Garcez: [...] Minha preocupação é que esse movimento que tá na rua faça uma virada pra direita. A proibição dos partidos políticos, aqui no Rio de Janeiro, a gente teve militante partidário sendo espancado nas ruas por tá levantando uma bandeira [...]. [...] é a gente ser identificado como uma reedição do AI-2 [...] um passo pra ditadura [...].

Tarso Genro: [...] é necessário compreender que movimentos sociais como esse também despertam todas as paixões [...]. [...] hoje existe [...] uma disputa sobre os seus rumos [...] esses rumos serão democráticos, libertários? [...] Tem muita gente que olha esse movimento não como um movimento libertário, mas como uma oportunidade pra transitar suas teses direitistas e autoritárias [...]

Esta preocupação com os rumos das manifestações transparece na entrevista realizada com o Secretário Danéris, em vários momentos das respostas apresentadas às perguntas realizadas. Setores da direita política, sustenta o entrevistado, viam nas manifestações uma oportunidade de derrubar o Governo.

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] Num primeiro momento, estudantes lutando pelo passe livre, direitos humanos [...] de minorias [...], ganhou de cara a simpatia da esquerda [...] das centrais sindicais, dos movimentos sociais [...] Agora, é verdade que os setores mais conservadores da direita perceberam naquele momento um elemento possível de derrubar um governo, de alterar as condições políticas do país, e tá vindo se integrar [...]

[...] eram vozes que já estavam fazendo um discurso um pouco mais golpista, anti-democrático, anti-partido, anti-político [...] Bom, o fim dos partidos, das políticas, e tal, levou ao fascismo, a regimes totalitários, nem eram regimes autoritários, regimes totalitários [...]

[...] nosso governo [...] quando ele percebeu que um viés mais conservador começou a dominar o movimento nacionalmente [...] nós denunciávamos, entre aspas, [...] no sentido de alertar os setores progressistas [...]

Houve convergência no encontro no que se refere à necessidade de reforma do sistema político e de enfrentamento de uma provável crise de representatividade, apresentando os participantes pontos em comum nestas questões, que aliás,

interessavam sobremaneira ao Governador Tarso Genro, conforme revelam suas intervenções no dia do encontro, já que o Governo Federal também era de seu Partido.

5.4.3 As reivindicações por regulação dos meios de comunicação

O papel da mídia nas manifestações, a tentativa de capturar o sentido das manifestações em diversos momentos no mês de junho de 2013 também teve destaque na fala dos participantes.

Os participantes argumentam que a mídia teve a intenção de dirigir os protestos, prestando sua própria interpretação, na tentativa de conduzir as manifestações.

Felipe Garcez: [...] ficou claro também o quanto a mídia tá tentando capturar esses protestos. Ela começa dizendo que são protestos de vagabundos [...] de vândalos, e agora ela tá [...] querendo enfiar a pauta goela abaixo da gente [...] dizendo que é contra a corrupção [...]. Eu acredito que a gente precisa avançar em pautas mais específicas, como a reforma política, a democratização da mídia que é urgente [...]

Tarso Genro: [...] (o movimento) tá tentando se aparelhar pela direita [...] contra estas conquistas sociais que geraram esse movimento e contra, inclusive, este projeto democrático que está hoje [...] em aberto na sociedade, que é, por exemplo, a reforma dos marcos da comunicação no Brasil [...]

Nas entrevistas realizadas, alguns dos participantes ressaltaram a necessidade de estabelecer marcos regulatórios para os meios de comunicação, especialmente pelo papel que a grande mídia desempenhou em junho de 2013.

Entrevista com Igor Natusch: [...] a gente precisa regulamentar a mídia não porque seja necessário que o governo tenha poder sobre o que é publicado, e o que não é publicado, pelo contrário [...] a imprensa tem um papel fundamental em qualquer regime democrático [...] de ser o poder que denuncia [...]. O problema é que a gente tem aqui uma mídia que é extremamente concentrada [...] e isso faz com que essa mídia acabe sendo utilizada como arma do estabelecimento de determinados interesses [...]

[...] ela (a regulação da mídia) acaba sendo uma demanda ligada aos protestos de 2013 por causa da vivência prática que se tinha da cobertura daqueles protestos, que começavam [...] desconsiderando [...] o que era a demanda, e nisso não se falava nem que era o aumento da passagem de ônibus, nem isso era dito, era apenas uma concentração de [...] vagabundos, que saiam para atrapalhar o trânsito [...]

Os meios de comunicação, não se pode olvidar, trataram as manifestações de forma distinta, a depender do momento que se pretende analisar. No início, os manifestantes não foram bem recebidos pela imprensa nacional, o que se modificou após os atos de violência que se seguiram passados os primeiros dias de junho, conforme referiu, aliás, um dos participantes do encontro, Marcelo Branco.

5.5 A avaliação dos resultados do encontro no repertório dos participantes

O encontro proposto pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul no dia 20 de junho de 2013, tinha por objetivo procurar compreender as demandas que vinham das ruas, conforme afirmado pelos Secretários Vinícius Wu e Marcelo Danéris nas entrevistas realizadas (item 5.4).

A fim de colher a impressão dos participantes da mesa sobre os resultados que o encontro proporcionou, foi realizada a seguinte pergunta aos Secretários de Governo:

Pergunta: Como o Senhor avalia a participação dos componentes da mesa? O Senhor poderia fazer uma breve análise acerca dos objetivos que eram esperados, se foram alcançados e em que medida? O Senhor pode fazer um breve relato dos principais encaminhamentos que foram dados às demandas pautadas na reunião?

Os Secretários avaliam que o Governo soube extrair boas práticas da oportunidade que se abriu com o encontro realizado no Gabinete Digital. Ainda que houvesse uma grande variedade de reivindicações, foi possível estabelecer questões que pudessem ser priorizadas pelo Governo, entre elas a implantação do passe livre estudantil.

Entrevista com Vinícius Wu: [...] o resultado pra nós foi muito interessante [...] porque num mosaico muito grande de questões [...] conseguimos [...] ver que algumas pautas sobressaíam [...] e podemos [...] filtrar [...] questões que diziam respeito a atuação do Governo do Estado. Uma delas foi o passe livre [...]. Não era [...] uma política pública que estava sendo planejada pelo Governo, mas que [...] a partir daquele diálogo, nós pudemos estabelecer uma hierarquia [...] em termos de ação [...]

[...] o passe livre se tornou a principal questão que nós extraímos desse diálogo [...] Porque que ele era [...] uma questão que era colocada com muita ênfase, por vários movimentos [...] havia um grande número de pessoas que estavam lá por conta do passe livre [...] e [...] era algo que tava dentro [...] da nossa esfera de atuação [...]

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] acho que a gente ganhou essa legitimidade frente a esses manifestantes, quando a gente aprovou o passe livre. [...] isso mostrou que aquela conversa, além de manter um diálogo, e um outro de nível de relação entre Estado e mobilizações/sociedade, também gerou frutos [...]

[...] ali tem uma boa memória [...] das pessoas [...]. Eu acho que até seria justo se tivesse, porque eles se dispuseram a dialogar, e nós retribuímos [...] eles toparam vir, e a gente reconhece isso [...] isso é de um valor enorme, eles podiam dizer não [...] nós tamo aqui pra lutar contra vocês. Não, mas eles se dispuseram vir [...]. E eu acho que isso é um valor enorme pra eles [...]

Semelhante pergunta foi estendida aos demais entrevistados que participaram do encontro. O questionamento foi assim efetuado:

Pergunta: Como o Senhor avalia o resultado da reunião, especialmente em relação ao diálogo proposto pelo Governo do Estado?

As respostas dos entrevistados revelam aceitação à proposta do Governo em realizar um encontro com os manifestantes, em especial em relação à aprovação do passe livre estudantil.

Entrevista com Igor Natusch: [...] acho que isso foi uma das medidas que foi bastante positivas [...] dentro do que poderia ser feito pelo Governo. Acho que foi uma medida que talvez não tenha tido impacto diretamente sobre o problema, porque o problema era muito mais a discussão da passagem em Porto Alegre [...] mas demonstrou uma boa vontade do governo [...]

Entrevista com Marcelo Branco: [...] A iniciativa do passe livre estudantil. Isso é uma coisa antiga que é importante, do passe livre metropolitano. Eu acho que foi [...] não tinha a dimensão dum passe livre municipal, pelo volume de pessoas, mas acho que foi uma iniciativa importante, que reforçava a ideia, de que era possível sim ter uma política de passe livre para determinados setores [...]

A instituição do passe livre estudantil foi noticiada na Revista do Governo do Estado do Rio Grande do Sul denominada “Gabinete Digital – Democracia em rede – Balanço 2011/2014”, lançada em dezembro de 2014. Nela pode-se verificar que o passe livre estudantil foi anunciado pelo Governo do RS, em 27 de junho de 2013, “como resposta às vozes das ruas e encaminhamento do primeiro diálogo realizado com manifestantes, uma semana antes, no auge das Jornadas de Junho”.

Os Secretários de Governo apontaram a importância e as consequências de se acolher uma reivindicação. Sempre que o Estado fornece um serviço, há uma

contrapartida econômico/financeira. No caso do passe livre estudantil, exemplifica Danéris, houve necessidade de desembolso considerável de valores pelo Estado:

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] só o que a gente lançou de primeiro custou 60 milhões [...] e tu tem que pagar. Aí eles tem um debate. Não, não tem que pagar nada o Estado, tem que tirar de outras [...]. Tudo bem, tu retira, joga aqui, paga efetivamente o passe livre, mas obviamente tem as suas consequências do outro lado. Empresas deixam de vir, aquela que perdeu incentivos demite, os que estão demitidos vem pra frente do Palácio, a imprensa dá atenção pros demitidos [...]

O Secretário-Geral de Governo, Vinícius Wu, lembra que outra questão que trazida ao encontro com o Governador foi o relacionamento da Polícia Militar com a cidadania. Segundo o entrevistado, o Governo soube solucionar o mais adequadamente possível uma difícil equação, que se constitui na preservação do direito à manifestação frente ao dever de manutenção da ordem pública. Comparado com outros Estados, houve pouco conflito no Rio Grande do Sul nas manifestações de junho.

Entrevista com Vinícius Wu: [...] Outra questão [...] foi o relacionamento da Polícia Militar com a cidadania. Nós criamos uma ouvidoria especial, buscamos estabelecer diálogo [...] por óbvio, com muitas imperfeições [...] mas aquele processo, quando a gente olha retrospectivamente [...] numa análise honesta [...] vai ver que o Rio Grande do Sul foi um dos Estados que melhor soube processar e equalizar o desafio [...] de se preservar a ordem [...] e, por outro lado preservar as mobilizações e o direito à mobilização [...]

[...] compara, por exemplo, com Rio de Janeiro ou São Paulo, tanto em termos de repercussão nos meios de comunicação, como também de indivíduos arrolados em processos, de prisões efetuadas [...] No Rio de Janeiro você teve mobilizações que saíram com 3, 4 ônibus de pessoas presas. Isso não aconteceu aqui. Em São Paulo houve [...] um uso da força desmedida [...] por parte da Polícia que inclusive chegou até ferir jornalistas [...]

O tema da reforma política também foi tratado pelo Governo, mas estava além das possibilidades de Executivo Estadual e não teve prosseguimento.

Entrevista com Vinícius Wu: [...] na verdade o diálogo não encerrou ali [...] nós depois tivemos vários momentos. [...] nós tivemos um outro diálogo [...] para debater o tema específico da reforma política [...]

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] A reforma política tava além das nossas forças [...] a gente fez um encaminhamento no Conselho e tudo o mais, e numa votação no Conselho pela reforma política, imediatamente, e com uma constituinte exclusiva, tudo foi aprovado no Conselho e pelos manifestantes, que era a proposta e tal [...]

A reforma política foi objeto de encontro promovido pelo Governador, realizado no dia 27 de junho de 2013. Segundo consta da publicação efetuada na página do Facebook do Gabinete Digital (Anexo III), foram convidados jornalistas, especialistas e movimentos sociais para um debate sobre reforma política.

Houve ainda a percepção por parte do Governo de que o encontro realizado no Gabinete Digital se constituiu em uma ferramenta que poderia ser reutilizada em outros processos e reivindicações que eram trazidos ao Executivo.

Entrevista com Vinícius Wu: [...] um resultado concreto [...] em termos de política pública, que talvez tenha sido herança das mobilizações de junho, que foi a desocupação do prédio Sarai, que é uma ocupação. Uma desapropriação que foi feita pelo Governo do Estado, e que também obedeceu uma lógica de diálogo, através de redes sociais, através do Gabinete Digital [...]

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] eu tenho uma memória que todos reconheciam a iniciativa, apesar de manterem suas críticas ao Governo [...] era o único Estado que tinha feito isso, mas quero ver se isso se desdobra, [...] se vai ficar só aqui nessa conversa [...]

Quanto à queixa contra a violência da Brigada Militar, os Secretários de Governo sustentam que o Governador tomou providências em relação à questão:

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] teve uma parte ali da juventude que tava mobilizada, que fez uma queixa muito forte quanto à Brigada Militar [...] pela violência, e tudo, levaram alguns casos [...] que o Governador acabou determinando um grupo de trabalho pra fazer um levantamento disso tudo [...]

Havia questões relativas à violência nas manifestações que fugiam da alçada do Governador, e que isso deveria ser assim mesmo, por respeito à democracia. O Secretário do CDES, Marcelo Danéris, relata o caso dos inquéritos policiais, em que parte dos manifestantes reivindicava uma atuação do Governador.

Entrevista com Marcelo Danéris: [...] A reclamação deles é que a Polícia Civil tinha aberto inquéritos contra manifestantes como se fosse na lei de segurança nacional [...]. [...] vamos imaginar que um Governador pudesse [...] se envolver nos inquéritos. Que tipo de governo é esse? [...] é nessa época que os governantes determinavam quem ia preso, quem não ia [...] Num ambiente republicano e democrático, seja de esquerda ou de direita, órgãos de investigação da segurança pública, eles têm que ter autonomia [...]

[...] o Governador [...] tem uma opinião, de que os manifestantes e as manifestações não tem nada a ver com segurança nacional, [...] não devem ser objeto de investigação [...] as escolhas políticas e ideológicas, do

manifestante. Mas, no limite que transcende pro crime [...] tu pegar um Banrisul, que é um banco público e tu quebrar ele todo [...] Isso não impediu que o inquérito seguisse [...]

Parte dos entrevistados afirmou, por outro lado, que apesar de o governo procurar o diálogo, essa busca não representava um esforço que pudesse produzir frutos, pois não tinha a capacidade em realidade de determinar “consequências”, ao menos para determinadas reivindicações. Fernando Costa, da ONG Amigos da Terra Brasil afirma que a principal pauta, relativa à violência, não foi atendida.

Entrevista com Fernando Costa: [...] eles ficavam nessa tentativa de se inserir de alguma forma, mas [...] não tinha nenhuma consequência, [...] era mais uma coisa de publicidade do Governo de realmente ter respostas. Pelo menos pras coisas que a gente pautou [...]

[...] Outros construíram [...] eles (o governo) construíram um diálogo com o pessoal do movimento dessa luta por moradia, a história da Ocupa Sarai [...] fizeram todo um diálogo, [...] apoiaram os caras em várias coisas, até conseguir fazer o negócio, mas era dentro da estrutura do Partido. Isso aí tinha que ser [...]

[...] a principal pauta [...] foi a violência policial [...] bom, como é que a gente faz pra que a Polícia [...] os núdulos fascistas, milicianos, dentro da Polícia [...] não consigam ter ação, como é que o Governo consegue garantir [...] os direitos humanos na cidade, sem que as pessoas sejam violadas [...] isso ele não teve resposta, a resposta que ele deu é isso, eu não controlo a Polícia [...]

[...] o que a gente vê depois [...] desse dia, a história da manifestação aquela da frente do Palácio, foi aquele vídeo do Governador elogiando [...] a ação da Polícia. Então, a resposta acaba sendo [...] que ele também tem esse medo [...]

O entrevistado sustenta que há necessidade de criar mecanismos que permitam a realização de diálogo, mas também que tais mecanismos devem considerar as diferenças existentes entre os atores sociais, a fim de não gerar mais desigualdade.

Entrevista com Fernando Costa: [...] esse tipo de diálogo que tá colocado, [...] onde tu senta empresário [...] excluído [...] organização [...] sindicato, achando que colocando eles na mesma mesa, eles já vem ali com um grau de desigualdade muito grande, [...] de estrutura muito grande, desde origem até, hoje, de tecnologia [...]

Parte dos entrevistados, por outro lado, acredita no método utilizado pelo governo do estado, pois parte dos movimentos sociais se sentiu contemplado pela iniciativa, apesar de as principais reivindicações não terem sido atendidas.

Entrevista com Gabriel Galli: [...] teve de fato um diálogo [...] Acho que pelo menos uma parte das lideranças do movimento social se sentiu relativamente contemplado com essa atividade [...] de uma certa forma foi positivo pela possibilidade de abrir um diálogo [...]

[...] em específico ao que eu apresentei, eu não percebi muita mudança [...] ele (o governador) disse que ele não tinha controle sobre a Polícia [...]

Entrevista com Lino Bochini: [...] pela exposição e pelo exemplo foi muito positivo. Claro que é algo mais simbólico do que prático. Não significa que o Governador ia tomar decisões ou medidas ali naquele momento. Mas era uma chance real de tá dialogando ao vivo e com plateia e com o Governador do Estado. É algo que definitivamente não acontece todo dia [...]

[...] as minhas expectativas, era de uma exposição mesmo, de ajudar dar o exemplo, de um diálogo aberto franco e democrático com o Governador do Estado. E isso aconteceu [...]

Entrevista com Igor Natusch: [...] o fato é que não houve uma queda significativa na truculência das ações da Brigada [...] Pelo contrário, teve um evento que foi uma tentativa de fazer [...] uma manifestação [...] um pouco mais relaxada, ali na área da Praça da Matriz, no qual a movimentação que tava sendo feita ali foi completamente desmontada por uma ação bastante truculenta por parte da Brigada [...] E depois daquela ação o Tarso apareceu elogiando a Brigada pelo modo como ela tinha agido. Aquilo pegou muito mal com relação ao Bloco de Luta [...]

Entrevista com Marcelo Branco: [...] só tinha uma coisa ali a ser questionada e debatida, que era a ação da Polícia Militar. [...] inclusive a reunião foi tomada por esse tema, da violência policial. E acho que o Tarso foi firme nas suas declarações contra essa violência policial, que se seguiu, não conseguiu conter, não sei se não teve força [...] Enfim, mas o resultado prático, que era o tema da segurança pública, pouco mudou [...]

Os entrevistados foram questionados também quanto ao formato adotado para o encontro, especialmente quanto à possibilidade do efetivo diálogo. A seguinte pergunta foi formulada:

Como o Senhor avalia o formato de discussão proposto pelo Governo do Estado para tratar das manifestações populares que vinham ocorrendo em junho de 2013?

Embora a oportunidade de se encontrar diretamente com representantes do Governo Estadual fosse saudada pelos convidados, alguns dos participantes apresentaram determinados pontos negativos, no sentido de que não permitiu efetivamente a concretização de um diálogo com o Governador.

Entrevista com Fernando Costa: [...] acho que seria bem comparável com a estrutura duma TV, [...] um Roda Viva [...] porque não foi uma reunião [...]

institucionalizada ou uma coisa, não. [...] era o tempo que tinha um programa, que se dividiu o tempo nessas falas, um método, e as pessoas tiveram uma fala [...] e ficou nisso [...]. Então, com vários apoiadores, [...] tipo o Marco Weissheimer, o Marcelo Branco, os caras do Partido que conceituam e trabalham essa coisa. Então, isso tudo é retaguarda dele, e esse casal que tava lá, o cara da denúncia, e depois, sim, a galera mais solta, [...] que não tava bebendo nessa mesma fonte deles ali [...]

Entrevista com Igor Natusch: [...] acho que de um modo geral foi positivo. [...] foi possível fazer [...] não tanto uma discussão, mas foi possível tocar em alguns temas que eram especialmente difíceis, talvez para o governo [...] não foi um formato que foi criado no sentido de proteger totalmente o governador [...]. Porém [...] foi criado um cenário no qual houvesse um certo controle [...]. Não chegou a haver um diálogo de fato, no sentido de haver uma troca [...]

Outros entrevistados, no entanto, avaliaram de forma positiva, total ou parcialmente, o formato adotado pelo governo do estado para a realização do encontro, pois permitiram uma maior proximidade dos participantes, ao reuni-los todos em uma mesa redonda, com transmissão ao vivo pela internet:

Entrevista com Marcelo Branco: [...] acho que nem foi pensado muito no formato. Eu vi ali as principais cabeças que tavam nas ruas. Então, não foi chamado representantes de entidade [...] isso já foi positivo [...] E tinha que ter alguma forma de organização, [...] não tinha ponta de mesa, ou auditório, era uma mesa redonda, transmitido pela Internet. [...] um formato [...] que todo governante devia adotar, não só em momento de crise institucional, mas pra fazer diálogos permanentes com a população, trazendo pessoas que pensam diferente, antagônicos ao seu governo [...]

[...] Ali, acho que não tinha ninguém que defendia o Governo [...]. [...] quem escolheu e convidou foi acho que o Gabinete Digital, mas [...] foi bastante plural, acertada essa mesa, que é aberta, que tava ali milhares de pessoas assistindo pela Internet. [...]

Entrevista com Gabriel Galli: [...] tu sempre imagina como poderia ser melhor [...] mais espaço pra que mais pessoas do movimento social pudessem participar e dar a sua opinião [...] Mas [...] já tinha bastante gente [...] eram uns quatro ou cinco pessoas que tavam ali falando, tinha a presença de Secretários de Estado. O governador ficou durante todo o evento, nem sempre isso acontecia [...] foi bastante positivo. [...]

[...] Teve uma possibilidade de diálogo. Não se negou ouvir críticas [...] A preparação, ela foi feita de uma forma bastante ética, [...] ninguém chegou pra mim antes e disse [...] tu não pode tratar de tal assunto [...] E pelo que eu acompanhei com as outras pessoas, não teve nenhum tipo de orientação, assim, prévia [...] Foi transmitido ao vivo pela TV [...] não dá pra errar quando tá transmitindo ao vivo [...]

[...] não acho que tenha sido feito outra coisa igual [...] em um momento de crise. [...] É fácil tu fazer [...] um debate com a população no momento em que as coisas tão relativamente bem [...] não vai ter ninguém colocando o dedo na tua cara [...] inclusive eu cobre, olha, eu acho que o senhor tá sendo mal informado pela sua equipe, em relação ao que tá acontecendo nas ruas de fato [...]eu acho que foi uma atitude corajosa [...]

A proposta do Gabinete Digital, avaliam os participantes, serviu como ferramenta para promover a abertura do espaço institucional para a participação, de forma direta e com a presença do governador e seus secretários. Todavia, como reflexão geral, percebe-se que este espaço deve proporcionar, além da participação, uma oportunidade de encaminhar a concretização de políticas públicas, por meio da oitiva dos grupos sociais interessados e de suas prioridades.

5.6 À guisa de finalização do capítulo

Das narrativas dos participantes, tanto dos representantes do Governo, quanto dos convidados ao encontro realizado no dia 20 de junho de 2013, percebe-se que a iniciativa de promover um encontro em meio às manifestações que vinham se desenrolando em Porto Alegre foi saudada como positiva.

Estas narrativas demonstram que havia preocupação do governo de compreender as manifestações de junho, sua multiplicidade de demandas e de atores. Depreende-se dos relatos dos representantes do governo que eles estavam dispostos a lidar com algo novo que acontecia nas ruas da capital gaúcha e que o Gabinete Digital poderia fornecer, naquele momento, a estrutura necessária para tal finalidade, pois possibilitaria o encontro presencial de grupos sociais participantes das manifestações e ainda permitiria a participação de qualquer pessoa pelas redes sociais na Internet.

De todas as questões e reivindicações apresentadas ao governo, a violência nas manifestações foi o principal tema. Os participantes do encontro deram especial destaque à violência protagonizada pela Brigada Militar contra os manifestantes. Percebe-se das falas dos participantes e do rumo que a reunião tomou que o tema da violência ocupou o lugar de protagonismo que poderia ser esperado em relação, inclusive, à reivindicação concernente à tarifa de transporte coletivo, que foi pautada nacionalmente em junho a partir das mobilizações realizadas pelo MPL.

Três dos participantes do encontro, um deles representando o Bloco de Luta, relataram episódios violentos protagonizados pela Brigada Militar, em que foram espancados nas ruas de Porto Alegre nos dias de manifestação. Pelas redes sociais, igualmente, as pessoas demonstravam indignação quanto aos episódios, gerando questionamentos quanto às medidas que seriam adotadas pelo governador.

Um dos momentos que gerou mais tensão entre os participantes ocorreu quando o Governador afirmou não ter plena ingerência sobre as ações da Brigada Militar. Das narrativas dos convidados percebe-se a surpresa com a afirmativa do que o Governador, mesmo sendo o Chefe da Polícia Militar, não a comanda.

Apesar da relevância da reivindicação contra a violência nas manifestações, os entrevistados revelaram-se pouco otimistas quanto a modificações no modo de agir da Brigada, a despeito de o Governador propor alguns caminhos para o que chamou de mudança cultural necessária naquele órgão. Parte desta falta de otimismo, segundo revelam alguns entrevistados, reside no fato de que o próprio governador veio a público, dias depois, para elogiar a atuação da Brigada Militar nas manifestações, apesar dos relatos de violência por ela protagonizados.

Para os representantes do governo, por outro lado, o problema da violência reside na difícil tarefa de equacionar o direito à manifestação com o dever do Estado de manutenção da ordem.

Além da questão da violência, outro tema que se revelou importante foi o da necessidade de reforma política. Das narrativas dos entrevistados percebe-se a preocupação, em especial dos representantes do governo, com os rumos que as manifestações tomavam no que diz respeito ao sistema político e sua rejeição, o que incluía naquele momento o Partido dos Trabalhadores, por ser o partido do governo federal – Dilma Rousseff – e do próprio governador Tarso Genro. Aliado a isto, também representava preocupação do governo o fato de que a insatisfação com o sistema político poderia abrir oportunidade para a apropriação das manifestações por setores da direita política, conforme revelam suas falas.

Alguns entrevistados sustentam que o Governo do Rio Grande do Sul viu na realização do encontro no Gabinete Digital uma oportunidade de reverter esse quadro de insatisfação com o sistema político, em especial a insatisfação com o Partido dos Trabalhadores. Apesar disso, os participantes reconhecem que a reforma do sistema político compete ao governo federal, a quem caberia adotar as medidas necessárias para promovê-la, não sendo incumbência do governo local.

Outros temas foram abordados pelos participantes do encontro e também geraram reivindicações apresentadas ao governador, como a necessidade de permitir a participação das pessoas nos processos decisórios do estado e ampliar os fóruns de debate, a necessidade de revisar os gastos com a realização da Copa, a urgência de promover a regulamentação e democratização da mídia, dentre outros.

Nenhum destes temas, todavia, conforme se percebe das falas dos convidados, suscitou tantas críticas ao Governador quanto a questão da violência nas manifestações.

Uma peculiaridade parece informar o porquê de ter sido colocada em segundo plano a reivindicação pelo passe livre, conforme se percebe das narrativas de alguns participantes do encontro: a decisão sobre o aumento ou diminuição das tarifas de transporte coletivo sequer era uma questão afeta à competência do Governo Estadual, mas sim, dos Municípios, contra o qual eram dirigidas as manifestações do Bloco de Luta em Porto Alegre.

Não obstante estas circunstâncias, diversos entrevistados louvaram a iniciativa do Governo Estadual de implantar o sistema de passe livre estudantil, esse sim, dentro do espectro de atuação do governo estadual. Todavia, alguns entrevistados apontam para o fato de que esta não era a reivindicação principal dos manifestantes, que queriam uma proposição mais abrangente, como a tarifa zero.

Por outro lado, ao menos na visão dos Secretários de Governo, a implantação do passe livre estudantil, tornou-se o grande legado da reunião realizada no dia 20 de junho pelo Gabinete Digital. Além disso, o Governo compreende que tenha havido alguns encaminhamentos positivos quanto à reforma política, como a realização de debates com alguns setores da sociedade e também com representantes de movimentos sociais, ocorridos posteriormente e em decorrência do encontro do dia 20 de junho.

Especificamente quanto à participação das pessoas nos processos decisórios do Estado, os entrevistados convergem em suas narrativas para o fato de que a iniciativa de criar canais de participação é bem-vinda, o que torna válida a utilização do Gabinete Digital para discutir as questões e reivindicações apresentadas ao governo. Todos os entrevistados reconhecem a necessidade de que existam espaços para a participação direta da população, o que necessita ser realizado mediante a incorporação de novas tecnologias comunicacionais. A mesma narrativa é utilizada pelo Governo, que se diz aberto ao diálogo, por meio da criação de instâncias de participação da população.

Contudo, alguns participantes ressaltam que instâncias de diálogo e participação da população devem permitir que encaminhamentos e soluções efetivas possam ser adotadas, pois a mera disposição de abrir o espaço institucional, sem a perspectiva de atendimento efetivo das reivindicações, não satisfaz os interesses da

população. Alguns participantes referem que não basta o governador se apresentar somente para ouvir as reivindicações, constitui seu dever apresentar resultados.

De parte do governo, por outro lado, os atores julgam que a iniciativa foi adequada ao momento vivido, com o atendimento das reivindicações que eram possíveis de serem acolhidas, pois estavam no âmbito de atuação do governo estadual. Para o governo, além disso, o atendimento de determinadas pautas foi recebido como positivo pelos envolvidos no encontro e o evento proporcionou uma boa prática de participação.

Quanto à forma como ocorreu a constituição da mesa, de parte do Governo, as falas dos entrevistados revelam que houve uma preocupação em propiciar a participação das pessoas que efetivamente estavam nas ruas de Porto Alegre protagonizando as reivindicações, como o Bloco de Luta, por exemplo. Os entrevistados ressaltam que naquele momento as manifestações ainda necessitavam ser compreendidas, assim como também quais seriam as reivindicações apresentadas.

Não obstante houvesse a preocupação em propiciar maior participação na composição da mesa, as entrevistas com os Secretários de Governo revelam que o convite foi feito somente a pessoas que, de alguma forma, se alinhavam a pautas progressistas e de esquerda. De parte dos convidados, as narrativas revelam certa divergência neste ponto, pois, enquanto alguns entrevistados demonstraram satisfação quanto aos critérios de composição da mesa, afirmando que havia convidados de todas as correntes, outros revelaram que havia defensores do Governo entre os componentes da mesa.

De uma maneira geral, a proposta do Gabinete Digital foi recebida como positiva e, de acordo com os participantes do encontro, é cada vez mais necessário abrir espaços à participação, o que deve ser realizado com o apoio de novas tecnologias de comunicação e informação.

Considerações finais

As manifestações de junho levantaram discussões sobre os aspectos da ação coletiva, ligados principalmente às suas causas determinantes e às reivindicações apresentadas, como também quanto a sua caracterização como movimento social.

Nesta dissertação utiliza-se a expressão *movimento social* por se compreender que os acontecimentos de junho configuram um movimento social. Isso porque, tomando-se a abordagem da Teoria do Confronto Político, de Charles Tilly e Sidney Tarrow (2007; 2011), os manifestantes de junho em Porto Alegre conduziram uma campanha de reivindicações que teve como impulso inicial a redução da tarifa do transporte coletivo, ainda que se tenha tornado difusa com o passar dos dias, como aponta André Singer (2013). Ademais, essa campanha de reivindicações esteve baseada em organizações, redes, tradições e solidariedades, que deram suporte e certa longevidade às manifestações.

Dirigindo o olhar para a atuação do Bloco de Luta em Porto Alegre, percebe-se que se trata de um grupo que promoveu uma extensa e organizada campanha de reivindicações, que se iniciou antes mesmo de junho de 2013. Nestas manifestações, o Bloco anunciava suas reivindicações por meio de performances repetidas, como as caminhadas, ocupações, panfletagens, conscientizações públicas (aulas) etc.

Além disso, o Bloco de Luta organizou-se a partir de um conjunto de outros atores sociais para sustentar suas reivindicações, utilizando ainda, largamente, as redes sociais na Internet, para ampliar o leque de aderentes ao movimento. As redes sociais são utilizadas pelos atores sociais como canal de divulgação e mobilização para que as pessoas se encontrem nos espaços públicos das ruas, praças, prédios etc.

Ademais, concorda-se com Ângela Alonso (2013) no sentido de que a campanha de reivindicações não necessita ser guiada por uma única liderança, ao contrário, permite a adesão de qualquer pessoa, porque as fronteiras dos movimentos sociais na atualidade são diferentes dos movimentos sociais tradicionais. Nesse diapasão, as ações coletivas são atualmente articuladas de forma mais dinâmica que os movimentos sociais tradicionais, porque permitem a adesão de um grande número de pessoas, que se reúnem nas manifestações com apoio das redes sociais na Internet.

Nesse sentido, as manifestações de junho trouxeram, especialmente após os atos iniciais, uma multiplicidade de pautas distribuídas por diferentes grupos sociais, identificados como os manifestantes de junho. Estes manifestantes promoveram, ao menos até certo momento, uma campanha de reivindicações, e por meio de performances organizaram a ampla rede de mobilização e de solidariedade para sustentar suas atividades reivindicatórias. Além disso, as reivindicações tinham um destinatário, o Poder Público. Todas essas características, de acordo com a Teoria do Confronto Político, indicam a existência de um movimento social.

Em Porto Alegre, as manifestações acerca do tema da redução da tarifa do transporte coletivo vinham sendo protagonizadas pelo Bloco de Luta, que lutava contra os aumentos acertados pelo governo municipal. Quando o MPL convoca nacionalmente as manifestações em torno do passe livre, em junho de 2013, os protestos passaram a ocorrer também nas ruas da capital gaúcha, desenvolvendo-se, no geral, conforme a periodização proposta por Singer (2013).

O governo do Rio Grande do Sul acompanhava as reivindicações do Bloco de Luta pela redução da tarifa do transporte coletivo a algum tempo em Porto Alegre, cuja pauta é identificada, nacionalmente, com o ato inicial das manifestações de junho de 2013. Da mesma forma, portanto, o governo acompanhava os desdobramentos das manifestações que se sucederam no mês de junho de 2013, a partir da convocação nacional do MPL.

A partir destas mobilizações, o governador Tarso Genro propõe abrir o espaço institucional do Gabinete Digital para realizar um encontro com os manifestantes que ocupavam as ruas da capital em junho.

Dito isto, a proposta encetada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul de abertura do espaço institucional do Gabinete Digital possibilitou a realização de um espaço de participação para além das manifestações de junho de 2013?

A fim de responder a este questionamento, a presente dissertação se utiliza da Teoria do Confronto Político, de Charles Tilly e Sidney Tarrow (2007; 2011), pois esta abordagem compreende o confronto político como um processo relacional e interativo, em que um grupo reivindicante promove reivindicações que afetam seus interesses, diante de um outro grupo, o governo.

No confronto político, os governos possuem papel significativo, porque detêm a prerrogativa e os meios de atender ou não às reivindicações. Em outras palavras, no confronto político, são os governos que devem receber as reivindicações e encaminhar respostas, normalmente traduzidas em políticas públicas que atendam àquelas reivindicações.

Na capital gaúcha, ainda que o governo estadual acompanhasse os atos do Bloco de Luta há bastante tempo, as reivindicações pela redução da tarifa, ou mesmo a pauta nacional do passe livre, demandavam iniciativas de resolução do Poder Público Municipal, e não do governo do estado.

Este cenário veio a se modificar com o desenrolar do mês de junho, quando os atores políticos perceberam que havia novas formas associativas nas ruas, não necessariamente vinculadas a movimentos sociais tradicionais, e que havia demandas que necessitavam ser conhecidas pelo governo. Além disso, especialmente na segunda fase das manifestações de junho (Singer, 2013), as manifestações passaram a ser reprimidas com violência pelas forças de segurança do estado, na mesma medida em que episódios de violência passaram a fazer parte do repertório de alguns manifestantes.

Consequentemente, o encontro no Gabinete Digital foi realizado na segunda fase das manifestações de junho que, de acordo com a periodização proposta por André Singer (2013), ocorreu entre os dias 17 e 20 daquele mês, quando os protestos se multiplicaram, as demandas se tornaram difusas e a violência passou a fazer parte das manifestações.

No confronto político, os governos detêm o poder de coerção e, com o aumento da violência nas manifestações, o governo do estado acionou seu aparato policial para coibir os atos de depredação de prédios públicos e privados e equipamentos urbanos, classificados pela imprensa e governos como atos de vandalismo.

Todavia, os convidados ao encontro sustentam que a Brigada Militar, em Porto Alegre, usava de truculência contra todos os manifestantes, com o uso de

cassetetes, *spray* de pimenta e balas de borracha, sem distinguir aqueles que praticavam os atos de vandalismo dos que estavam pacificamente se manifestando pacificamente, o que fez aumentar ainda mais a adesão aos protestos.

Tendo em vista que a atuação da Brigada Militar era uma questão que dizia respeito às atribuições do Governador, na condição de chefe das forças de segurança do Estado, a violência foi um fator determinante para a realização do encontro no Gabinete Digital em 20 de junho de 2013.

Não se tratou, portanto, de a pauta do passe livre ter diminuído de importância. O que ocorreu foi que o passe livre não dizia respeito ao Governador Tarso Genro, mas a violência nas manifestações sim, em face da atuação da Brigada Militar, cujo comando é de responsabilidade do governador.

Além da questão da violência, outros motivos determinantes para a indução da proposta do Gabinete Digital pelo governador foram as reivindicações por reforma política e a crítica aos partidos políticos. O encontro realizado no espaço do Gabinete Digital revela que havia a preocupação do governador em não só conhecer melhor quais eram as reivindicações que traziam os manifestantes, mas também de lidar com a crítica contra os partidos políticos, em especial os que representavam a esquerda, e com a apropriação das manifestações por setores conservadores ou de direita.

Destas preocupações do governador originou-se a proposta do Gabinete Digital, como espaço de participação no qual diferentes atores tiveram oportunidade de expor suas reivindicações diretamente ao Poder Público.

Na perspectiva da Teoria do Confronto Político, pode-se concordar que esse espaço de participação alterou as oportunidades políticas vigentes, à medida que proporcionou a abertura das instituições políticas à participação dos manifestantes para além das manifestações de rua em junho de 2013, os quais tiveram a oportunidade de apresentar diretamente ao governo as suas reivindicações.

Como espaço de participação, tem-se que a representatividade das manifestações foi contemplada na proposta do Gabinete Digital, pois o convite não se restringiu aos atores convidados, uma vez que o evento contou com a presença virtual de outros atores sociais, por meio das redes sociais na Internet. As redes sociais na Internet foram, portanto, imprescindíveis para ampliar o leque de participantes na proposta do Gabinete Digital. Note-se que, ainda que o governo tenha procurado convidar nomes conhecidos e vinculados a programas de

esquerda, como o Bloco de Luta, e que se identificavam com questões reconhecidas como legítimas pelo governo, o governador respondeu a questões propostas pelos convidados presenciais e pelas demais pessoas via redes sociais na internet.

Quanto à adequação das reivindicações das ruas ao espaço institucional proposto pelo governo do estado, é necessário levar em consideração que as vantagens pesaram mais do que as desvantagens suportadas pela proposta do Gabinete Digital. Isso ocorre porque se percebe no encontro de 20 de junho de 2013 que, a despeito dos limites e alcances das ações coletivas de protesto nos marcos de decisões institucionais, o Gabinete Digital contribuiu para o exercício democrático da cidadania, cuja experiência serve e servirá como aprendizado para a conexão do agir entre atores sociais e políticos neste processo relacional e interativo que se revela o confronto político.

Entre as vantagens, a realização do encontro deu oportunidade à abertura das instituições, que viabilizou a participação dos atores sociais, por meio da criação de um espaço de participação direta. Esta abertura potencializou, no caso do Gabinete Digital, a integração dentro do processo de participação no qual os atores presenciais, que foram convidados e aceitaram o convite, atuaram com os virtuais, por meio das redes sociais na Internet. Além disso, a disposição do Poder Público em realizar o encontro representou menor resistência do governo às reivindicações dos manifestantes e, conseqüentemente, maior possibilidade destes de requererem a adoção de políticas públicas favoráveis às suas demandas.

Assim, ao tornar oportuna a ação exercida no espaço constituído para a participação, o governo do estado se mostrou aberto às reivindicações apresentadas. Contudo, para que o atendimento das demandas das manifestações de junho de 2013 seja efetivada, a iniciativa do Gabinete Digital necessita ser capaz de apresentar resultados traduzidos na adoção de políticas públicas concernentes à pauta dos manifestantes.

Não obstante o amplo leque de reivindicações apresentadas, entre os resultados esperados com a realização do encontro, houve somente a adoção do passe livre metropolitano, o que, todavia, foi avaliado como positivo pelos atores partícipes entrevistados após o encontro, apesar de não ter havido a implantação da tarifa zero, que aliás não era de competência do governo estadual.

Apesar de apresentadas, as reivindicações contra a violência nas manifestações e a favor da reforma política, não produziram resultados concretos,

embora a explicitação destes assuntos tenha contribuído para denunciar a procrastinação dos políticos e dos partidos em geral, que retardam a discussão e deliberação dos problemas em tela. A violência nas manifestações continuou ocorrendo após a realização do encontro, apesar de o governador ter afirmado no encontro do dia 20 de junho, no Gabinete Digital, que os casos seriam apurados e providências deveriam ser tomadas.

A reforma política, por sua vez, foi tratada pelo governador Tarso Genro como uma questão a ser encaminhada e discutida, mas que integrava a esfera de competência do governo federal, não dos governos estaduais. Por esse motivo, o encontro também não produziu resultados efetivos na questão da reforma política.

Para os atores sociais e políticos que acederam ao encontro, a proposta do Gabinete Digital representou uma oportunidade positiva de apresentar as reivindicações que permeavam as manifestações em junho de 2013, embora tenha havido críticas quanto à real possibilidade de acolher as demandas postuladas. Para o governo, a proposta representou uma oportunidade para conhecer as demandas dos manifestantes de junho, assim como de poder pautar questões que eram de seu interesse, como a reforma política.

Por fim, o Gabinete Digital trouxe ao debate, na esfera pública local, regional e nacional, a urgência da reforma política como pauta de discussão no espaço político institucional, governos e partidos, bem como, alimentou a discussão sobre tarifas e serviço do transporte público, mobilidade urbana e violência nas cidades, temas que necessitam ser enfrentados pelos atores sociais e políticos.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: A experiência na Era Lula. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, 325-357, abr./jun. 2014

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 76, p. 49-86, 2009.

_____, Repertório segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Revista Sociologia & Antropologia**, v.2, n. 3, p. 21-41, 2012.

_____, Novo, mas nem tanto. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 jun. 2013. Aliás, p. 1-3. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,novo-mas-nem-tanto-imp-,1048601>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

_____, Anatomia dos Protestos. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 dez. 2013. Política, p. 1-3. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3316536/anatomiadosprotestos>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BACHTOLD, Felipe; NERY, Natuza. Houve 'quase ingratidão' em protestos, diz ministro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jan. 2014. Poder, p. 1-2. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/01/1402690-houve-quase-ingratidao-em-protestos-diz-ministro.shtml>>. Acesso em: 01 maio 2015.

BAHIA, Carolina; MAZUI, Guilherme. Protestos pelo Brasil: os dias que abalaram a presidente Dilma. **Jornal Zero Hora**, 29 jun. 2013. Política, p. 1-3. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/06/protestos-pelo-brasil-os-dias-que-abalaram-a-presidente-dilma-4185116.html>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

BARCELLOS, Sergio Botton. Quando outros atores vão às ruas: as manifestações de junho de 2013 e suas múltiplas influências políticas. In: LEITE, Elaine da Silveira, MASSAU, Guilherme Camargo; SOTO, William Hector (coord.). **Teorias e Práticas Sociológicas**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2016, p. 165-179

BITENCOURT, Sandra; GAUTIER, Tiago. Comunicação Pública e Internet: Limites e amplitudes do Gabinete Digital. In: COCCO, Giuseppe (org.). **Gabinete Digital: análise de uma experiência**. Porto Alegre: Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas, 2013. p. 83-110.

BLOG DO BLOCO DE LUTA. Disponível em: <<http://blocoodeluta.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRAGA, Adriana; GASTALDO, Édison. Variações sobre o uso do Skype na pesquisa empírica em comunicação: apontamentos metodológicos. **Revista Contracampo**, Niterói, RJ, v. 24, n. 1, p. 04-18, jul. 2012.

BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: crônica de um mês inesquecível. In: **OSAL Observatório Social da América Latina**, Buenos Aires, ano 14, n. 34, p. 51-61, CLACSO, nov. 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: Mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 43-67, 2012.

CARDOSO, Gustavo; FÁTIMA, Branco di. Movimento em rede e protestos no Brasil: Qual gigante acordou. **ECO PÓS - Dossiê Mídia, Intelectuais e Política**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 143-176, maio/ago. 2013.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____, **Redes de Indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____, Manuel. A mudança está na cabeça das pessoas. **Época**, São Paulo, 11 dez. 2013. Ideias, p. 2. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2013/10/bmanuel-castellsb-mudanca-esta-na-cabeca-das-pessoas.html>>. Acesso em: 11 dez. 2015. Entrevista concedida a Luis Antônio Giron.

CELLARD, André. A análise documental. In: Poupart, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

COCCO, Giuseppe. Mobilização reflete nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles. **Revista Online IHU UNISINOS**, 25 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/521331-mobilizacao-reflete-nova-composicao-tecnica-do-trabalho-imaterial-das-metropoles-entrevista-especial-com-giuseppe-cocco>>. Acesso em: 13 maio 2015. Entrevista concedida por e-mail à Revista IHU Online.

COLETIVO CATARSE. Disponível em: <coletivocatarse.com.br/home>. Acesso em: jan. a jun. de 2013.

FLACKS, Dick. A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Portugal, v. 72, p. 45-66, out. 2005.

GABINETE DIGITAL. **Gabinete Digital Democracia em Rede**: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<http://gabinetedigital.rs.gov.br/>>. Acesso em: 01 maio 2015.

GALLI, Gabriel. Comunicação Pública e Governo Eletrônico: uma análise do Gabinete Digital do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. In: COCCO, Giuseppe (org.). **Gabinete Digital**: análise de uma experiência. Porto Alegre: Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas, 2013. p. 37-55.

GENRO, Tarso. Prefácio. In: COCCO, Giuseppe (org.). **Gabinete Digital**: análise de uma experiência. Porto Alegre: Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas, 2013. p. 7-9.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**: antigos e novos atores sociais. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____, Após atos, governo não tem interlocutores. **O Estado de São Paulo - Política**, 13 jul. 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apos-atos-governo-nao-tem-interlocutores,1053152>>. Acesso em: 13 maio 2015. Entrevista concedida a Marcelo Beraba.

_____, **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____, A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27. n. 71, p. 431-441, maio/ago. 2014.

_____, Pluralidade de representação na América Latina. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n.1, p. 73-90, jan./abr. 2014.

_____, **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2014. 415 p.

_____, A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina. **Política & Sociedade**, Florianópolis, vol. 13, n. 28, p. 79-103, set./dez. 2014

GOODE, William Josiah; HATT, Paul. K. **Métodos em pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1972.

GRUPO “Anonymous”. Disponível em: <<http://www.anonymousbrasil.com/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: David Harvey et al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Boitempo Editorial, 2012. p. 57-64.

JORNAL TABARÉ. Disponível em: <jornaltabare.wordpress.com>. Acesso em: jan. a jun. de 2013.

JORNALISMO B. Disponível em: <JornalismoB.com>. Acesso em: jan. a jun. de 2013.

MCADAM, Doug.; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

MARENCO, André. As duas caudas de Gauss: minorias, protesto e representação política. In: CATTANI, Antônio David (org.). **#protestos**: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. p. 31-40

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!! In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 19-26.

MEDINA, Dilenia. **Movimiento social**: entre demandas, conflicto social y protestas. Santo Domingo: Fundación Global Democracia y Desarrollo – FUNGLODE, 2011. p. 8-29.

_____, **Protestas sociales en Republica Dominicana**: comportamiento de la acción contenciosa durante el año 2011. Santo Domingo: Fundación Global Democracia y Desarrollo; Observatorio Político Dominicano, 2014. p. 9-55.

MERTON, Robert K. **Sociologia**: Teoria e estrutura. São Paul: Editora Mestre Jou, 1968.

MÍDIA NINJA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/midiaNINJA>>. Acesso em: jan. a jun. de 2013.

NICOLETTI, André S. Participação política e as nuances das manifestações populares de junho de 2013 no Brasil. In: IX ENCONTRO DA ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política, 04 a 07 ago. 2014, Brasília. **Anais da Associação Brasileira de Ciência Política**, Brasília, 2014, p. 1-18. Disponível em: <http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403288098_ARQUIVO_ABCP-TRABALHOCOMPLETO.pdf>. Acesso em: 13 maio 2015.

ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho: entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, Elena et al. **Vinte centavos**: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013. p. 226-237

PIMENTEL, Tiago; SILVEIRA, Sergio Amadeu da. **Cartografia de espaços híbridos**: as manifestações de junho de 2013. Interagentes.net, 11 jul. 2013. Disponível em: <<http://interagentes.net/?p=62>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

POMAR, Marcelo. Introdução: não foi um raio em céu azul. In: JUDENSNAIDER, Elena et al. **Vinte centavos**: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013. p. 8-19

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Gabinete Digital Democracia em Rede – Balanço 2011/2014**. Porto Alegre: Secretaria Geral do Governo, 2014.

REVISTA ADBUSTERS (online). Disponível em: <https://www.adbusters.org/occupywallstreet>. Acesso em: 02 mar. 2016.

REVISTA BASTIÃO. <<https://www.facebook.com/revistabastiao>>. Acesso em: jan. a jun. de 2013.

ROVAI, Renato. Estudo mostra que Passe Livre teve 62% de apoio nas redes sociais do dia 13/6. **Revista Online Fórum**, 17 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/06/mapeamento/>>. Acesso em: 02 maio 2015.

SANTOS, José Vicente Tavares; TEIXEIRA, André Niche. Atores sociais jovens nos protestos de 2013. In: CATTANI, Antônio David (org.). **#protestos: análises das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. p. 63-80.

SARAIVA, Adriana Coelho. Movimento Passe Livre e “Black Blocs”. In: CATTANI, Antonio David (org). **#protestos: análises das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. p. 41-51.

SCALON, Celi. Juventude, Igualdade e Protestos. **Revista Brasileira de Sociologia**, Sergipe, v. 01. n. 21, p. 179-204, jul./dez. 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 21, n.1, p.109-130, jan./abr. 2006.

_____, **Redes de movimentos sociais**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____, Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v.27. n. 71, p. 417-429, maio/ago. 2014.

_____, Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n.28, p. 13-34, set./dez. 2014.

SECCO, Lincoln. As jornadas de junho. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 71-78.

SILVA, Marcelo Kunrath. #vem pra rua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória? In: CATTANI, Antônio

David (org.). **#protestos**: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. p. 09-19.

_____, De volta aos movimentos sociais? – Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 46, n. 1. p. 2-9, jan./abr. 2010.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013: Classes e ideologia cruzadas. **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.

SUL 21. Disponível em: <www.sul21.com.br>. Acesso em: Jan. a Jun. de 2013.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **Contentious Performances**. Cambridge University Press, 2008.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious Politics**. Oxford University Press, 2007.

TILLY, Charles; WOOD, Lesley J. **Social Movements**: 1768-2012. Boulder, Colorado, USA: Paradigm Publishers, 2013.

TORTURRA, Bruno. Ascensão da Mídia Ninja põe em questão imprensa tradicional no Brasil. **Revista online IHU UNISINOS**, 02 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/522404-ascensao-da-midia-ninja-poe-em-questao-imprensa-tradicional-no-brasil>>. Acesso em: 01 maio 2015. Entrevista concedida por e-mail à Revista IHU Online.

WAMPLER, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: “boas práticas” devem ser promovidas?. **Opinião Pública**. Campinas, v. 14, n. 1, p. 65-95, jun. 2008.

SITES CONSULTADOS:

OGLOBO. Disponível em: <www.oglobo.com>. Acesso em: jan. a jun. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: jan. a jun. 2013.

CORREIO DO POVO. Disponível em: <www.correiodopovo.com.br>. Acesso em: jan. a jun. 2013.

ZERO HORA. Disponível em: <www.Zh.clic.com.br>. Acesso em: jan. a jun. 2013.

APÊNDICES

Apêndice A:	Formulário de entrevista, semiestruturada, para os atores governamentais
Apêndice B:	Formulário de entrevista, semiestruturada, para os atores dos movimentos sociais
Apêndice C:	Formulário de entrevista, semiestruturada, para os profissionais da área de comunicação
Apêndice D:	Formulário de entrevista, semiestruturada, para os demais participantes e depoentes

Apêndice A – Formulário de entrevista, semiestruturada, para os atores governamentais

Tema: A proposta do Gabinete Digital e as manifestações de junho de 2013

Perfil do entrevistado – PODER PÚBLICO – SECRETÁRIO DE GOVERNO E SECRETÁRIO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES)

Nome:

Profissão/Cargo/Função:

Ano de ingresso na carreira pública:

Formação educacional/profissional:

Cidade/Estado de origem:

- 1) Como as manifestações eram percebidas pelo governo do Estado? O Senhor poderia fazer uma breve análise do cenário da época?
- 2) Como foi a preparação para a realização da reunião do dia 20 de junho de 2013? Quais os principais assuntos que foram pautados para serem tratados no encontro? O Senhor poderia descrever quais eram os assuntos que mais preocupavam o governo?
- 3) Como se deu a escolha da estrutura do “gabinete digital” para tratar das manifestações de junho pelo governo do Estado do RS? O Senhor poderia fazer uma breve narrativa de como se deu essa escolha e quais circunstâncias a motivaram? O Senhor poderia identificar quais destas circunstâncias foram preponderantes?
- 4) Como o Senhor avalia este formato de discussão proposto pelo Governo do Estado para tratar das manifestações de rua que vinham ocorrendo em junho de 2013? Como o Senhor avalia, ainda, o uso de novas tecnologias de comunicação e informação para a discussão de questões como as levantadas em junho de 2013?
- 5) Como se deu a escolha dos participantes da mesa? O Senhor poderia fazer uma breve exposição acerca dos critérios utilizados?
- 6) Como o Senhor avalia a participação dos componentes da mesa? O Senhor poderia fazer uma breve análise acerca dos objetivos que eram esperados, se foram alcançados e em que medida? O Senhor pode fazer um breve relato dos principais encaminhamentos que foram dados às demandas pautadas na reunião?

Apêndice B – Formulário de entrevista, semiestruturada, para os atores dos movimentos sociais

Tema: A proposta do Gabinete Digital e as manifestações de junho de 2013

Perfil do entrevistado – MOVIMENTOS SOCIAIS CONSTITUÍDOS – ONG AMIGOS DA TERRA BRASIL

Nome:

Profissão/Cargo/Função:

Ano de ingresso no movimento social:

Formação educacional/profissional:

Cidade/Estado de origem:

- 1) Qual a principal área de atuação do movimento social de que o Senhor participa? O Senhor poderia fazer uma breve exposição acerca de como está organizado o movimento social do qual o Senhor faz parte e como se dá a relação entre o movimento social de que o Senhor participa e o poder público?
- 2) Quais razões determinaram seu ingresso no movimento social? O Senhor poderia fazer uma breve narrativa de como se deu esse ingresso e quais circunstâncias o motivaram?
- 3) Como as manifestações eram percebidas pelo movimento social do qual o Senhor faz parte? O Senhor poderia fazer uma breve análise do cenário da época?
- 4) De que forma o movimento social de que o Senhor faz parte vinha participando das manifestações de rua até o convite para a mesa do dia 20 de junho? Quais formas de pressão estavam sendo utilizadas? Havia uma pauta específica?
- 5) Na sua opinião, por qual razão o Senhor foi convidado a participar da mesa de diálogo realizada em 20.06.2013 pelo Governo do Estado? O Senhor poderia fazer uma breve narrativa das circunstâncias que motivaram o convite e sua aceitação em participar?
- 6) Na sua opinião, quais foram as circunstâncias que preponderantemente determinaram a realização da mesa de conversa proposta pelo governo do Estado? O Senhor poderia descrever brevemente quais seriam e por que razão?
- 7) Como o Senhor avalia o formato de discussão proposto pelo Governo do Estado para tratar das manifestações populares que vinham ocorrendo em junho de 2013?
- 8) Como o Senhor avalia o resultado da reunião, especialmente em relação ao diálogo proposto pelo Governo do Estado.
- 9) Como o Senhor avalia o uso da estrutura do gabinete digital para processamento das demandas produzidas em manifestações populares? Quais eram suas expectativas em relação ao encontro realizado?

- 10) Como o Senhor avalia o uso de novas tecnologias de comunicação para a discussão de questões como as que envolviam as manifestações de junho até então?

Apêndice C – Formulário de entrevista, semiestruturada, para os profissionais da área de comunicação

Tema: A proposta do Gabinete Digital e as manifestações de junho de 2013

Perfil do entrevistado – ÁREA DE COMUNICAÇÃO – MÍDIA – JORNALISTAS – CARTA CAPITAL E SUL21

Nome:

Profissão/Cargo/Função:

Ano de ingresso na carreira:

Formação educacional/profissional:

Cidade/Estado de origem:

- 1) Qual sua área de atuação? O Senhor poderia fazer uma breve exposição acerca de sua atuação como profissional da área de comunicação?
- 2) Como as manifestações eram percebidas pelo Senhor naquela época? O Senhor poderia fazer uma breve análise do cenário da época?
- 3) Na sua opinião, por qual razão o Senhor foi convidado a participar da mesa de diálogo realizada em 20.06.2013 pelo Governo do Estado? O Senhor poderia fazer uma breve narrativa das circunstâncias que motivaram o convite e sua aceitação em participar?
- 4) Na sua opinião, quais foram as circunstâncias (MOTIVOS) que preponderantemente determinaram a realização da mesa de conversa proposta pelo governo do Estado? O Senhor poderia descrever brevemente quais seriam e por que razão?
- 5) Como o Senhor avalia o formato de discussão proposto pelo Governo do Estado para tratar das manifestações populares que vinham ocorrendo em junho de 2013?
- 6) Como o Senhor avalia o resultado da reunião, especialmente em relação ao diálogo realizado pelo governo do Estado.
- 7) Como o Senhor avalia o uso da estrutura do gabinete digital para processamento das demandas produzidas em manifestações populares? Quais eram suas expectativas em relação ao encontro realizado?
- 8) Como o Senhor avalia o uso de novas tecnologias de comunicação para a discussão de questões como as que envolviam as manifestações de junho até então?

Apêndice D – Formulário de entrevista, semiestruturada, para os demais participantes e depoentes

Tema: A proposta do Gabinete Digital e as manifestações de junho de 2013

Perfil do entrevistado – PARTICIPANTES DAS MANIFESTAÇÕES QUE SOFRERAM VIOLÊNCIA POLICIAL – GABRIEL GALLI (jornalista e depoente) e MARCELO BRANCO (profissional do ramo de informação e comunicação)

Nome:

Profissão/Cargo/Função:

Formação educacional/profissional:

Cidade/Estado de origem:

- 1) Quais razões determinaram sua participação nas manifestações de rua em junho de 2013? O Senhor poderia fazer uma breve narrativa de como se deu esse ingresso e quais circunstâncias o motivaram?
- 2) Como as manifestações eram percebidas pelo Senhor naquela época? O Senhor poderia fazer uma breve análise do cenário da época?
- 3) De que forma o Senhor vinha participando das manifestações de rua até o convite para a mesa do dia 20 de junho? Quais formas de pressão estavam sendo utilizadas? Havia uma pauta específica?
- 4) Na sua opinião, por qual razão o Senhor foi convidado a participar da mesa de diálogo realizada em 20.06.2013 pelo Governo do Estado? O Senhor poderia fazer uma breve narrativa das circunstâncias que motivaram o convite e sua aceitação em participar?
- 5) Na sua opinião, quais foram as circunstâncias que preponderantemente determinaram a realização da mesa de conversa proposta pelo governo do Estado? O Senhor poderia descrever brevemente quais seriam e por que razão?
- 6) Como o Senhor avalia o formato de discussão proposto pelo Governo do Estado para tratar das manifestações populares que vinham ocorrendo em junho de 2013?
- 7) Como o Senhor avalia o resultado da reunião, especialmente em relação ao diálogo realizado pelo governo do Estado.
- 8) Como o Senhor Avalia o uso da estrutura do gabinete digital para processamento das demandas produzidas em manifestações populares? Quais eram suas expectativas em relação ao encontro realizado?
- 9) Como o Senhor avalia o uso de novas tecnologias de comunicação para a discussão de questões como as que envolviam as manifestações de junho até então?

ANEXOS

Anexo I:	Reprodução do convite realizado nas redes sociais para o encontro do dia 20 de junho de 2013 no Gabinete Digital
Anexo II:	Cartazes nas manifestações em Porto Alegre em junho de 2013
Anexo III	Reprodução do convite realizado nas redes sociais para o debate sobre reforma política

Anexo I - Reprodução do convite realizado nas redes sociais para o encontro do dia 20 de junho de 2013 no Gabinete Digital



Fonte: página do Gabinete Digital na rede social Facebook

Anexo II – Cartazes nas manifestações em Porto Alegre em junho de 2013



Fontes: Imagem 01: *Jornal Tabaré* (autoria da foto: Martino Piccinini)⁴³; Imagem 02: *Coletivo Catarse* (autoria da foto: Rafael Correa)⁴⁴; Imagem 03: *Jornalismo B* (autoria da foto: Alexandre Haubrich)⁴⁵; Imagem 04: *Jornal Zero Hora* (autoria da foto: Cesar Lopes/Especial)⁴⁶; Imagem 05: *Jornal Zero Hora* (autoria da foto: Alexandro Auler/Estadão Conteúdo)⁴⁷.

⁴³ Disponível em: <<https://jornaltabare.wordpress.com/2013/06/24/fag-invadida-e-saqueada-resiste/>>. Acesso em: 23 maio 2016.

⁴⁴ Disponível em: <coletivocatarse.com.br/home/porto-alegre-manifesta/>. Acesso em: 23 maio 2016.

⁴⁵ Disponível em: <jornalismob.com/2013/06/28/protesto-em-porto-alegre-leva-milhares-a-frente-do-palacio-piratini-tarso-anuncia-passe-livre-estadual/>. Acesso: em 23 maio 2016.

⁴⁶ Disponível em: <zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/06/manifestantes-vao-novamente-as-ruas-do-interior-do-estado-4181883.html>. Acesso: em: 23 maio 2016.

⁴⁷ Disponível em: <zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/06/protestos-tomam-as-ruas-das-principais-capitais-do-brasil-4172882.html>. Acesso em: 23 maio 2016.

Anexo III - Reprodução do convite realizado nas redes sociais para o debate sobre reforma política

21/09/2015

GabineteDigital RS

GabineteDigital RS
June 28, 2013 · 🌐

Confira algumas das participações no Governo Escuta [#reformapolítica](#), realizado nesta quinta (27), com o governador Tarso Genro.

Assista ao vídeo do deputado federal [Henrique Fontana](#), relator da Comissão da Reforma Política: <http://youtu.be/WzNElu-Vb1o>

Confira a participação do jornalista e blogueiro [Luis Nassif](#): <http://youtu.be/CzEIRzdUh6g>

Henrique Fontana fala sobre a reforma política
Participação em vídeo do deputado federal Henrique Fontana no Governo Escuta: Reforma Política, do Gabinete Digital. Saiba mais em: <http://www.gabinetedigital.rs.gov.br/audience/>

10 Likes · 1 Comment · 2 Shares

Like · Comment · Share

GabineteDigital RS
June 26, 2013 · 🌐

"O poder constituinte mais forte é o poder do povo, da mobilização popular." O governador [Tarso Genro](#) convida para o debate sobre [#reformapolítica](#). Confira!

Leia mais: <http://bit.ly/1cmdv0b>

Tarso Genro fala sobre a reforma política e convoca para debate via web
Tarso Genro fala sobre a reforma política e convoca para debate via web com especialistas, jornalistas e movimentos sociais, nesta quinta (27), às 15h. Envie...

27 Likes · 1 Comment · 28 Shares

Like · Comment · Share

GabineteDigital RS updated her cover photo.
June 26, 2013 · 🌐

#reformapolítica
Diálogo com Tarso Genro, especialistas e movimentos sociais

27Jun 15h
Assista ao vivo
<http://gabinetedigital.rs.gov.br/audience/>

14 Likes · 1 Comment · 4 Shares

Like · Comment · Share

GabineteDigital RS
June 23, 2013 · 🌐

Governador [Tarso Genro](#) cita a enorme participação da rede no diálogo que fez com manifestantes na semana passada e defende a criação de uma assembleia constituinte exclusiva que contribua pra constituição de canais abertos para participação direta da cidadania.

Tarso fala sobre manifestações e refere-se à Constituinte exclusiva
Tarso fala sobre manifestações e refere-se à Constituinte exclusiva. Gravado em 23.06.2013.

23 Likes · 2 Comments · 12 Shares

Like · Comment · Share

<https://www.facebook.com/gabinetedigital?fref=ts>

29/74